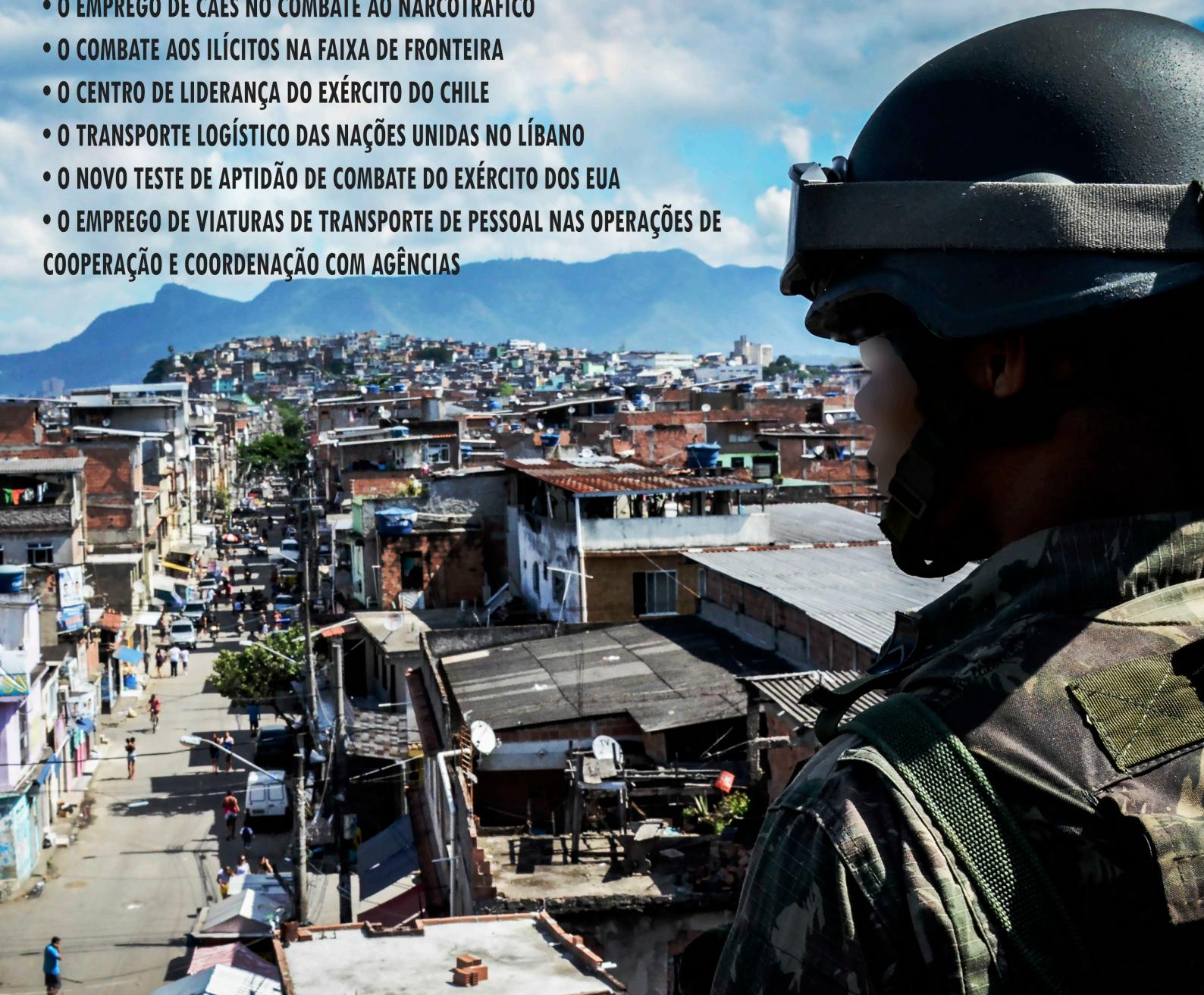


DOUTRINA MILITAR TERRESTRE

em revista

Publicação do Exército Brasileiro | Ano 007 | Edição 017 | Janeiro a Março de 2019

- A INTERVENÇÃO FEDERAL NA SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO
- A MODERNIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DE COMBATE DO EXÉRCITO DOS EUA
- A LIDERANÇA MILITAR NA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO
- O EMPREGO DE CÃES NO COMBATE AO NARCOTRÁFICO
- O COMBATE AOS ILÍCITOS NA FAIXA DE FRONTEIRA
- O CENTRO DE LIDERANÇA DO EXÉRCITO DO CHILE
- O TRANSPORTE LOGÍSTICO DAS NAÇÕES UNIDAS NO LÍBANO
- O NOVO TESTE DE APTIDÃO DE COMBATE DO EXÉRCITO DOS EUA
- O EMPREGO DE VIATURAS DE TRANSPORTE DE PESSOAL NAS OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS



MENSAGEM DO COMANDANTE DE OPERAÇÕES TERRESTRES

Caro Leitor,

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Tornam-se, portanto, fundamentais para salvaguardar os ideais democráticos da Nação Brasileira.

No cumprimento das missões referentes ao Exército, em particular, à Força Terrestre (F Ter), destaca-se o papel do Comando de Operações Terrestres (COTER), órgão de direção operacional (ODOp), que tem por missão orientar e coordenar o preparo e o emprego da F Ter, em conformidade com as diretrizes do Comandante e do Estado-Maior do Exército.

A Chefia do Preparo da F Ter vem dedicando especial atenção ao início do ano de instrução, materializado pela incorporação dos jovens conscritos ao Exército Brasileiro até a restituição à sociedade de jovens reservistas revigorados de civismo e patriotismo, licenciados após o cumprimento do dever para com a Pátria.

A Chefia do Emprego da F Ter segue orientando e coordenando, ininterruptamente, o emprego da tropa nas operações de cooperação e coordenação com agências, principalmente para garantir a lei e a ordem e para realizar ações subsidiárias.

A Chefia de Missões de Paz e Aviação/ Inspetoria Geral das Polícias Militares prossegue no acompanhamento e na orientação das atividades de sua competência.

Nesse contexto, a doutrina militar terrestre (DMT) surge como o conjunto de valores, fundamentos, conceitos, concepções, táticas, técnicas, normas e procedimentos da F Ter, desenvolvido para orientar o preparo de seus meios, visando ao modo de emprego mais provável em operações. Esse conjunto é reunido no Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) sob a gestão do COTER, por meio do Centro de Doutrina do Exército, sendo constituído por um conjunto de organizações, pessoal, publicações e atividades, cuja interação permite sua evolução para atender às demandas da F Ter.

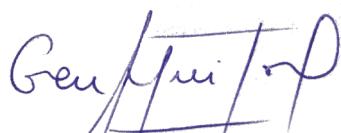
Atualmente, em sua décima sétima edição, a Doutrina Militar Terrestre em Revista continua destinada a todos que se relacionam com a atividade-fim – preparo e emprego – divulgando informações de cunho profissional-militar.

As sucessivas edições deste periódico vêm transformando-o em referência sobre temas doutrinários, disponibilizando conhecimentos, que transcendem as fronteiras físicas, quanto aos novos materiais, técnicas e procedimentos doutrinários.

Em nosso contínuo aprimoramento, estamos buscando temas atuais, particularmente relacionados às operações correntes e às recém-concluídas, visando acolher as melhores práticas e lições aprendidas. Estimula-nos encontrar jovens capitães contribuindo com suas experiências profissionais para a produção de artigos de interesse da doutrina militar. Destacamos a importância da variedade dos assuntos abordados e a contribuição dos nossos oficiais de ligação no exterior.

Assim sendo, é com grande satisfação que prefacio a presente edição da DMT em Revista, incentivando a participação dos nossos leitores, pois o sucesso do desenvolvimento doutrinário é fruto da conjugação de esforços de todos, de modo a construirmos o Exército que queremos.

Uma boa leitura!



Gen Ex José Luiz Dias Freitas
Comandante de Operações Terrestres



EDITORIAL

A equipe editorial da Doutrina Militar Terrestre em Revista, produzida pelo Comando de Operações Terrestres, por meio do Centro de Doutrina do Exército (C Dout Ex), sente-se honrada em levar aos seus leitores mais uma edição - a décima sétima - deste periódico de assuntos de natureza militar.

Abrindo a edição, o Coronel Jonas escreve sobre a intervenção federal na área da segurança pública do Rio de Janeiro. O autor argumenta que o crescimento da violência criminal, ao longo das últimas décadas, reforçou a sensação de insegurança na população, colocando o tema segurança pública como uma das principais preocupações das três esferas de governo. Destaca, também, experiências positivas, como os conselhos comunitários de segurança que têm auxiliado no combate à violência generalizada.

Ao destacar a evolução tecnológica, o Coronel Baltieri escreve sobre a modernização dos veículos de combate que vem sendo implementada pelo Exército dos EUA. O autor defende que o campo de batalha moderno envolve múltiplos domínios, impondo às forças a necessidade de possuírem plataformas dotadas de recursos capazes de operar integrados e em ambientes complexos.

Em seguida, o Tenente-Coronel Hecksher discorre sobre a liderança militar desenvolvida por ocasião da intervenção federal no Rio de Janeiro. O autor destaca que o líder militar preza pelos valores morais em qualquer situação e dedica-se à nobre missão de disciplinar e de mostrar o caminho correto à sua equipe. Defende que o Exército necessita de comandantes capazes de exercer a liderança por intermédio da empatia, de modo a agregar poder de combate às pequenas frações.

Na sequência, o Capitão Guerreiro fala sobre o emprego de cães pelo Exército Brasileiro no combate ao narcotráfico na faixa de fronteira. O autor faz um relato sobre a forma como outros países vêm empregando cães farejadores na fiscalização de portos, aeroportos e rodovias; descreve as dificuldades e os desafios que as Forças Armadas brasileiras, sobretudo, o EB vêm encontrando, durante o emprego de cães nas operações, e propõe uma atualização doutrinária para operacionalizar a utilização dessa ferramenta.

A seguir, o Coronel Paulo Filho descreve como vem sendo realizado o combate aos ilícitos na faixa de fronteira. Apresenta um panorama atual das diversas atividades ilícitas que ocorrem na região e relata as principais dificuldades encontradas pelas forças de segurança pública e pelas Forças Armadas para combater as atividades ilegais na vasta fronteira brasileira.

Em seguida, o Tenente-Coronel Paiva apresenta o centro de liderança do Exército do Chile, descrevendo as atividades que transformaram essa instituição em uma referência para outros exércitos.

Ao abordar as operações de transporte logístico realizadas pela Organização das Nações Unidas no Líbano, durante a *UNIFIL (United Nations Interim Force in Lebanon)*, em inglês), o Capitão Gurgel defende que a experiência obtida, durante a Missão, pode ser aproveitada pelo Exército Brasileiro, no ensino doutrinário e no transporte logístico militar.

Prosseguindo, o Tenente-Coronel Alexandre apresenta o novo teste de aptidão de combate do Exército dos EUA, destacando o fato da exigência dos mesmos padrões de aptidão física para os sexos masculino e feminino, tendo em vista que os soldados deverão realizar as mesmas tarefas em combate.

Encerrando a edição, o Capitão João Batista escreve sobre o emprego de viaturas de transporte de pessoal nas operações de Cooperação e Coordenação com Agências. O autor relata o aumento na proteção que esse vetor trouxe para a tropa, assim como o ganho de mobilidade, dissuação e poder de combate proporcionado pelo blindado.

Esperamos que os temas suscitem o debate por parte dos nossos leitores, razão de ser do nosso trabalho, e que sugestões sejam encaminhadas para dmtrevista@coter.eb.mil.br ou diretamente para os autores, cujo e-mail está disponibilizado no início de cada artigo.

Sentimo-nos orgulhosos do elevado padrão dos artigos produzidos e agradecemos a valorosa colaboração que todos os articulistas realizaram em prol da doutrina, na certeza de novas participações nas edições futuras.



“CENTENÁRIO DA MISSÃO MILITAR
FRANCESA NO BRASIL, 1919/1940: VETOR DE
PROFISSIONALIZAÇÃO EM NOSSO EXÉRCITO”



COMANDANTE DE OPERAÇÕES TERRESTRES
General de Exército José Luiz Dias Freitas

CHEFE DO CENTRO DE DOUTRINA DO EXÉRCITO
General de Brigada Hertz Pires do Nascimento

CONSELHO EDITORIAL
General de Brigada Hertz Pires do Nascimento
General de Brigada Haroldo **Assad** Carneiro
Coronel Rodrigo Batistuta **Samper**
Coronel Silvio Renan Pimentel **Betat**

EDITOR-CHEFE
General de Brigada Haroldo **Assad** Carneiro

EDITOR-ADJUNTO
1º Sargento Erisvaldo Gonçalves de Oliveira

SUPERVISOR DE PRODUÇÃO
General de Brigada Haroldo **Assad** Carneiro

REDAÇÃO E REVISÃO
Coronel Rodrigo Batistuta **Samper**
Coronel Silvio Renan Pimentel **Betat**
Capitão **Risalva** Bernardino Neves
2º Tenente Alzira **Sampaio Porto**
2º Tenente **Brunna** Guedes Marques de Lima
1º Sargento Erisvaldo Gonçalves de Oliveira Rocha

PROJETO GRÁFICO
Soldado **Douglas** Henrique de Jesus Macedo

DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL
Soldado **Douglas** Henrique de Jesus Macedo

IMPRESSÃO GRÁFICA
EGGCF – Gráfica do Exército
Al. Mal. Rondon s/nº - Setor de Garagens
Quartel-General do Exército
Setor Militar Urbano
CEP 70630-901
Brasília – DF
Fone: (61) 3415 4248/5815
RITEX: 860 4248/5815
www.eggcf.eb.mil.br
divcom@eggcf.eb.mil.br

TIRAGEM
2.000 exemplares (circulação no país e no exterior)

DISTRIBUIÇÃO
Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEEx)

VERSÃO ELETRÔNICA
Portal de Doutrina do Exército: www.cdoutex.eb.mil.br
portal.cdoutex@coter.eb.mil.br
Biblioteca Digital do Exército: www.bdex.eb.mil.br

CENTRO DE DOUTRINA DO EXÉRCITO
Quartel-General do Exército – Bloco H – 3º Andar
Setor Militar Urbano
CEP 70630-901
Brasília – DF
Fone: (61) 3415 5014/4849/6977
RITEX: 860 5014/4849/6977
www.cdoutex.eb.mil.br

Envie a sua proposta de artigo para:
dmtrevista@coter.eb.mil.br

Ano 007, Edição 017, 1º Trimestre de 2019

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

SUMÁRIO

A INTERVENÇÃO FEDERAL NA ÁREA
DA SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO
Cel Jonas

6

O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DOS
VEÍCULOS DE COMBATE DO EXÉRCITO
DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Cel Baltieri

14

A LIDERANÇA MILITAR NA INTERVENÇÃO
FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

TC Hecksher

20

O EMPREGO DE CÃES NO COMBATE
AO NARCOTRÁFICO NA FAIXA DE
FRONTEIRA

Cap Guerreiro

24

O COMBATE AOS ILÍCITOS NA FAIXA
DE FRONTEIRA

Cel Paulo Filho

34



Foto de Capa: CComSEEx
Descrição: Cenário da intervenção Federal no Rio de Janeiro
Autor: CComSEEx

O CENTRO DE LIDERANÇA DO EXÉRCITO
DO CHILE

TC Paiva Junior

42

O TRANSPORTE LOGÍSTICO NA FORÇA
INTERNA DA ORGANIZAÇÃO DAS
NAÇÕES UNIDAS NO LÍBANO

Cap Gurgel

52

O NOVO TESTE DE APTIDÃO DE
COMBATE DO EXÉRCITO DOS EUA

TC Alexandre

62

O EMPREGO DE VIATURAS DE
TRANSPORTE DE PESSOAL NAS
OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E
COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS

Cap João Batista

70

As ideias e conceitos contidos nos artigos publicados nesta revista refletem as opiniões de seus autores e não a concordância ou a posição oficial do Exército Brasileiro. Essa liberdade concedida aos autores permite que sejam apresentadas perspectivas novas e, por vezes, controversas, com o objetivo de estimular o debate de ideias.

A INTERVENÇÃO FEDERAL NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Coronel Jonas de Oliveira Santos Filho

O Coronel de Infantaria Jonas exerceu a função de Diretor de Planejamento e Operações do Gabinete da Intervenção Federal na área da segurança pública do estado do Rio de Janeiro (GIF/RJ). Foi declarado aspirante a oficial em 1992 pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), estabelecimento de ensino no qual foi instrutor. Realizou os cursos Superior de Inteligência Estratégica na Escola Superior de Guerra, o de Forças Especiais do Exército, o de Aperfeiçoamento de Oficiais e o de Comando e Estado-Maior. Foi Oficial de Estado-Maior do Comando de Operações Especiais. Comandou o 32º Batalhão de Infantaria Leve e foi Oficial de Operações da 1ª Divisão de Exército e do Comando Conjunto das operações de Garantia da Lei e da Ordem no estado do Rio de Janeiro (jonas@gmail.com).



Desde o início do ano de 1983, quando do desfecho das eleições estaduais, que voltaram a ser disputadas em ambiente de transição democrática, o tema da segurança pública não tem sido priorizado, de forma adequada e efetiva, nas agendas das diversas esferas da administração pública.

A "Constituição Cidadã", promulgada no Brasil em 1988, criou melhores condições para a participação popular e removeu as barreiras tradicionais, que excluíam do direito ao voto segmentos da população. Porém, não foi suficiente para a construção de uma política de segurança pública por parte dos órgãos responsáveis, estabelecidos no "Estado democrático de direito".

Dado o novo contexto político, as agendas públicas tornaram-se ainda mais sensíveis às demandas da sociedade. Sendo a segurança um item eminentemente popular – sem deixar de ser tema prioritário

também para as elites e camadas médias da sociedade –, impôs-se com mais peso à consideração dos atores políticos.

Nesse cenário, as ações de "controle da ordem pública" tornaram-se mais complexas e a reorganização do aparelho estatal não resultou na imediata participação da sociedade na construção da política de segurança pública, necessária não só em nível estadual, mas ao país.

O crescimento da violência criminal, ao longo dos últimos trinta e cinco anos, reforçou essa tendência. Hoje, a questão da segurança pública é parte não apenas das preocupações estaduais, mas também de municípios e do governo federal, tornando-se uma das principais problemáticas nacionais.

O contexto contemporâneo, caracterizado pela globalização, principalmente no âmbito econômico, tem provocado transformações na estrutura do Estado e redefinição de seu papel enquanto organização política. Diferentemente da redução do papel do Estado no âmbito econômico e social, no que se refere à segurança pública, tem ocorrido uma ampliação dos instrumentos de controle.

Hoje, o medo da sociedade não é ilusório, nem fruto de manipulação midiática. O quadro nacional de insegurança é extraordinariamente grave, por diferentes razões, entre as quais destacam-se:

- a magnitude das taxas de criminalidade e a intensidade da violência envolvida;
- a exclusão de setores significativos da sociedade, que permanecem sem acesso aos benefícios mais elementares proporcionados pelo Estado; e

➤ a degradação institucional – a que se tem vinculado o crescimento da criminalidade organizada – penetra cada vez mais nos órgãos públicos, corrompendo-os, e afetando as práticas policiais que, modo geral, continuam marcadas pelos estigmas de violência.

A INTERVENÇÃO FEDERAL NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A intervenção federal no estado do Rio de Janeiro foi uma medida excepcional estabelecida pelo Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, que a instituiu com o objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública – com prazo fixado até 31 de dezembro de 2018 – e que limitou, pela primeira vez, desde a Constituição Federal de 1988, a autonomia de um ente federativo. Tudo em consonância com o estabelecido no Capítulo III, do Título V da Carta Magna e no Título V da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

A intervenção federal na área de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro constituiu-se de medida extraordinária e inédita, em consequência, não havendo qualquer série histórica e nem referências de melhores práticas.

Para lidar com a complexidade dos desafios impostos, tornou-se necessário um esforço concertado de secretarias de estado, Forças Armadas, órgãos de segurança pública (OSP), organizações governamentais e agências civis. Além disso, demandou um significativo aporte de recursos (humanos, materiais e financeiros).

O diagnóstico, inicialmente realizado pelo Gabinete de Intervenção Federal do Rio de Janeiro (GIFRJ), na área de segurança pública, no sistema prisional e na defesa civil (Figura 1), serviu de base para a elaboração de um planejamento estratégico holístico e integrado.



Figura 1 – Áreas abrangidas pela Intervenção Federal

[...] O diagnóstico feito pelo Gabinete de Intervenção mostra que é “caótica” a situação no Rio de Janeiro, resultante da “crise política, moral e econômica” que atinge o estado, com a proliferação de casos de corrupção em todos os níveis e poderes do governo fluminense..... (Trecho de artigo do Jornal do Brasil, publicado em 21 de julho de 2018, Agência Brasil).

Tais avaliações estabeleceram, também, as bases da gestão das ações coordenadas pelo GIFRJ, em consonância com as Secretarias de Estado de Segurança (SESEG), de Administração Penitenciária (SEAP) e de Defesa Civil (SEDEC) e com os Órgãos de Segurança Pública (OSP) representados pela Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ, PCERJ e CBMERJ).

Considerando o tempo destinado à intervenção federal e o caráter transversal dos assuntos relacionados à segurança pública, ao sistema prisional e à defesa civil, o planejamento estratégico teve seu contorno definido pelo tempo, pela complexidade e pela abrangência das ações necessárias a pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.

Os objetivos estratégicos (OE) da intervenção federal foram estabelecidos, após a análise (de forma ampla e interdependente) do diagnóstico realizado, especialmente visando à diminuição dos índices de criminalidade e à recuperação da capacidade operativa [1] das secretarias de estado e dos OSP intervencionados.

A articulação dos diversos órgãos exigiu a criação de entendimentos e propósitos comuns, estabelecida por meio de protocolos, em uma ação unificada, apesar de as atividades serem realizadas, em situações e áreas onde, por destinação legal, os órgãos permaneceram no seu exercício funcional, porém de forma insuficiente e com meios (pessoal e material) indisponíveis ou inadequados ao desempenho regular de suas atribuições constitucionais.

Em síntese, as atividades de Segurança Pública, de Administração Penitenciária e de Defesa Civil foram planejadas pelo GIFRJ e efetivadas por suas respectivas secretarias de estado e OSP intervencionados para apoiarem-se mutuamente. Nesse sentido, o planejamento da intervenção federal contemplou ações emergenciais e estruturantes, abrangendo áreas funcionais (pessoal, inteligência, planejamento, operações, logística, comunicação social e administração) – vide Figura 2 –, recursos financeiros a serem aplicados e governança.

ORGANIZAÇÃO DO GABINETE DE INTERVENÇÃO FEDERAL CONJUNTO INTERAGÊNCIAS

ÁREAS FUNCIONAIS

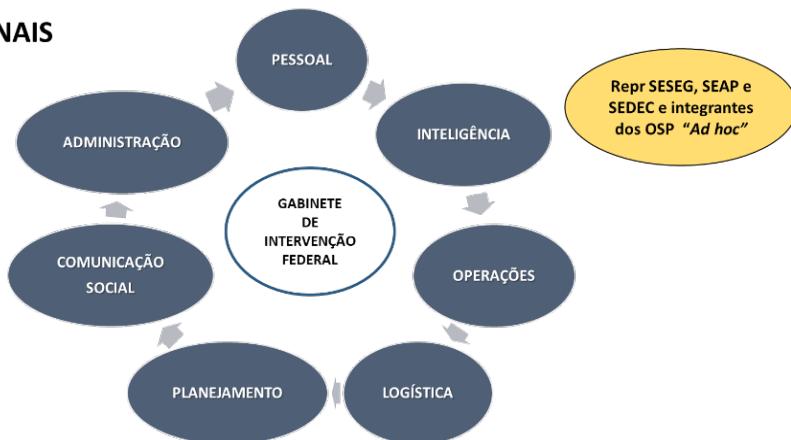


Figura 2 – Áreas funcionais da intervenção

Tais princípios serviram de orientação para que as secretarias de estado (SESEG, SEAP e SEDEC), os OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) intervencionados e o Comando Conjunto ativado (Figura 3), desde 28 de julho de 2017, elaborassem

seus planejamentos (planos e projetos) e implementassem as suas ações, em consonância com a orientação estratégica estabelecida pelo GIFRJ, durante o período de intervenção federal e o processo de transição da gestão operacional e administrativa na área de segurança pública do estado do Rio de Janeiro [2].



Figura 3 – O Comando Conjunto das Forças Armadas

A fim de consolidar a concepção do planejamento estratégico (baseado no DOA-MEPI [3] e nas áreas funcionais), com o propósito de servir de mecanismo capaz de perpetuar as ações previstas pela intervenção federal e, ainda, de acompanhar a utilização dos recursos orçamentários previstos, o GIFRJ estabeleceu normas de gestão estratégica e de elaboração, gerenciamento e acompanhamento de projetos que contemplaram dez projetos, discriminados a seguir: Gestão e Avaliação de Pessoal; Educação e Capacitação (Figura 4); Gestão de Inteligência; Gestão Logística; Gestão Administrativo-financeira; Gestão de Infraestrutura e Obras; Gestão Operacional; Comando e Controle; Gestão de Comunicação Social; e Legislação (proposição e revisão).



Figura 4 - Capacitação de integrantes de Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP)

Durante o período de intervenção federal, o GIFRJ realizou, mensalmente, por intermédio de suas diretorias/assessorias, das secretarias de estado e dos OSP intervencionados, o controle das ações planejadas, por meio do acompanhamento da execução das metas e dos planos de ação constantes no Plano Estratégico da Intervenção (PEIF)/2^a Edição, cabendo aos gestores/responsáveis (secretários de estado, comandantes/chefes de OSP, diretores/assessores e gerentes de projeto do GIFRJ) manter o *status* de execução das ações atualizado.

[...] O que foi mais difícil durante a Intervenção?

A minha maior preocupação era como as duas polícias iriam nos encarar. Iriam abraçar a causa e trabalhar junto ou remar para trás? Acho que a situação do estado estava tão complicada que nos viram como uma balsa de salvamento. (Trecho de entrevista do Jornal O Globo, concedida pelo Gen Ex BRAGA NETTO, Interventor Federal, publicado em 16 de dezembro de 2018).

A integração interagências acabou sendo, portanto, condições *sine qua non* para o desencadeamento das ações previstas no PEIF (2^a Edição) e será fundamental, particularmente, no processo de transição da gestão administrativa e operacional na área de segurança pública do estado do Rio de Janeiro.

PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA GESTÃO NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A governança do processo de transição da gestão administrativa e operacional na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro teve como foco a transparência e a fluidez na tomada de decisão e a operacionalização do planejamento das ações reguladas no Plano de Preparação da Transição da Gestão Administrativa e Operacional na

Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (1^a Edição/2018), aprovado pela Portaria Normativa nº 6/ Gifrj, de 13 de junho de 2018.

Os governos federal e estadual, envolvidos no processo de transição, em particular as secretarias de estado e os OSP intervencionados, deverão estar comprometidos em trabalhar de forma integrada, com o propósito de atingir os OE previstos no PEIF (2^a Edição).

Nesse mister, a formação de grupos de trabalho (GT) nas referidas secretarias de estado e OSP intervencionados mostrou-se fundamental para a elaboração de projetos, a execução das ações previstas, a administração dos gargalos estruturais identificados e a perseguição de indicadores, a fim de que os OE constantes no PEIF sejam atingidos.

As principais atividades concernentes ao processo de transição, a cargo do Gifrj e das secretarias de estado e OSP intervencionados, abaixo discriminadas, estão relacionadas ao compromisso de atingimento dos OE da intervenção federal:

➤ coordenar o alinhamento estratégico dos objetivos traçados pelas secretarias de estado e OSP intervencionados com os OE constantes no PEIF;

➤ acompanhar a fase de elaboração dos planos (setoriais, táticos e operacionais), por intermédio da coordenação dos GT

organizados nas secretarias de estado e OSP intervencionados, a fim de atingir os OE previstos;

➤ estabelecer as condições para a assunção da gestão na área de segurança pública do estado Rio de Janeiro pela nova administração do governo estadual;

➤ gerenciar os riscos por meio do diagnóstico; priorização, análise de probabilidade e de impacto; e mitigação dos riscos, definição e desenvolvimento de soluções pragmáticas;

➤ coordenar a produção, captura, organização, acesso e disseminação de ativos de informação, que incluem bases de dados, documentos, conhecimentos tácitos e experiências pessoais, por meio de processo que formalizará a gestão e o uso dos ativos intelectuais produzidos no período da intervenção federal;

➤ nortear, atendendo ao princípio da responsabilidade fiscal, as medidas para alcançar os OE previstos no PEIF, de forma econômica, efetiva (eficiente e eficaz) e equitativa, a fim de permitir a transição, de forma a evitar a descontinuidade das ações e execução orçamentária, adotadas no período da intervenção federal;

➤ realizar o planejamento e a execução orçamentária e financeira dos recursos disponibilizados para a segurança pública, provenientes do estado do Rio de Janeiro, em coordenação com as secretarias de estado;

➤ proporcionar o acompanhamento da execução dos recursos orçamentários destinados à intervenção federal, a fim de mensurar o alcance dos OE estabelecidos pelo Plano Estratégico; e

➤ acordar para que o governo do Rio de Janeiro contemple, em seu planejamento, ações e meios necessários para a continuidade das medidas implementadas no período da intervenção federal, bem como para a gestão do legado.

Em síntese, significa que as ações previstas no processo de transição da gestão administrativa e operacional na área de segurança

pública do estado do Rio de Janeiro foram planejadas e devem ser executadas para apoiarem-se mutuamente, ainda que, em algumas situações, sejam desenvolvidas, no âmbito de cada instituição, de forma descentralizada, porém alinhadas com o PEIF (2^a Edição) e previstas nos planos estratégicos das secretarias de estado intervencionadas (SESEG, SEDEC e SEAP), a fim de permitir a perenidade das ações da intervenção federal.

Os conselhos comunitários de segurança, por exemplo, podem representar a possibilidade de desenvolver uma relação entre o Estado e a população, com um maior conhecimento de anseios e das limitações mútuas e estabelecimento de parcerias concretas para a construção de uma ordem pública efetiva.

O FUTURO...

Estado e sociedade devem exercer papéis cruciais na definição de estratégias políticas e de poder que legitimam o processo pelo qual se desenvolve a política pública. Nesse embate, os interesses e as contradições, comuns à dinâmica das relações entre governantes e governados, constituem o fundamento da construção política.

A integração entre as secretarias (estaduais e municipais), os OSP, as instituições públicas e os membros da população corresponde a uma forma contemporânea de relacionamento entre o Estado e a sociedade, onde o papel desta é crucial para o aprimoramento das políticas públicas.

A adequação das estruturas e instituições estatais que vise ao aumento da conscientização

cidadã e democrática é um desafio para as gestões modernas e para a sociedade em geral. Os conselhos comunitários de segurança, por exemplo, podem representar a possibilidade de desenvolver uma relação entre o Estado e a população, com um maior conhecimento de anseios e das limitações mútuas e estabelecimento de parcerias concretas para a construção de uma ordem pública efetiva.

Além dos benefícios à sociedade, pela possibilidade de levar suas demandas aos representantes do poder público, os OSP passam a construir uma nova imagem perante a sociedade. Isso reduz o sentimento de insegurança da população, bem como promove a colaboração popular ao trabalho policial, resultando num sentimento, por parte dos integrantes das forças de segurança, de dever cumprido, elevando sua autoestima e garantindo um melhor desempenho de suas atribuições constitucionais.

Mas existem diversos desafios que necessitam ser superados, como a percepção de risco na participação comunitária, característica evidenciada principalmente em regiões sob forte influência de organizações criminosas. Outra problemática consiste na participação de outros atores, como os representantes do poder público municipal nas discussões e na apresentação de soluções para as dificuldades identificadas.

Paulatinamente a população vai compreendendo que a resolução de questões ligadas à segurança pública necessita integrar diversas instituições do poder público, além de envolver a comunidade para resolver problemas de seu cotidiano.

As demandas identificadas junto à sociedade podem possibilitar ao poder público, nas suas diversas esferas, um diagnóstico da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, avaliando as suas demandas e propondo ações que fortaleçam os valores democráticos, aumentem a efetividade e ampliem o alcance da cidadania.

Sem atribuições constitucionais em todas as Cartas Magnas do país – desde a primeira, em 1824, até a mais recente, em 1988 –, o governo federal jamais teve mandato e

recursos compatíveis com a dimensão da segurança pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, há exatos trinta anos da promulgação da Constituição Federal/1988, a aprovação da Política Nacional de Segurança Pública – a ser submetida à sociedade e aos órgãos envolvidos na sua implementação –, nasce para se consolidar como instrumento de Estado. Concomitantemente, a excepcionalidade da intervenção federal na área de segurança pública do estado do Rio de Janeiro representou uma “janela de oportunidade” para as secretarias de estado (SESEG, SEDEC e SEAP) e OSP intervencionados do estado do Rio de Janeiro e deixará como legado:

- a diminuição dos índices de criminalidade;
- a recuperação da capacidade operativa das secretarias de estado e dos OSP intervencionados, por meio: do aprimoramento da doutrina, das estruturas organizacionais e de processos; da educação/capacitação de pessoal; da aquisição de material (Figura 5); e da melhoria de infraestruturas;



Figura 5 - Entrega de viaturas e armamentos aos OSP e SEAP

- a estruturação de um gabinete de nível estratégico no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) para integrar a SESEG, a SEDEC e a SEAP, proporcionando

uma visão holística, sistêmica e integrada da segurança pública, do sistema prisional e da defesa civil estadual;

➤ a integração dos órgãos e agências de Inteligência da área de segurança pública e do sistema prisional que permitiu a elaboração de planejamento de operações integradas das forças de segurança, com base na dinâmica criminal (geográfica e de modalidade);

[...] Evidentemente, esses resultados refletem o trabalho feito em conjunto pelas forças de segurança federais e estaduais. Convém lembrar que a intervenção ocorreu num momento em que a segurança fluminense estava sob total descontrole. Importante ressaltar que não houve fórmulas mágicas. O gabinete de intervenção tem feito o básico, como recompor a tropa, recuperar a frota da polícia, investir em treinamento e voltar a pagar horas extras a policiais [...] (Trecho de Editorial do Jornal "O Globo", publicado em 17 de outubro de 2018).

➤ a melhoria da qualidade da gestão nas instituições intervencionadas;

➤ o incremento da integração com os demais entes federativos; e

➤ a realização de ações de segurança comunitária, que serviu como mecanismo de reconquista, por parte do Estado, de um ambiente seguro e estável, em comunidades carentes com forte influência de organização criminosa, contemplando a garantia de direitos sociais, contribuindo para a ampliação da cidadania, que podem servir de modelo e serem efetivadas pelos OSP e secretarias de estado e municipais.

Tudo isso foi realizado com a finalidade de permitir uma gradual melhoria na qualidade de vida e na percepção de segurança da população fluminense.

Portanto, seria temerário desprezar todo o esforço despendido nesse curtíssimo, porém muito bem aproveitado, espaço de tempo que durou a intervenção federal na área de segurança pública do estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Gabinete de Intervenção Federal. **Diretriz de Planejamento da Intervenção Federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ, 2018.
- _____. Casa Civil da Presidência da República. Gabinete de Intervenção Federal. **Plano Estratégico da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (2ª Edição)**. Rio de Janeiro, RJ, 2018.
- _____. Casa Civil da Presidência da República. Gabinete de Intervenção Federal. **Plano de Preparação da Transição Administrativa e Operacional na Área de Segurança Pública do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ, 2018.
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**; Promulgada em 5 de outubro de 1988.
- _____. Decreto Presidencial nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018. **Decreto intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública**. Brasília, DF, 2018.
- _____. Decreto Presidencial nº 7.221, de 29 de junho de 2010. **Dispõe sobre a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal durante o processo de transição governamental**. Brasilia, DF, 2010.
- _____. Lei nº 10.609, de 20 de dezembro de 2002. **Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República**. Brasília, DF, 2002.
- CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de Carvalho e SILVA, Maria do Rosário de Fátima. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. R. Katál., Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2011.
- GODOY, Raimundo; BESSAS, Cláudia. **Formação de Gestores: criando as bases da gestão**. Belo Horizonte: Libretteria, 2018.
- SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Polícia Militar do Estado de São Paulo. **Sistema de Gestão da Polícia Militar de São Paulo**, 2^a ed. São Paulo, SP, 2010.
- SOARES, Luiz Eduardo. **Novas Políticas de segurança pública**. Estudos Avançados 17 (47), 2003.
- _____, Luiz Eduardo. **A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas**. Estudos Avançados 21 (61), 2007.
- TEIXEIRA, Paulo Augusto Souza. **Os Conselhos Comunitários de Segurança Pública no Rio de Janeiro**. Comum - Rio de Janeiro – v.11 – nº 26 – p. 198 a 219 – janeiro/junho 2006.

NOTAS

[1] Capacidade operativa é a aptidão requerida a uma força ou organização, para que possa cumprir determinada missão ou tarefa. É obtida a partir de um conjunto de sete fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis: doutrina, organização (e/ou processos), adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura – que formam o acrônimo DOAMEPI. Para que os OSP e a SEAP atinjam o nível de prontidão operativa, é necessário que possuam as capacidades que lhes são requeridas na sua plenitude. A geração de capacidades exige o atendimento de todos os fatores determinantes.

[2] Apesar de finalizado em 31 de dezembro de 2018, o período da intervenção federal na área de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, a estrutura do GIFRJ permanecerá, conforme estabelecido no art. 8º do Decreto nº 9.410, de 13 de junho de 2018, para fins de transição, transferência do legado e desmobilização até 30 de junho de 2019. Essa fase contemplará as atividades de transferência referente aos bens adquiridos e/ou recebidos por doação que integrarão o legado da intervenção federal, não incorporados no patrimônio das secretarias de estado e dos OSP intervencionados até 31 de dezembro de 2018. No mesmo período ocorrerá a desmobilização dos meios GIFRJ.

[3] DOAMEPI é o acrônimo para Doutrina, Organização (e/ou processos), Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura, utilizado na intervenção federal do Rio de Janeiro.



Há 7 anos falando de doutrina.



O sucesso da Doutrina Militar Terrestre em Revista depende muito de você!

**Compartilhe conosco a sua opinião,
escreva um artigo!**



<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/DMT/issue/archive>
dmtrevista@coter.eb.mil.br

(61) 3415-5014 RITEEx 860-5014

Endereço: OGEx Bloco H 3º Piso, Setor Militar Urbano, SMU - Brasília, DF, 70655-775

O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DE COMBATE DO EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Coronel Julio Cesar Palú Baltieri

O Coronel de Cavalaria Baltieri é o Assistente do 4º Subchefe do Estado-Maior do Exército (EME). Foi declarado aspirante a oficial, em 1989, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Serviu no 2º Regimento de Carros de Combate, no 13º Regimento de Cavalaria Mecanizado, ambos em Pirassununga-SP, e no 20º Regimento de Cavalaria Blindado, sediado em Campo Grande - MS. Comandou o 11º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, sediado em Pirassununga-SP, o 3º Regimento de Carros de Combate, situado em Ponta Grossa-PR e o Esquadrão de Fuzileiros Mecanizado do BRABAT, durante a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (*MINUSTAH*). Foi Adido do Exército Brasileiro junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e à Noruega (juliobaltieri@gmail.com).



Os atuais programas de modernização das frotas de veículos de combate, em curso nos exércitos mais conceituados do mundo, despertam grande interesse, não somente pelo aquecimento do mercado de defesa internacional, decorrente da retomada de investimentos no setor, mas pelas novas metodologias de trabalho empregadas nos programas, pelas inovações tecnológicas a serem aplicadas nas respectivas plataformas e pelas modificações que tais recursos causarão na doutrina militar e na condução das operações militares, em um futuro próximo.

No caso do Exército dos Estados Unidos da América, os veículos de combate são considerados meios essenciais para uma vasta gama de missões a serem cumpridas nos mais diversos ambientes operacionais e tipos de cenários, contra qualquer adversário. Dessa premissa advém a necessidade de manter a sua frota atualizada, em grau compatível com as suas possibilidades de emprego.

Tal percepção tem contribuído para redirecionar as prioridades do Exército Norte-Americano que, durante a última década e meia, havia convergido seus esforços para a condução das operações voltadas à contrainsurgência, no Iraque e no Afeganistão, enquanto outras nações desenvolveram e implementaram novas capacidades, elevando potencialmente o nível de ameaça que suas forças armadas poderiam representar, em um cenário adverso.

A NOVA GERAÇÃO DE BLINDADOS

"Os nossos adversários mais poderosos combinaram o emprego de sensores avançados de longo alcance com os efeitos de fogos precisos dotados de maior raio de ação, impondo uma revisão meticolosa dos requerimentos para os futuros veículos de combate" (US ARMY, 2019).

O campo de batalha moderno envolve múltiplos domínios. Esse ambiente operacional necessita de plataformas dotadas de recursos avançados capazes de operar em ambientes complexos de forma integrada, coordenada e sincronizada, em níveis sem precedentes. Além disso, exige a manutenção de intenso fluxo de informações que depende de sistemas providos de elevada sofisticação e tecnologia.

Nesse contexto, os norte-americanos concluíram também que, embora confiável e eficiente, sua atual frota de veículos de combate vem fazendo parte do inventário por décadas e, consequentemente, sua capacidade de superar adversários de mesmo nível começou a declinar, impondo a necessidade de obtenção de novas plataformas

que recuperassem essa capacidade perdida, por intermédio de aquisições, desenvolvimento ou modernizações.

Além disso, a possibilidade de acrescentar novas tecnologias em alguns dos veículos mais antigos vem diminuindo, particularmente devido ao aumento do peso, restrição no espaço interno das viaturas e acréscimos na demanda de geração de energia, que superaram as suas capacidades originais, cabendo, ainda, mencionar o consequente incremento nos encargos logísticos advindos da adaptação de novos componentes.

Dessa forma, tornou-se necessária a adaptação da frota atual, paralelamente à inovação e ao desenvolvimento de novas capacidades, de forma a permitir que o Exército mantenha suas viaturas em operação; atualize os veículos existentes, conferindo-lhes as novas capacidades necessárias, impostas pelo ritmo acelerado dos avanços tecnológicos; desenvolva novos veículos, para atender aos requisitos operacionais futuros; substitua as plataformas obsoletas, para ganhar eficiência; e, de forma contínua, avale o impacto das mudanças que possam interferir nas capacidades e requisitos estabelecidos, antecipando-se oportunamente.

Mediante esse processo, estima-se que os veículos de combate poderão estar aptos a contribuir efetivamente para a obtenção e a manutenção da superioridade relativa ante as possíveis ameaças, que também se mantêm em constante evolução.

A ESTRATÉGIA ADOTADA PARA A MODERNIZAÇÃO DOS BLINDADOS DO EXÉRCITO DOS EUA

Uma vez definida a necessidade de modernização de sua frota, o Exército dos EUA estabeleceu, em 2015, os parâmetros

O campo de batalha moderno envolve múltiplos domínios. Esse ambiente operacional necessita de plataformas dotadas de recursos avançados capazes de operar em ambientes complexos de forma integrada, coordenada e sincronizada, em níveis sem precedentes.

para esse processo, no documento *The US Army Combat Vehicle Modernization Strategy*.

Posteriormente, com a publicação da estratégia de modernização do Exército Norte-Americano, em 3 de outubro de 2017, foram definidas as seis prioridades de modernização, abaixo elencadas, que em seu conjunto visam a conferir maior letalidade e estabelecer uma concreta e absolu-

ta superioridade do *US Army*, em relação aos demais exércitos:

- Letalidade do soldado (*Soldier Lethality*);
- Redes do Exército (*Army Network*);
- Fogos de Precisão de Longo Alcance (*Long-Range Precision Fires*);
- Próxima Geração de Veículos de Combate (*Next Generation of Combat Vehicles*);
- Plataformas de Elevação Vertical Futuras (*Future Vertical Lift Platforms*); e
- Capacidades de Defesa Aérea e Mísseis (*Air and Missile Defense Capabilities*).

Os estudos visando a identificar os hiatos de capacidades, que consequentemente requereriam esforços para a sua superação, concluíram, também, pela necessidade de um novo modelo de gestão de projetos, que fosse mais adequado ao cenário atual, mais ágil e eficiente.

Nas palavras do General Mark A. Milley, *Army Chief of Staff*:

"[...] hoje, nosso Exército não está institucionalmente organizado para proporcionar, rapidamente, as capacidades críticas necessárias aos nossos soldados e às nossas organizações militares. O nosso sistema de modernização atual remonta à Era

Industrial. [...] Foi suficiente para as ameaças no passado, mas não o será para assegurar, em tempo hábil, os meios de que necessitaremos no futuro e nem terá a agilidade requerida para as aquisições previstas pelas seis prioridades de modernização estabelecidas. [...] E, ainda, os nossos processos são centrados em grupos de trabalho, que não interagem e não trocam informação entre si, inabilitando a integração entre os diversos programas; nossos processos para a definição de requerimentos são lentos e extremamente burocráticos (Milley, 2017)".

Diante dessa constatação, foram criadas oito equipes, denominadas *Cross-Functional Teams* – *CFT* (na sigla em inglês), com a missão de superar os citados entraves e conferir maior velocidade aos projetos. As *CFT* são compostas por especialistas nas áreas que mais influenciam na elaboração e no desenvolvimento de programas, reunindo recursos humanos reconhecidos por sua capacidade na elaboração de requisitos, na condução dos processos de aquisições, em ciência e tecnologia, em testes e avaliações, no gerenciamento de recursos, na confecção de contratos, na mensuração do custeio, na concepção da logística de aquisição, além de pessoal oriundo dos Comandos das Forças Armadas dos EUA mais aptos a contribuir, apresentando a perspectiva dos usuários sobre os produtos a serem obtidos, desde a sua concepção.

As *CFT* são orientadas e coordenadas pelo recém-criado *Army Future Command*, com sede em AUSTIN, no TEXAS.

No caso do Programa dos Veículos de Combate de Próxima Geração (*Next Generation of Combat Vehicles* – *NGCV*, na sigla em inglês), a respectiva *CFT* foi estabelecida em Fort Benning, na GEÓRGIA, em novembro de 2017.

Para obter a próxima geração de veículos de combate, a equipe *CFT NGCV* está explorando o desenvolvimento de tecnologias facilitadoras, essenciais nas seguintes áreas:

➤ Sensores - equipamentos que permitem detectar, identificar e rastrear vetores inimigos a grande distância, com rapidez e precisão, obtendo imagens de alta resolução.

➤ Robótica e Sistemas Autônomos - equipamentos com diferentes graus de automação que permitem incrementar a capacidade de buscar informações e atuar, em contato com o inimigo, reduzindo ou evitando a exposição da tropa, ao mesmo tempo em que incrementam a sua letalidade.

➤ Energia Dirigida - a *CFT* buscará soluções que permitam aumentar os efeitos e o desempenho dos sistemas de armas, que possam ser incorporados a plataformas menores e mais leves.

➤ Geração e Gerenciamento de Energia - pesquisas em curso procuram obter combustíveis mais eficientes, bem como geradores, que confirmaram maior autonomia aos veículos, além da potência necessária para permitir o funcionamento dos novos equipamentos e acessórios, tudo de forma a contribuir com a redução dos encargos logísticos.

➤ Soluções Avançadas em Materiais Blindados - a *CFT* busca por soluções que permitam aumentar a proteção e, simultaneamente, reduzir o peso do veículo, facilitando o seu transporte, desdobramento e obtendo maior mobilidade.

➤ Suites de Proteção de Veículos - soluções que otimizem os sistemas de blindagem passiva e a proteção ativa, para aumentar a proteção geral, enquanto permite uma diminuição no peso do veículo, melhorando a mobilidade e a sustentabilidade.

As formações dotadas das viaturas oriundas do *NGCV* deverão estar em condições de manobrar em terrenos variados (sem restrições, restritos e densamente urbanizados).

Em síntese, a equipe encarregada deverá garantir que o Exército esteja equipado com veículos de combate de próxima geração, contribuindo para superar as ameaças atuais e futuras, proporcionando letalidade

decisiva, capacidade de sobrevivência, mobilidade tática e que, ao mesmo tempo, possam reduzir encargos logísticos. Esses veículos, quando combinados com equipes treinadas e capacitadas para o correto uso da tecnologia, serão essenciais para o sucesso no campo de batalha do futuro.

Assim, o programa *Next Generation Combat Vehicle* tem por finalidade assegurar a obtenção das melhores capacidades disponíveis, no que tange à potência de fogo, proteção, mobilidade e geração de energia, juntamente com o desenvolvimento de outras capacidades voltadas para o combate aproximado, envolvendo o emprego de meios tripulados,

não tripulados ou a combinação dessas possibilidades, tudo visando a assegurar a superioridade de meios em relação aos possíveis adversários.

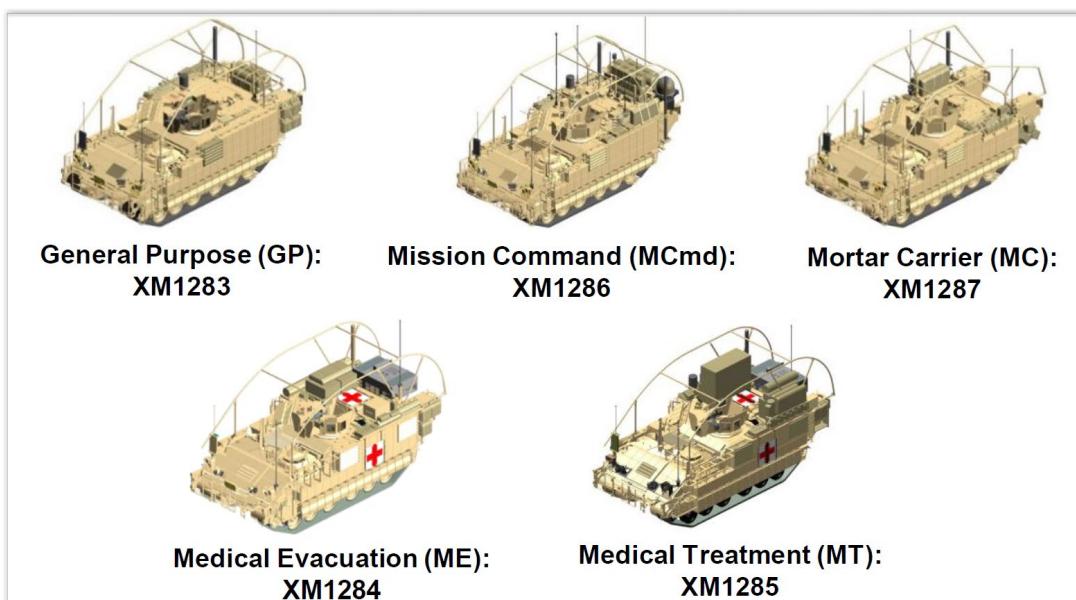
OS NOVOS VEÍCULOS EM PROSPECÇÃO NO EXÉRCITO DOS EUA

Atualmente, o programa *Next Generation Combat Vehicle* envolve os seguintes projetos: *the Armored Multi-Purpose Vehicle (AMPV)*; *Mobile Protected Firepower (MPF)*; *Optionally Manned Fighting Vehicle (OMFV)*; *future robotic combat vehicles (RCV)*; e *Joint Light Tactical Vehicle (JLTC)*.

O projeto AMPV será desenvolvido para substituir a família M-113 [*], remanescente nas unidades integrantes das brigadas blindadas. Deverá ser produzido nas versões: emprego-geral, morteiro, ambulância/UTI e PC.

A nova plataforma deverá superar as atuais deficiências dos M-113 em termos de proteção, tamanho, peso e potência. Além

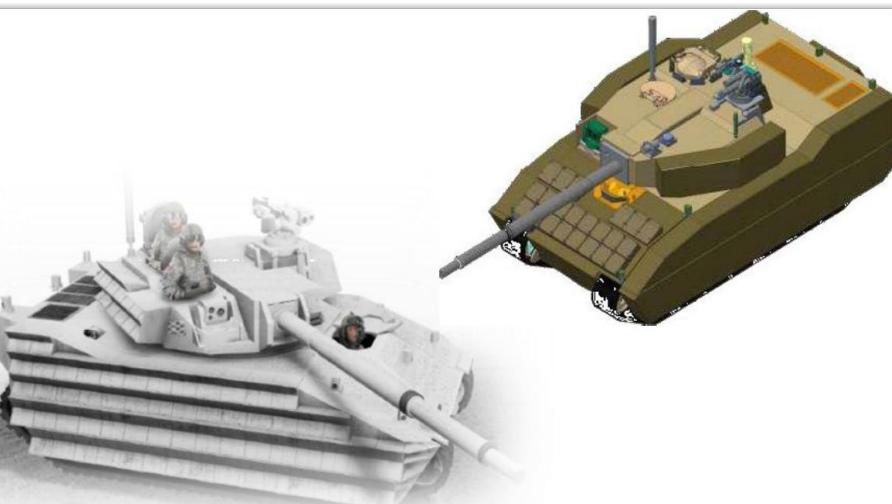
disso, deverá estar apto a incorporar as novas tecnologias emergentes, no mesmo ritmo das demais viaturas do programa. A plataforma será baseada no chassi da viatura *Bradley* e deverá estar em condições até o ano de 2021.



Proposta do novo *Armored Multi-Purpose Vehicle (AMPV)*

O MPF será uma viatura blindada de combate leve (carro de combate), destinada ao combate embarcado, com a capacidade de aplicar fogos diretos precisos, de grande calibre, a uma longa distância, em apoio às brigadas de infantaria. A finalidade desse veículo consiste em dotar essas Grandes Unidades de proteção e potência de fogo adequadas, permitindo a destruição de posições inimigas preparadas, viaturas blindadas e metralhadoras pesadas.

Os requerimentos para o MPF incluem: armamento principal de grande calibre e letalidade; múltiplos sistemas de armas disponíveis para a guarnição; e permitir rápido desdobramento, adequabilidade ao ambiente operacional urbano, tamanho e peso que viabilizem o transporte de duas viaturas em uma aeronave C-17. As aquisições devem ser aceleradas, buscando integrar tecnologias maduras e em desenvolvimento, de forma que até 2025 as primeiras Unidades sejam dotadas com o equipamento.



Proposta do novo *Mobile Protected Firepower (MPF)*

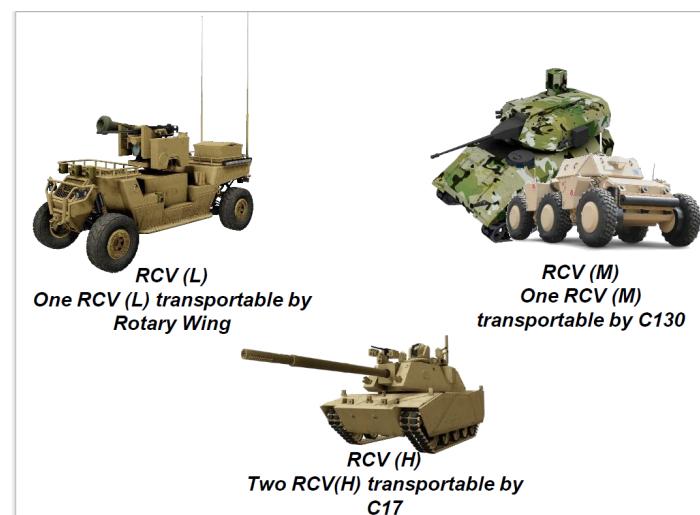
O projeto *OMFV* será desenvolvido para substituir as VBCI *Bradley*, explorando os conceitos *Manned-Unmanned Teaming (MUM-T)* e *Robotic Combat Vehicle (RCV)*. A finalidade geral desse veículo é manobrar, conduzindo os soldados a uma posição que lhes proporcione vantagem relativa para engajar-se no combate aproximado (desembarcado) com o inimigo. Além disso, o veículo deve oferecer um nível de letalidade que permita participar de uma manobra envolvendo armas combinadas de forma eficiente e decisiva, ao mesmo tempo em que permita controlar outros sistemas robóticos e ou semiautônomos que atuam no mesmo ambiente. O *design* também será baseado em soluções que permitam a absorção de tecnologias futuras. As primeiras viaturas deverão estar operacionais em 2026.



Proposta do novo *Optionally Manned Fighting Vehicle (OMFV)*

O *RCV* será desenvolvido em versões leves, médias e pesadas e tem por finalidade proporcionar letalidade decisiva; aumentar a consciência situacional; e integrar as formações compostas de outros tipos de viaturas, em ambientes operacionais envolvendo múltiplos domínios (terrestre, aéreo, naval, cibernético, eletrromagnético e espacial).

Tais capacidades visam a permitir que plataformas não tripuladas entrem em contato com o inimigo antecipadamente, favorecendo a sua neutralização com menor grau de risco e com o incremento na eficiência que decorre da integração de todas as plataformas e meios disponíveis naquele cenário. As primeiras versões operacionais deverão estar disponíveis em 2023.



Proposta dos *future robotic combat vehicles (RCV)*

O *JLTC* será o produto de um projeto conjunto, compartilhado entre o *US Army* e o *US Marine Corps*, que tem por finalidade adquirir veículos leves, capazes de serem empregados



Joint Light Tactical Vehicle (JLTC)

em múltiplas funções e que deverão substituir os *High Mobility Multipurpose Wheeled Vehicles* (*HMMWV*), proporcionando maior mobilidade e proteção para o pessoal, para os sistemas de comando e controle e para as cargas, em diversos ambientes operacionais, a um custo relativamente baixo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o Programa “*Next Generation Combat Vehicle*” deverá entregar ao

Exército Norte-Americano um conjunto de veículos de combate de última geração, proporcionando maior capacidade de sobrevivência, mobilidade e letalidade, a um peso reduzido, para neutralizar e destruir as ameaças em face de exércitos similares, por meio da manobra, do poder de fogo e da ação de choque, em um tempo bastante otimizado, decorrente da adoção de novos modelos de gerenciamento de projetos.

REFERÊNCIAS

The U.S Army. **The Next Ground Combat Vehicles; Mr Andy Steel; Science & Technology/DASA.** Disponível em: https://www.army.mil/article/211236/preparing_for_future_battlefields_the_next_generation_combat_vehicle. Acesso em: 6 de março de 2019.

The Next Ground Combat Vehicles; Mr Andy Steel; Science & Technology/DASA.

The US Army; **Combat Vehicle Modernization_15 September 2015**

The Next Ground Combat Vehicles; Mr Andy Steel; Science & Technology/DASA.

Preparing for future battlefields: The Next Generation Combat Vehicle. By Bob Purtiman, NGCV Cross-Functional Team, US Army Site, September 17, 2018.

Modernization Priorities for the US Army; 3 de outubro de 2017.

COL Warren Sponsler-Deputy Director, **NGCV CFT_International Armored Vehicle Conference.** Janeiro de 2019.

Palestra ministrada na conferência International Armoured Vehicles, Londres, Jan 2019, pelo Coronel Warren Sponsler; US Army.

Palestra ministrada na conferência International Armoured Vehicles, Londres, Jan 2019, pelo Coronel Warren Sponsler; US Army.

The U.S Army. **First Joint Light Tactical Vehicles rolling to the field.** Disponível em: https://www.army.mil/article/215402/first_joint_light_tactical_vehicles_rolling_to_the_field. Acesso em: 6 de março de 2019.

NOTA

[*] O M113 é um veículo blindado de transporte de pessoal de origem norte-americana, em serviço em muitos países. Trata-se de um veículo sobre lagartas, com capacidade anfíbia limitada a pequenos cursos de água, grande capacidade de deslocamento em qualquer terreno e alta velocidade em estradas de terra batida ou asfaltada.



A LIDERANÇA MILITAR NA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Tenente-Coronel Gustavo Megale Hecksher

O Tenente-Coronel de Infantaria Hecksher é o Comandante do 11º Batalhão de Infantaria de Montanha (11º BI Mth), sediado em São João Del Rei-MG. Foi declarado aspirante a oficial em 1995 pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), estabelecimento de ensino no qual foi instrutor. Realizou o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e o de Estado-Maior Conjunto da Escola Superior de Guerra. É mestre em ciências militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Foi assessor e instrutor do Comando Superior de Educação do Exército da Guatemala e comandou a Força-Tarefa Montanha 11 durante a intervenção federal no Rio de Janeiro em 2018 (gm.hecksher@gmail.com).



Quando vier a guerra ou a crise, não haverá tempo para preparar os líderes. Eles já deverão estar prontos e serão os artífices do processo que reconduzirá a nação à situação de paz e equilíbrio

(*Mario Hecksher*)

As Operações de Garantia da Lei e da Ordem conduzidas pelo Exército Brasileiro e instituídas por intermédio de decreto presidencial que determinou intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, limitada à área de segurança pública, tiveram a finalidade de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

Na conjuntura apresentada, as denominadas Operações Furação se inseriram no escopo doutrinário do amplo espectro das operações. Por estarem em ambiente difuso e mutável, exigiram dos comandantes, em todos os níveis, grande capacidade de liderança.

De acordo com o manual Operações, do Exército Brasileiro, as operações

no amplo espectro [1] são o conceito operativo do Exército que interpreta a atuação dos elementos da Força Terrestre para obter e manter resultados decisivos. Requerem que comandantes em todos os níveis possuam alto grau de iniciativa e liderança, potencializando a sinergia das forças sob sua responsabilidade (BRASIL, 2014).

Dessa forma, os jovens oficiais e sargentos, comandantes de subunidades, pelotões e frações elementares, empregados durante o transcurso das ações dinâmicas de estabilização nas áreas de operações do "Grande Rio", tornaram-se a síntese do sucesso de condutas exitosas das pequenas frações.

Parcela considerável desses comandantes demonstrou possuir características interpessoais que os capacitaram a influenciar seus comandados, nos momentos de crise, e a alcançarem o sucesso no cumprimento das missões impostas.

Segundo Proctor (2011), na atualidade, as ameaças são voláteis, pois variam de acordo com as diferentes motivações de cada força insurgente. Para que as tropas regulares estejam aptas a combater forças irregulares, a relação entre o líder e seus liderados ainda requer, além do aprendizado de como combater, uma doutrinação de valores, experiências, cultura e tradições institucionais.

Por isso, nos conflitos contemporâneos, é fundamental que as forças regulares possuam quadros profissionais com capacidade de liderança, iniciativa e que sejam adaptáveis às situações de crise que evoluem constantemente.



OS CONFLITOS OCORRIDOS NO INTERIOR DAS COMUNIDADES

De acordo com Pinheiro (2007), ao verificar que não há como se equipararem ao adversário mais forte, as forças irregulares selecionam outras dimensões do conflito para atuar. As áreas humanizadas, edificadas e densamente povoadas são, quase sempre, os ambientes operacionais eleitos, pois propiciam vantagens para o oponente com menor poder de combate.

A guerra entre facções criminosas nas comunidades cariocas e fluminenses, por inúmeros motivos, visa à conquista de território. Baseado nisso, durante a intervenção federal, surgiu um modelo operativo que buscou o contato, a fricção com tais grupos armados, que se homiziavam em meio à população.

Após a conquista da comunidade, iniciava-se a ocupação e a permanência de tropas no terreno, por intermédio de constante patrulhamento, evitando-se assim a reconquista do espaço perdido pelos marginais e a manutenção da estabilização da área.

Durante as operações em comunidades consideradas estratégicas pelo tráfico, seja por

homizar suas lideranças, armas e munições, seja por serem locais fisicamente favoráveis ao comércio das drogas ilícitas, ocorreram embates com intensas trocas de tiros, em meio a áreas urbanas. As tropas empenhadas sempre atuaram conforme as regras de engajamento previstas, nas quais os princípios da progressividade, proporcionalidade e autodefesa foram respeitados.

Mencionam-se, como exemplos, as operações ocorridas para a conquista e estabilização das comunidades da Praça Seca, da Cidade de Deus e adjacências, dos Complexos Pedreira e Chapadão, todas na capital carioca, além dos Complexos do Salgueiro e Jardim Catarina, em São Gonçalo.

Para que os planos e intenções do comando conjunto fossem alcançados pela tropa, na ponta da linha, os comandantes, no pequeno escalão, foram obrigados a possuir elevada capacidade de direção e controle. Essa competência foi facilitada quando houve a possibilidade de se exercer liderança sobre os comandados, principalmente na execução de operações tipo polícia, como patrulhamento a pé e motoriza-

do, pontos de bloqueios e controle de vias urbanas, além de operações de combate como cercos e investimentos.

Cabe ressaltar, também, que a dimensão informacional, tendo como base o terreno humano, fez com que inúmeras intervenientes, principalmente as ligadas às considerações civis, influenciassem diretamente no difícil processo de tomada de decisão, fazendo com que novas competências e experiências fossem necessárias aos comandantes para o cumprimento das tarefas atribuídas. Surgiu então, neste contexto, a necessidade de se entender a liderança militar.

A LIDERANÇA MILITAR E O CARÁTER DO LÍDER

De acordo com o manual de liderança do Exército Brasileiro, a liderança militar é um processo de influência interpessoal do líder militar sobre seus liderados, na medida em que implica o estabelecimento de vínculos afetivos entre os indivíduos, de modo a favorecer o logro dos objetivos da fração em uma dada situação (BRASIL, 2011).

No ambiente incerto, característica do conflito assimétrico, o líder torna-se obrigado a conquistar a confiança de sua fração. Os soldados necessitam manter um vínculo afetivo com aquele que conduz seus destinos durante o transcorrer do combate.

O líder que promove e explora a capacidade de se colocar na situação de seus liderados, ou seja, de ser empático, certamente alcança a coesão da equipe, pois conquista a credibilidade de seus subordinados.

Segundo Gardner (2010), a empatia é uma habilidade atitudinal, desenvolvida pelo líder, que promove a melhoria dos relacionamentos interpessoais dentro do grupo.

Cabe citar ainda que, de acordo com a teoria do campo social de Kurt Lewin (1965) [2], alinhado com Rosadas (2004), a liderança não apresenta caráter mecanicista, surge de um contexto que se expande do individual para o social, onde a sinergia do grupo se forma por aspectos não dimensionáveis que podem influenciar o grupo de maneiras diferentes, a cada momento.

A liderança direta, baseada na relação entre indivíduos, desenvolve-se inserida em ambiente variável e não mensurável, onde se apresentam campos psicológicos distintos e um campo social possuidor de dinâmica própria, o qual sofre mudanças constantes.

Outro aspecto a ser considerado, no ambiente onde atuam diversos estressores, é que o verdadeiro líder não pode infringir voluntariamente princípios morais consagrados, pois a moral diz respeito aos costumes e aos princípios que tentam regulamentar a maneira de agir das pessoas. O chefe imoral não exerce liderança.

As regras de engajamento e o respeito à população devem ser fielmente seguidos. O comandante deve liderar sua fração, por intermédio do fiel cumprimento das regras estabelecidas, sendo ele o fiscalizador da conduta de seus homens durante as operações. O líder deve possuir coragem moral para exercer a fiscalização sobre o grupo social e coibir possíveis quebras de conduta.

De acordo com o manual de campanha do Exército norte-americano sobre liderança FM 6-22, um líder ideal no Exército tem intelecto forte, presença física, competência profissional, elevado caráter moral e serve como um modelo (EUA, 2006).

Nas situações de crise, durante os momentos de maior estresse dos conflitos inseridos nas comunidades, o soldado pode apresentar alguma dificuldade para identificar o verdadeiro inimigo, não discernindo, assim, a atitu-

de certa a ser tomada. O líder militar preza pelos valores morais em qualquer situação, dedicando-se à nobre missão de disciplinar, mostrando o caminho correto a ser seguido por sua equipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Operações no amplo espectro exigem líderes militares que sejam mestres da arte e da ciência das operações militares, e que tenham o treinamento e o temperamento para se adaptar a qualquer situação. O sucesso vem de soldados e comandantes imaginativos, flexíveis e ousados (FM-3-0, 2001, p. 1-18).

O Exército necessita de comandantes capazes de exercer a liderança sobre seus grupos. Líderes que busquem a coesão por intermédio da empatia e que agreguem poder de combate às pequenas frações. Durante a intervenção federal, subunidades e pelotões atuaram com sucesso nas operações ocorridas nas comunidades cariocas e fluminenses.

Os líderes exitosos são aqueles capazes de interagir com pessoas, civis e militares, fazendo uso de suas competências cognitivas, psicomotoras e, principalmente, atitudinais.

Certamente, os oficiais e sargentos, possuidores de elevado senso moral, coibiram os exageros que poderiam ter ocorrido nos momentos de maior tensão, tão comuns nos combates em área urbana. Os líderes atuaram enquadrados nas normas legais, evitando repercussões negativas para a imagem da Força, no nível político.

Vencer a guerra em meio à população no Rio de Janeiro não foi tarefa fácil. Foi necessária grande persistência para se alcançar o objetivo final. A conduta ilibada, pautada na moral, foi o apanágio dos comandantes em todos os níveis.

Todo militar que influencia seus pares e comandados deve ser um fiel cumpridor das ordens emanadas pelos escalões superiores, usando, para isso, sua capacidade de liderança, a fim de manter coesa e sinérgica sua fração, sempre em prol do cumprimento da missão.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha. **Liderança Militar**. Brasília, DF, 2011.
- _____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha. **Operações**. Brasília, DF, 2014.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Headquarters, Department of Army. **Field Manual 6-22: Army Leadership**. Washington, DC, 2006.
- _____. Headquarters, Department of Army. **Field Manual 3-0: Operations**. Washington, DC, 2001.
- GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Psicologia Estrutural em Kurt Lewin**. ed. Petrópolis: Vozes Editora Ltda., 1972, 244p.
- GARDNER, John W. **On Leadership (highlighted summary of the book)**, p 35. Disponível em: <http://www.altfeldinc.com/pdfs/JohnWGardner.pdf>. Acesso em 19 de abril de 2010.
- LEWIN, Kurt. **Teoria de Campo em Ciência Social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965, 387 p.
- NETO, Mario Hecksher. **Precisamos de líderes**. Editora Acadêmica, 2001. 121 p.
- PINHEIRO, Álvaro de Souza. **O Conflito de 4ª Geração e a Evolução da Guerra Irregular**. PADEC EME, Rio de Janeiro, 3º quadrimestre, nº 16, 2007.
- PROCTOR, John W. **Desenvolvendo Sargentos Líderes para o Século XXI**. Military Review, Fort Leavenworth, Kansas, p. 33, janeiro/fevereiro, 2010.
- ROSADAS, Rubem Barbosa. **Liderança, o que é?** PADEC EME, Rio de Janeiro, 3º quadrimestre, nº 12, 2004.

NOTAS

- [1] As operações no amplo espectro são desenvolvidas nos conflitos modernos muito além do tradicional combate entre oponentes armados, envolvem aplicação dos meios de combate de forma simultânea e/ou sucessiva, combinando operações ofensivas, defensivas e de cooperação e coordenação com agências.
- [2] A teoria de Kurt Lewin foi uma das primeiras a ver o comportamento humano como resultado tanto de fatores da própria pessoa como de fatores do ambiente.



O EMPREGO DE CÃES NO COMBATE AO NARCOTRÁFICO NA FAIXA DE FRONTEIRA

Capitão Abiaru Caiubi Camurugy de Guerreiro

O autor agradece a orientação do Coronel Carlos Alberto Lins Reis

O Capitão de Infantaria Guerreiro é comandante de subunidade no 6º Batalhão de Polícia do Exército (6º BPE), sediado em Salvador - BA. Foi declarado aspirante a oficial em 2008 pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). É mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Possui o estágio de Adestrador de Cães de Guerra. Comandou os Pelotões Especiais de Fronteira de São Joaquim e de Maturacá, no Comando de Fronteira Rio Negro/5º Batalhão de Infantaria de Selva (CFRN/5º BIS), em São Gabriel da Cachoeira-AM. Possui especialização em Relações Internacionais e em História Militar. Participou da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), em 2011 (abiaruguerreiro@hotmail.com).



O tráfico de entorpecentes é um grande problema na fronteira do Brasil. Essa grande extensão territorial (cerca de 17.000 km) é compartilhada com dez países da América do Sul e apresenta-se extremamente vulnerável à atuação do narcotráfico. A porosidade das fronteiras, aliada às estratégias utilizadas pelos traficantes, faz com que substâncias ilícitas alcancem os grandes centros de consumo e de redistribuição brasileiros.

No que tange à Amazônia brasileira, delimitada externamente por 10.404 km - cerca de 62% da fronteira brasileira -, o narcotráfico configura-se como um dos principais problemas que ameaçam a segurança nacional. Essa região abriga a maior porta de entrada de cocaína no país.

De acordo com Abdalla, Madruga, Ribeiro, Pinsky, Caetano e Laranjeira (2014), o Brasil está entre os maiores mercados consumidores de cocaína do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos da América.

O relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNDOC (UNITED NATIONS, 2016) aponta que o Brasil é o principal fornecedor internacional dessa droga.

Suas exportações se concentraram na Europa, na África e na Ásia, considerando o período compreendido entre 2009 e 2014.

Esse tráfico doméstico e internacional de drogas fornece recursos financeiros para organizações criminosas das grandes metrópoles brasileiras e está ligado a outras atividades ilícitas, como o tráfico de armas, ameaçando a segurança da população e a estabilidade do país.

A Amazônia brasileira é uma região estratégica para o narcotráfico doméstico e internacional. Tal fato foi evidenciado pela escalada da violência na disputa pelo monopólio do fornecimento de drogas na região, que compreende os afluentes do Rio Solimões, especificamente, o Trapézio Amazônico e a tríplice fronteira brasileira. Dados da Secretaria de Segurança Pública do estado do Amazonas indicam que foram apreendidas cerca de 21 toneladas de cocaína nos anos de 2015 e 2016.

Segundo o governo do Amazonas, o narcotráfico movimenta cerca de R\$ 5,7 bilhões por ano. Portanto, enfrentar essa realidade e propor soluções para aperfeiçoar a proteção das fronteiras brasileiras constitui um desafio extremamente complexo para as políticas de segurança nacional.

O Exército Brasileiro (EB) atua na repressão aos delitos transfronteiriços e ambientais ao longo da faixa de fronteira da Amazônia. Durante as operações executadas na região, o EB realiza revista de pessoas, de veículos, de embarcações e de aeronaves, nos termos da Lei Complementar nº 117/04 (dispositivo legal que estabelece atribuições subsidiárias para as Forças Armadas).

A Força Terrestre (F Ter), que é o instrumento de ação do EB, possui poder de polícia para atuar na fronteira. Possui também unidades de infantaria, que são as tropas mais vocacionadas para realizar o patrulhamento da área. Essas unidades formam a base dos comandos de fronteira (C Fron). Os C Fron mantêm, permanentemente, tropas na linha de frente



realizando patrulhamentos com a finalidade de coibir a entrada de materiais ilícitos no território nacional, especialmente, drogas e armas.

O EMPREGO DE CÃES DE GUERRA NA SEGURANÇA PÚBLICA

Para combater a entrada de materiais ilícitos no país, as Forças Armadas (FA) e as forças policiais de diversos países vêm utilizando, largamente, cães farejadores durante os trabalhos de detecção, sobretudo, de entorpecentes. Portos, aeroportos e rodovias são exemplos da aplicação prática dos cães. Trata-se de um meio extremamente eficiente em virtude da aguçada capacidade olfativa desses animais.

A partir da década de 60, diversos países começaram a empregar cães farejadores na detecção de narcóticos nas áreas fronteiriças (Suécia, em 1967; Alemanha - RFA, em 1969;

Estados Unidos da América, em 1972; e Canadá, em 1973).

O cão de faro consegue examinar com eficiência diversos tipos de cargas, embarcações, veículos, aeronaves, construções e até mesmo pessoas, aumentando a eficiência de postos de controle nas faixas de fronteira e proporcionado celeridade nas revistas realizadas nos postos de bloqueio.

Acompanhando a crescente tendência mundial do uso de cães em atividades militares, cinquenta e sete aquartelamentos do EB possuem autorização para empregar esses animais nas operações. Contudo, segundo a Diretoria de Abastecimento do Exército (D Abst), atualmente, nenhuma unidade militar que fiscaliza a faixa de fronteira amazônica possui cães em sua carga (BRASIL, 2016).

Nesse contexto, é necessário que sejam adotadas medidas para viabilizar a implementação de cães nas unidades que atuam na faixa de fronteira da região amazônica.

Nesse diapasão, o EB resolveu criar em Manaus, no 7º Batalhão de Polícia do Exército (7º BPE), um Centro de Reprodução e Distribuição de Caninos (CRDC), similar aos centros existentes no Batalhão de Polícia do Exército de Brasília (BPEB) e no 2º Batalhão de Polícia do Exército (2º BPE), sediado em Osasco-SP. Isso demonstrou a relevância que a Força atribuiu ao projeto de implementação de cães no âmbito do EB.

O uso dessa ferramenta por outras organizações militares (OM) na fronteira, inclusive pelos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), destacamentos situados estratégicamente nos principais rios que dão acesso ao território nacional, pode aumentar significativamente o poder de repressão de ilícitos transnacionais, notadamente a entrada e a circulação de narcóticos na região.

Atualmente, é inegável o potencial de dissuasão que o emprego de cães exerce nas operações de repressão ao narcotráfico. Porém, é significativa a defasagem do efetivo de cães de guerra existente na Força face à demanda da fronteira amazônica. Essa defasagem envolve também aspectos operacionais e administrativos do EB. Dessa forma, faz-se necessária a investigação dos fatores que contribuíram para a instalação desse quadro.

A compreensão dos óbices à implementação de cães nas organizações militares que atuam na faixa de fronteira irá ajudar no processo de descentralização dos recursos necessários para suprir as demandas, além de proporcionar capacidade operativa às unidades militares.

O cão de faro consegue examinar com eficácia diversos tipos de cargas, embarcações, veículos, aeronaves, construções e até mesmo pessoas, aumentando a eficiência de postos de controle nas faixas de fronteira e proporcionando celeridade nas revistas realizadas nos postos de bloqueio.

do a eficiência da ferramenta e abrindo espaço para a ampliação do emprego de cães no âmbito do EB e das forças de segurança pública.

DESAFIOS LOGÍSTICOS PARA MANUTENÇÃO DOS CÃES

Com a finalidade de esclarecer e discutir as características que envolvem o emprego de cães de guerra no EB, foi realizada uma pesquisa no ano de 2017. Esse estudo visava a verificar as possibilidades e as limitações que circundam a utilização dessa ferramenta no âmbito de todo o EB. Tal pesquisa foi focada, mais detidamente, nos aspectos relacionados à utilização de cães de guerra pelos batalhões de infantaria de selva, para a detecção de narcóticos.

Na ocasião, foram distribuídos questionários para os batalhões localizados na faixa de fronteira ou que possuíssem comando de fronteira, para unidades de armas base que possuíssem seção de cães de guerra (SCG) autorizadas pela Diretoria de Abastecimento do Exército (D Abst), aos militares possuidores de Estágio de Adestramento de Cães de Guerra e à Seção de Gestão Logística de Remonta e Veterinária (SGLRV) da D Abst.

A fim de viabilizar o desenvolvimento da investigação, adotou-se o procedimento de “estudo de caso” dos programas de cães de guerra do EB, das Polícias Militares,

O 1º Batalhão de Polícia do Exército e o Batalhão de Ações com Cães, da Polícia Militar, localizados no estado do Rio de Janeiro, caracterizam-se como unidades de referência no emprego de cães destinados a combater o narcotráfico.

Ambas as unidades são exemplos de eficiência e possuem experiências bem-sucedidas nesse tipo de operação, além de produzir resultados significativos, mostran-



da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, bem como do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América. Além disso, foi utilizado o método comparativo, buscando semelhanças e diferenças entre os referidos programas visando à obtenção de informações sobre o funcionamento desses programas.

Como resultado, a pesquisa evidenciou que a implantação de uma SCG em uma unidade militar está condicionada a um ajuste considerável no quadro de pessoal da OM, além de outros entraves administrativos. Na prática, isso significa mudanças estruturais nas OM, envolvendo remanejamento de pessoal, pela criação ou supressão de cargos.

Tais mudanças poderiam comprometer ou dificultar a implantação de uma SCG em uma OM, tendo em vista que as alterações de pessoal, certamente, repercutiriam na eficiência de outros setores da unidade, em razão da realocação de pessoal e do aumento na quantidade de atividades que seriam agregadas.

Além disso, o trâmite que compreende desde a solicitação da alteração do quadro de cargos da unidade (QCP) até a real criação da seção de cães, incluindo o recebimento de cães, poderia demorar muito, o que acabaria desestimulando as unidades.

No que tange à necessidade de emprego de cães no âmbito das OM de fronteira, 73%

dos entrevistados nos batalhões de infantaria de selva indicaram que essa ferramenta deveria ser alocada tanto na sede da OM quanto nas frações destacadas, considerando-se que os destacamentos das OM de fronteira estão situados em locais estratégicos. Essas frações possuem, ainda, a responsabilidade de realizar permanentemente o patrulhamento e a segurança dos principais acessos ao território nacional. A presença de cães farejadores nesses locais potencializaria a ação da tropa.

No que diz respeito à especialização necessária dos militares que trabalham nas seções de cães de guerra, sabe-se que, em OM que não possui oficial veterinário, a assistência veterinária deve ser realizada por oficial veterinário da guarnição designado pela Região Militar (BRASIL, 2017).

A falta de oficial veterinário na OM foi considerada um óbice extremamente relevante. A ausência desse especialista na fronteira pode comprometer a assistência veterinária por ocasião da utilização de cães em seus destacamentos, inviabilizando o adequado escalonamento do tratamento veterinário.

A carência de assessoramento de oficiais combatentes na SCG e o desconhecimento das capacidades e limitações das equipes caninas por parte dos responsáveis pelo planejamento das missões podem comprometer a atuação das equipes. A presença do oficial combatente na SCG promove o elo necessário entre os objetivos finais do emprego do cão e o conhecimento das atividades cinotécnicas, representadas pelo adestramento, treinamento e manutenção dos cães.

Verificou-se que existe uma grande demanda de praças nas SCG. Entretanto, há uma frequente utilização de militares das SCG em atividades diversas àquelas desenvolvidas na seção. Esse acúmulo de encargos prejudica os treinos e, consequentemente, o desempenho do animal.

O efetivo de cães homologado pela Diretoria de Abastecimento é pequeno, resultando em menor repasse de recursos para manutenção dos animais. Além disso, o recebimento de cães aptos para o trabalho militar é imprescindível para que os animais possam atuar com eficiência.

De acordo com a SGLRV, no ano de 2015, cada CRDC produziu, em média, 17 cães. No ano seguinte, a produção subiu para 31 animais. Entretanto, para atender às necessidades operacionais das OM, cada CRDC deveria produzir, no mínimo, 80 caninos por ano, haja vista que a renovação anual de cães de guerra deve ser de 20% do efetivo (BRASIL, 2014). Logo, a quantidade média de animais produzida nos anos de 2015 e de 2016, possivelmente em decorrência da quantidade de matrizes previstas, não foi suficiente para atingir a meta proposta ou a quantidade mínima demandada pelas OM.

No que tange à assistência veterinária, ficou evidenciado que existe carência de suporte adequado para atendimento clínico aos caninos nas OM de fronteira e nos municípios situados na faixa de fronteira.

Ainda nessa seara, as OM que possuem SCG apontam que existem grandes dificuldades para a realização do atendimento veterinário necessário para a manutenção das condições mínimas de trabalho das seções de cães. Essa situação é potencializada pela limitação de recursos destinados ao atendimento clínico dos cães.

A pesquisa evidenciou que, nas SCG e nos batalhões de infantaria de selva, a existência de um escalonamento no tratamento veterinário possibilitou melhor assistência aos animais. Essa divisão de tarefas foi positiva no que tange aos diagnósticos, às cirurgias e às reabilitações nos casos clínicos mais complexos e que excedem a capacidade de atendimento da própria OM. O escalonamento da logística consiste na articulação em profundidade dos recursos de maior complexidade (BRASIL, 2014).

O pessoal entrevistado nas SCG apontou, ainda, que nos anos de 2015 e 2016 cerca de 40% dos cães necessitaram de algum tipo de

atendimento veterinário que a OM não teve condições de realizar. 43% relataram que os procedimentos que extrapolam as capacidades da OM são realizados em clínicas particulares.

Em 29% dos casos de doença, o atendimento é realizado por meio de pedido de ajuda às universidades e a colaboradores, que realizam os procedimentos sem custo, apesar de não possuírem vínculo formal com a OM.

Já o tratamento realizado por outras OM ou coordenado pelo veterinário da guarnição representou apenas 10% das ocorrências, revelando uma baixa adesão à estrutura institucional.

Outra dificuldade está relacionada ao transporte dos animais. Faz-se necessária a utilização de viaturas adaptadas tanto para SCG, quanto para os batalhões de infantaria de selva. Essa demanda se deve ao fato de que a utilização de transporte adaptado proporciona melhora na segurança, no controle e no emprego do animal. Além dessa adaptação nas viaturas, é necessária a existência de canis e de caixas de transporte modulares.

Foi verificada também a inexistência, nas SCG, de materiais entorpecentes para utilização nos adestramentos dos cães. O estudo revelou que 21,1% das OM não possuem esse tipo de material e 42,1% afirmaram que possuem em pequenas quantidades.

Dessa forma, ficou evidente a existência de entraves na obtenção desses materiais para a instrução. O fato de não existirem entorpecentes ou, quando existirem, serem em quantidade insuficiente e em estado de conservação inadequado, compromete a instrução e a capacitação dos cães para atividade de detecção de narcóticos.

A logística de manutenção dos cães também é um grande problema. Nos batalhões de infantaria de selva, por exemplo, a aquisição de ração, de medicamentos e de materiais de treino, por meio do sistema de licitações do Governo Federal, pode impactar sobremaneira o desenvolvimento da atividade, devido às peculiaridades da região amazônica. A solução apontada foi que a distribuição dos suprimentos fosse realizada pelo escalão superior.

As instalações também necessitam de investimentos. Nas diversas SCG avaliadas, as únicas instalações consideradas adequadas foram os boxes caninos. As demais foram avaliadas como pouco adequadas, necessitando de adaptações em praticamente todos os setores. Instalações inadequadas comprometem o funcionamento da SCG e o rendimento do animal.

Em relação à dimensão operacional, os militares das SCG e dos BIS avaliaram o quanto a falta de pessoal capacitado para adestrar e para empregar os cães compromete a atuação dessa ferramenta nas atividades operacionais, havendo necessidade urgente de se suprimir esse óbice.

A CAPACITAÇÃO DE PESSOAL E O ADESTRAMENTO DE CÃES

Em relação à dimensão operacional, os militares das SCG e dos BIS avaliaram o quanto a falta de pessoal capacitado para adestrar e para empregar os cães compromete a atuação dessa ferramenta nas atividades operacionais, havendo necessidade urgente de suprimir esse óbice. Em que pese a existência de diversos cursos de capacitação conduzidos pelas OM das SCG, apenas 21,05% das unidades disseram treinar, regularmente, seus militares e adestrar seus cães para atuarem na detecção

de narcóticos, e 26,36% afirmaram que não realizam cursos ou estágios.

De modo geral, os estágios de tratador, condutor e instrutor – previstos no Caderno de Instrução de Cão de Guerra (BRASIL, 2013) - não são realizados separadamente. Seu conteúdo é totalmente integrado ao Estágio de Adestrador de Cães de Guerra, que é realizado em unidades militares específicas.

A pesquisa evidenciou, ainda, que o Estágio de Adestrador de Cães de Guerra trata o faro de entorpecentes de maneira superficial. Nesse sentido, 95% dos adestradores de cães de guerra concordam que deveria existir um estágio específico para a detecção de narcóticos.

Para 20,2% dos adestradores e para 10,6% das SCG, o Caderno de Instrução de Emprego de Cão de Guerra (EB70-CI-11.002) é suficiente para adestrar os cães de guerra e para conduzir missões de detecção de narcóticos.

Dentre os manuais utilizados para adestramento, o Caderno de Instrução de Emprego de Cão de Guerra (EB70-CI-11.002) foi citado por apenas 17,72% dos adestradores e por 31,57% das SCG como fonte de consulta para instrução. Portanto, a maioria dos adestradores e das SCG afirmou utilizar outras fontes de



consulta para adestrar seus cães e preparar seus militares, valendo-se, geralmente, de manuais utilizados pelos órgãos de segurança pública. Atualmente, existe uma carência significativa de normatização para o funcionamento dos cursos e estágios de adestramento de cães no âmbito do EB.

Outro fator de destaque foi a frequência em que cães de guerra poderiam ser empregados nas operações. Observou-se, portanto, que a detecção de narcóticos é a principal função desempenhada pelos cães de guerra no EB, e seria a principal função que estes poderiam desempenhar na faixa de fronteira. Contudo, em média, apenas 26,21% dos cães existentes na Força são habilitados para realizar o trabalho de detecção de narcóticos.

A distribuição dos cães entre os condutores foi outro aspecto observado. 58% das SCG disseram que os cães existentes atualmente nas unidades são atrelados a mais de um condutor. Doutrinariamente, o quadro de cargos previstos para as OM estabelece que o número de tratadores deve ser o dobro do número de cães para fins de emprego.

Por outro lado, o Caderno de Instrução de Emprego de Cão de Guerra e o programa do cão de trabalho do Exército dos Estados Unidos (Department of the Army, 2005) orientam que cada animal deve ser manejado pelo próprio condutor, obedecendo à proporção de um cão para cada condutor, de modo a fortalecer o vínculo entre o homem e seu cão.

A falta de animais certificados foi outro problema evidenciado no estudo. A realização de provas de habilitação e de certificação são fundamentais para se atestar a capacidade do binômio homem-cão a ser empregado nas atividades. Nesse contexto, a certificação dos animais deve ser tratada com a devida prioridade, haja vista que apenas uma OM declarou possuir um único cão certificado em adestramento básico, realizado em um centro de adestramento civil.

O EMPREGO DE CÃES NO COMBATE ÀS DROGAS

É fato que o emprego de cães potencializa a apreensão de drogas na região fronteiriça. As operações realizadas nesse ambiente operacional produzem melhores resultados quando essa

ferramenta é utilizada. Em um levantamento realizado, o Comando de Fronteira Solimões e o 8º Batalhão de Infantaria de Selva (Cmdo Fron Sol/8º BIS), situado em Tabatinga-AM, realizando operações sem o emprego de cães, apreenderam 49,48 kg de pasta base de cocaína no ano de 2016.

Em contrapartida, no ano de 2010, doze militares da Força de Segurança Nacional atuando com cães farejadores, na cidade de Tabatinga, apreenderam uma quantidade dez vezes maior da droga em um período de nove meses (SANTOS, 2012).

O Brasil está entre os maiores mercados consumidores de cocaína do mundo, sendo o principal fornecedor internacional da droga para a Europa, a África e a Ásia. A Amazônia brasileira, em razão de sua grande extensão territorial, caracteriza-se como uma região estratégica para o narcotráfico doméstico e internacional. O EB, cumprindo sua função constitucional, atua na repressão de delitos transfronteiriços e ambientais ao longo da faixa de fronteira.

Nesse contexto, faz-se necessária a utilização de cães farejadores nas operações, tal como ocorre, largamente, nas Forças Armadas e nas polícias de diversos países. Contudo, como nenhuma OM fronteira possui cães em seus aquartelamentos, existe uma lacuna operacional no trabalho desenvolvido na região.

OS DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE CÃES NAS UNIDADES DE FRONTEIRA

Os militares que atuam nas OM de fronteira, os adestradores de cães de guerra, assim como as SCG das OM vislumbram que a presença do cão na fronteira aumentaria a eficiência dos postos de fiscalização, aprimorando o combate ao narcotráfico. Para tanto, existe a necessidade de adequação do modelo administrativo e operacional que regulamenta o emprego de cães de guerra no âmbito do EB.

Dados obtidos recentemente indicam que para a distribuição de cães às OM Fron em curto prazo, haveria necessidade da implantação de um projeto institucional, agilizando-se, assim, os trâmites burocráticos.

Os cães de guerra serão mais eficazes se alocados tanto na sede das OM Fron quanto nas frações destacadas. Para tanto, a OM deve prever que o QCP das frações destacadas também seja

alterado. Desse modo, deve haver autorização para que as OM Fron possuam o QCP das SCG diferente do previsto na portaria do EB que regula a criação de novas SCG, uma vez que os destacamentos são incorporados aos BIS e não constituem uma OM independente.

Em relação ao efetivo dos militares das SCG, é necessário que a OM que pleiteia a implantação de SCG possa contar com a previsão de veterinário em QCP. Para os destacamentos, faz-se necessário que as atribuições do oficial veterinário sejam distribuídas entre militares condutores, que devem ser treinados para realizar procedimentos básicos de cuidados com o cão.

É importante que um oficial combatente possua vínculo operacional com a SCG nas OM valor unidade. A previsão da existência de um oficial combatente na SCG se fundamenta na demanda de planejamento operacional das atividades militares. É importante que haja uma clara delimitação entre as funções exercidas por oficiais e praças combatentes, de um lado, e oficiais veterinários, de outro, sem prejuízo da interação entre as duas funções.

Em virtude do papel relevante que os condutores desempenham dentro do canil, é mister que esses militares não acumulem funções que possam interferir em suas responsabilidades nas SCG. Seria conveniente também que a D Abst aumentasse o repasse dos recursos destinados à manutenção dos animais, com o intuito de atender às necessidades de todos os cães existentes nas OM.

Além disso, para que as OM recebam cães aptos para o trabalho militar, é imprescindível que sejam utilizados critérios de seleção e avaliação para identificar quais cães possuem condições mais adequadas para produzir filhotes melhores, além de selecionar cães que possuam perfil para exercer atividades militares.

Para mobiliar a faixa de fronteira com cães, seria necessário um aumento significativo no número de cães reproduzidos, além da previsão de se completar os claros existentes, bem como da reposição daqueles derivados de casos de óbito e de descarga de animais. Atualmente, os CRDC possuem dificuldades para cumprir a meta de reprodução de quarenta cães, portanto, recomenda-se que haja um aumento do número de matrizes por centro, sobretudo do CRDC do 7º BPE.

Para suprir a carência de suporte adequado para atendimento clínico dos caninos nas OM Fron e nos municípios da faixa de fronteira, recomenda-se que seja institucionalizado o atendimento veterinário escalonado, tendo em primeiro escalão o próprio condutor, em segundo, o oficial veterinário da OM, em terceiro, o oficial veterinário designado pela RM e em quarto escalão o CRDC que distribui os cães para a unidade.

No caso do Comando Militar da Amazônia e Comando Militar do Norte, responsáveis pela faixa de fronteira amazônica, o quarto escalão seria localizado no CRDC do 7º BPE. Para tanto, deve haver um incremento na instalação dessa Unidade, bem como um maior repasse de

recursos e a sistematização dos procedimentos de transporte. Esse escalonamento possibilitaria que os animais fossem mais bem assistidos nos casos clínicos mais complexos.

Deve haver ênfase também no treinamento do condutor para que atue como o primeiro responsável pelo seu cão, sobretudo os que servirão em destacamentos. Nesses locais, a atuação mais especializada do condutor do cão seria de extrema relevância para a solução de emergências médicas de baixa complexidade até a evacuação do animal. A existência de alternativas para o atendimento dos cães é fundamental para a região da fronteira amazônica.

Para combater a entrada de materiais ilícitos no país, as Forças Armadas (FA) e as forças policiais de diversos países vêm utilizando largamente os cães farejadores durante os trabalhos de detecção, sobretudo, de entorpecentes. Portos, aeroportos e rodovias são exemplos da aplicação prática dessa ferramenta de apoio.

A utilização de viaturas adaptadas para o transporte do cão é considerada relevante, pois estas protegem a integridade física dos cães. No caso das OM Fron, situadas em locais onde se utiliza a hidrovia como principal modal, a adaptação das embarcações torna-se relevante, pois as altas temperaturas e o elevado índice pluviométrico podem levar o cão a doenças que o incapacitem a cumprir suas missões ou até mesmo a óbito em casos mais graves. Ademais, a existência de canis e de caixas de transporte modulares proporcionariam melhora na segurança, no controle e no emprego do animal ao possibilitar melhores condições de desdobramento em qualquer área de operações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que há entraves para a obtenção de entorpecentes. Essa limitação para aquisição dessas substâncias entorpecentes pode ser atribuída ao fato de que não existe uma regulamentação de drogas no âmbito da F Ter sobre padronização de procedimentos para obtenção, controle, manuseio e descarte do material.

Com o fito de sanar as dificuldades enfrentadas na aquisição de suprimentos para manutenção dos cães na fronteira, recomenda-se que, para essa região, a aquisição de rações seja realizada pelos batalhões logísticos, e a dos materiais de veterinária pelas RM. Esses itens podem ser encaminhados para as OM Fron juntamente com os itens de subsistência, como ocorre sistematicamente na região.

Foi verificado que as instalações inadequadas comprometem o funcionamento de uma SCG e que há uma necessidade de reforma geral dessas frações. Esses dados revelam que, para implantação de SCG nas OM Fron, é necessário que haja um planejamento adequado de construção, a fim de atender às demandas das unidades de fronteira e seus destacamentos.

Em relação ao aspecto operacional, há necessidade de capacitação cinotécnica de militares das OM Fron. Portanto, deve existir um planejamento detalhado para absorver os militares dessas OM, preferencialmente antes de receber os cães. A implementação do

curso centralizado no 7º BPE possibilitaria um melhor adestramento dos militares em virtude da padronização de técnicas e procedimentos, atualização e difusão da doutrina, possibilitando a avaliação e a certificação das equipes dentro de critérios de exigências reconhecidos internacionalmente.

Ainda sobre a capacitação de militares, recomenda-se que seja previsto um estágio específico para a detecção de narcóticos, uma vez que essa é a atividade mais desenvolvida no âmbito das atuais SCG, sendo também a que teria a maior frequência de emprego na faixa de fronteira.

Sobre o material utilizado no adestramento das SCG, utilizam-se com maior frequência as fontes oriundas dos órgãos de segurança pública (OSP). Esse dado reflete a insuficiência do Caderno de Instrução de Emprego de Cão de Guerra (EB70-CI-11.002) empregado no âmbito da Força.

Dessa forma, faz-se necessária a atualização desse caderno de instrução com a finalidade de incluir procedimentos que formalizem o emprego de cães de guerra na detecção de narcóticos e que facilitem a aquisição dos materiais necessários para a realização dos treinamentos. Nessa atualização, devem constar os principais aspectos práticos para obtenção, acondicionamento, controle, manuseio e descarte de narcóticos para fins de treinamento, dentro das instalações militares, além de aspectos relativos ao treinamento do cão para a atividade de detecção de narcóticos.

Propõe-se, ainda, que seja desenvolvido pelo Comando de Operações Terrestres (COTER) um manual de treinamento de cães de guerra, bem como um programa padrão de instrução, que oriente a condução das atividades das SCG e dos cursos e estágios fornecidos pelas OM. A atualização constante de conhecimentos dos recursos humanos é essencial para a excelência na realização da atividade com cães de guerra.

Outra necessidade é a realização de uma reestruturação das SCG a fim de que passe a existir, nas OM, um condutor para cada cão.

Atualmente, não existe, no âmbito do EB, provas de certificação de condutores

e de cães. Isso impossibilita a verificação da aprendizagem, havendo necessidade de criação de critérios de avaliação dos instrutores e dos instruendos de modo a viabilizar a averiguação da proficiência dos trabalhos realizados pelas OM de todo o território nacional.

Nesse cenário, faz-se necessário que o EB realize a atualização de sua doutrina para que os cães de detecção de narcóticos passem a atuar também no faro de armas, munições e explosivos.

É necessário, também, que ocorra a atualização da seção 2.3.6 do Caderno de Instrução de Emprego de Cão de Guerra, referente ao emprego do cão de detecção de explosivos. Essa atualização deverá contemplar aspectos operacionais e administrativos, tais como obtenção, manuseio, controle e descarte dos materiais explosivos.

Essa atualização deverá contemplar os aspectos operacionais relativos às técnicas, às táticas e aos procedimentos atinentes ao emprego de cães nos patrulhamentos realizados na fronteira, nas revistas de

presídios e nas operações de cooperação e coordenação com agências

Foram encontradas limitações de ordem teórica e metodológica, tais como a impossibilidade de se realizar testes de implantação de cães nas OM. Isso dificultou a realização de uma análise mais acurada do emprego dessa ferramenta nas condições propostas.

Logo, antes de implantar o cão nas OM de fronteira, seria conveniente realizar testes experimentais para que se possa medir o nível de operacionalidade e a quantidade de apreensão de narcóticos. Para conduzir as atividades durante os testes, poder-se-ia aproveitar os militares que estão servindo nessas OM que já possuem o estágio de adestrador de cães de guerra.

É importante ressaltar que, após concluída a distribuição de cães na faixa de fronteira, outras questões relativas às formas de emprego e às avaliações dos resultados das apreensões poderão ser analisadas. Isso promoverá novos debates e, portanto, a constante evolução na linha de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, R. R.; MADRUGA, C. S.; RIBEIRO, M.; PINSKY, I.; CAETANO, R.; LARANJEIRA, R. Prevalence of Cocaine Use in Brazil: Data from the II Brazilian National Alcohol and Drugs Survey (BNADS). *Addictive Behaviors*: an international journal, v. 39, 2014.
- ANDRADE, José Luiz Fontoura de. *Seleção, adestramento e emprego do cão de Guerra de dupla aptidão*. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2015.
- BRASIL. Exército. **EB70-CI-11.002**: Caderno de Instrução de Emprego de Cão de Guerra. 1. ed. Brasília, DF, 2013.
- _____. Exército. **EB40-N-30.702**: Normas Gerais para Reprodução e Distribuição de Cães de Guerra. Brasília, DF, 2014.
- _____. Comando Logístico. **Aditamento nº 24 ao Boletim Interno nº 6 da Diretoria de Abastecimento**. Brasília, DF, 21 jan. 2016. Disponível em: <http://www.dabst.eb.mil.br/_upados/_secoes/_sgrv/REGIME_ALIMENTAR_2016.pdf>. Acesso em: 11 de janeiro de 2017.
- BRASIL. Exército. Portaria nº 019 - EME, de 06 de fevereiro de 2017. Aprova a Diretriz para a Criação ou Transformação da Seção de Equinos Reiúnos e da Seção de Cães de Guerra no âmbito do Comando Exército. *Boletim do Exército*, Brasília, DF, n.6, 10 fev 2017. Disponível em: <<http://www.sgx.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=1498&act=bre>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2017.
- DE PAULA, Alexandre Cirne. *Analizar o combate aos ilícitos transfronteiriços com o emprego de cães de guerra*. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Aperfeiçoamento Militar) – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2008.
- DEPARTMENT OF THE ARMY. **Field Manual 3-19.17**: Military Working Dogs. HQ Army, Washington, DC, 2005.
- _____. **Army Regulation 190-12**: Military Working Dogs. HQ Army, Washington, DC, 2013.
- SANTOS, Sandro Aguiar. *O uso de cães farejadores como ferramenta de combate ao tráfico de armas e drogas ilícitas: atualização, implementação e concretização de uma doutrina*. Artigo científico (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Escola Superior de Polícia Militar, Niterói, 2012.
- SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS. SSP-AM e Polícia Civil apreendem cerca de uma tonelada de drogas. *Governo do Estado do Amazonas*, Manaus, 27 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.ssp.am.gov.br/2017/01/ssp-am-e-policia-civil-apreendem-cerca-de-umatonelada-de-drogas/>>. Acesso em: 1º de março de 2017.
- SOARES, O. A. Brioschi. *Medicina Veterinária Militar* - biossegurança e defesa. São Paulo: Perse, 2013.
- UNITED NATIONS Office on Drugs and Crime. *Dogs detecting drugs*. UNODC, 01 jan. 1976. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/bulletin/bulletin_1976-01-01_3_page005.html>. Acesso em: 30 de janeiro de 2017.
- _____. *World Drug Report 2016*. United Nations publication, Viena, 2016. Disponível em: <http://www.unodc.org/doc/wdr2016/WORLD_DRUG_REPORT_2016_web.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

O COMBATE AOS ILÍCITOS NA FAIXA DE FRONTEIRA

Coronel Paulo Roberto da Silva Gomes Filho

O Coronel de Cavalaria Paulo Filho é o assistente do Comandante de Operações Terrestres. Foi declarado aspirante a oficial em 1990 pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). É mestre em Defesa e Estratégia pela Universidade Nacional de Defesa (Pequim/China) e em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Especialista em Direito Internacional dos Conflitos Armados pela Escola Superior de Guerra e em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina. É autor de diversos artigos versando sobre geopolítica. Comandou o 11º Regimento de Cavalaria Mecanizado (Ponta Porã/MS) (paulofilho.gomes@eb.mil.br. Blog: www.paulofilho.net.br).



A sociedade brasileira devota grande importância ao assunto segurança pública. Formadores de opinião, autoridades dos três Poderes da República (nos níveis federal, estadual e municipal), militares, policiais, além de cidadãos comuns são fortemente impactados pelo tema, tanto em razão de suas responsabilidades e atribuições funcionais, quanto pela sensação de insegurança vigente.

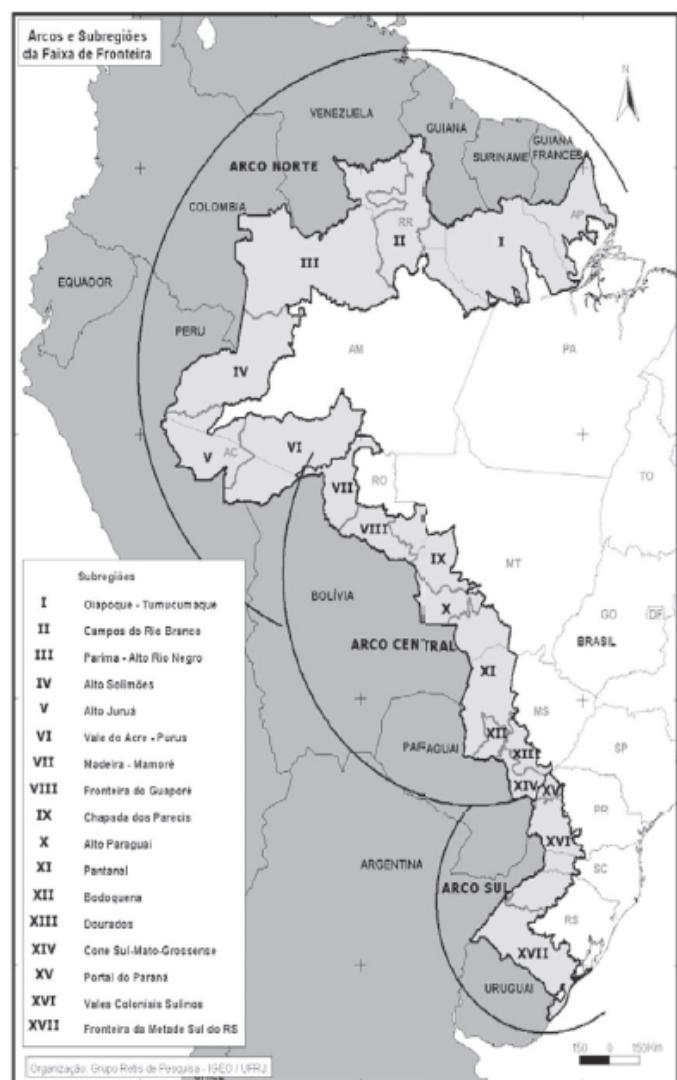
Nesse contexto, a criminalidade urbana é a que mais repercute na sociedade, sendo, portanto, a que mais preocupa. A situação atual exige a adoção de medidas urgentes e eficazes que façam frente aos altos índices de violência, à presença de armas de grande calibre nas mãos de criminosos comuns, ao narcotráfico, à presença nacional de organizações criminosas e à situação carcerária caótica.

As ações estatais que visam a coibir a criminalidade devem ocorrer em todo o território nacional. Entretanto, a faixa de fronteira ganha especial destaque, em razão de suas especificidades. Isso ocorre em decorrência da repercussão dos chamados ilícitos transfronteiriços sobre a criminalidade em geral. Delitos como o tráfico internacional de armas, de munições e de drogas cometidos nas fronteiras potencializam a violência dos grandes centros.

A FAIXA DE FRONTEIRA DO BRASIL

A Constituição Federal, em seu artigo 20, parágrafo segundo, estabelece a definição da faixa de fronteira. "A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão regulamentadas em lei (BRASIL, 1988)".

Trata-se, portanto, de uma faixa que se estende por quase 16 mil km de extensão e 150 km de largura, desde a foz do Rio



Arcos da Faixa de Fronteira

Oiapoque, no estado do Amapá (fronteira com a Guiana Francesa), até a foz do Arroio Chuí, no estado do Rio Grande do Sul (na fronteira com o Uruguai). Abrange 588 municípios de 11 estados brasileiros, área que corresponde a 27% do território nacional e possui uma população com cerca de dez milhões de pessoas (GARCIA, 2015).

Para fins de planejamento e de atuação, o governo federal divide a faixa de fronteira em três grandes arcos. O primeiro é o Arco Norte, que compreende os estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre. O segundo é o Arco Central, formado por Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Finalmente, o terceiro é o Arco Sul composto por Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

De acordo com o censo de 2010, cerca de 5% da população total do Brasil habita a faixa de fronteira. Em termos de geração de renda, essa região participa com 4,48% do produto interno bruto (PIB). As características fronteiriças contribuem para a formação de uma cultura local própria, em muito influenciada pela interação cultural que ocorre com os países lindeiros.

Essas características próprias são especialmente notáveis nas chamadas "cidades-gêmeas", aquelas em que os adensamentos populacionais existentes são literalmente cortados pelo limite da fronteira, quer sejam estes limites demarcados por "linhas secas" [1], quer sejam marcados por obstáculos naturais, comumente os cursos d'água. Na faixa de fronteira, o trânsito de pessoas, de mercadorias, de serviços e de capitais ocorre com grande liberdade, o que favorece sobremaneira o cometimento de delitos de menor potencial ofensivo.

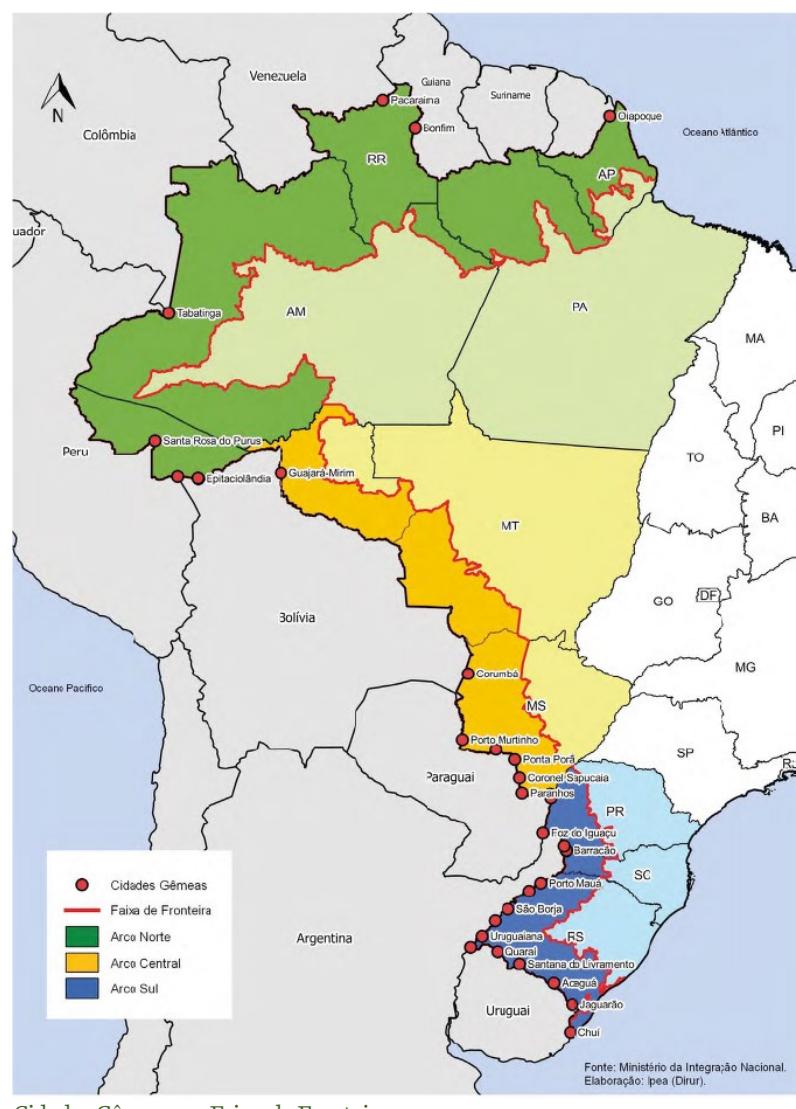
OS DELITOS NA FAIXA DE FRONTEIRA

Um exemplo claro desse tipo de delito é o comércio de pneus. Trata-se de material que deve ser submetido a um processo específico de importação e, por isso, não pode ser enquadrado como bagagem pessoal. Apesar disso, é muito comum se observar, nas cidades que fazem fronteira com o Brasil, um elevado número de lojas de pneus que são frequentadas, quase que exclusivamente,

por clientes brasileiros. Eles realizam a substituição dos pneus de seus veículos no exterior e, posteriormente, retornam ao País, burlando o processo de importação que deveria ocorrer, obrigatoriamente, para a aquisição desse tipo de material.

Outros exemplos de pequenas ilegalidades poderiam ser enumerados: falsas declarações de residência para se acessar serviços públicos do outro lado da fronteira, descaminho de produtos variados para serem comercializados no País por "sacoleiros" etc.

Esses pequenos ilícitos somados acabam por favorecer a criação de uma cultura de tolerância e por promover um esgarçamento de valores morais que, de certa forma, favorecem o surgimento da criminalidade de maior potencial ofensivo. Isso ocorre, basicamente, devido à acumulação de capital e à relativização da gravidade dessa atividade criminosa.



Nesse contexto, é comum ocorrer na faixa de fronteira crimes como: contrabando, lavagem de dinheiro, mineração ilegal, narcotráfico, tráfico de armas, tráfico de pessoas, tráfico de recursos naturais, dentre outros.

O COMBATE AO CRIME NA FAIXA DE FRONTEIRA

Para tentar restringir a ocorrência de ilícitos na faixa de fronteira, o governo federal criou o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF). Esse programa foi instituído por intermédio do Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, com quatro objetivos estratégicos, a saber:

- integrar e articular as ações de segurança pública da União, de inteligência, de controle aduaneiro, e das Forças Armadas com ações dos Estados e Municípios situados na faixa de fronteira, incluídas as regiões de águas interiores e a costa marítima;
- integrar e articular, com países vizinhos, as ações previstas anteriormente;
- aprimorar a gestão dos recursos humanos e da estrutura destinada à prevenção, ao controle, à fiscalização e à repressão dos delitos transfronteiriços; e
- buscar articulação com as ações da Comissão Permanente para o desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira - CDIF (BRASIL, 2016).

O Comitê Executivo do PPIF é composto por representantes dos seguintes órgãos: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), Secretaria da Receita Federal, Departamento de Polícia Federal, Departamento da Polícia Rodoviária Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública e Secretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores.

Como se verifica, pela própria composição do comitê, a responsabilidade pelas ações de combate ao crime na faixa de fronteira é compartilhada por diversos órgãos da esfera federal.

Os Estados, por sua vez, são encarregados de estabelecer os chamados gabinetes de gestão integrada de fronteiras - GGIFs, que têm como objetivo a proposição de ações conjuntas com vistas à integração e à articulação das ações de competência da União, com as ações dos estados e dos municípios, conforme estabelecido no artigo 8º do PPIF.

Trata-se de uma atividade eminentemente desenvolvida por diferentes órgãos e agências de todas as esferas governamentais. Essa característica é extremamente necessária, pois, por um lado, desenvolve uma abordagem sistêmica no enfrentamento ao crime organizado e, por outro, exige um esforço conjunto maior para sua coordenação e controle.

Cada organização carrega sua própria cultura, filosofia, objetivos, práticas e habilidades.

Na faixa de fronteira, o trânsito de pessoas, de mercadorias, de serviços e de capitais ocorre com grande liberdade, o que favorece sobremaneira o cometimento de delitos de menor potencial ofensivo.

Essa diversidade é a força do processo interagências, uma vez que proporciona o somatório de conhecimentos na busca do objetivo comum, gerando a necessidade de um fórum coordenado para a integração dos diversos pontos de vista, das capacidades e das opções. Todos os esforços devem ser coordenados, apesar das diferenças culturais e técnicas operacionais (BRASIL, 2012).

Dentre as instituições encarregadas do enfrentamento ao crime organizado destacam-se, como responsáveis pela segurança pública, aquelas listadas no artigo 144 da Constituição Federal:

- Polícia Federal;
- Polícia Rodoviária Federal;
- Polícia Ferroviária Federal;
- polícias civis; e
- polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 1988).

Dentre as polícias listadas no artigo 144, a Polícia Federal é a instituição que detém a responsabilidade de atuar na repressão dos principais ilícitos transfronteiriços.

Atualmente, essa instituição possui 61 unidades de polícia distribuídas pelo território brasileiro, 30 destas (49,2%) estão localizadas na faixa de fronteira. A Polícia Federal não divulga o efetivo empregado na região (IPEA, 2018).



Atuação do Exército com Receita Federal na Faixa de Fronteira

A Polícia Rodoviária Federal, que foi encarregada pela Constituição Federal de realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, é a instituição que faz as maiores apreensões de produtos que entram ilegalmente no território nacional pelas fronteiras.

Nesse contexto, alguns estados da federação possuem, em suas polícias militares, unidades especializadas no combate aos delitos transfronteiriços. Essas unidades são as principais encarregadas de subsidiar a Polícia Federal na segurança das fronteiras, atuando como polícia ostensiva ou por meio da atividade de inteligência.

Todos os estados do chamado “Arco Central” (Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), além do Amazonas e do Paraná, possuem unidades especializadas no combate aos delitos transfronteiriços.

Como exemplo da existência desse tipo de unidade, podemos citar o estado do Mato Grosso do Sul, que possui, no âmbito de sua Polícia Civil, o Departamento de Operações de

Fronteira (DOF) e a Delegacia Especializada de Repressão de Crimes de Fronteira (DEFron) subordinada à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Além das polícias citadas no artigo 144 da Constituição Federal, existem diversas outras agências responsáveis por atividades que, de alguma forma, são relacionadas à segurança pública na faixa de fronteira.

A Receita Federal, por exemplo, realiza o controle fiscal ininterrupto nos limites internacionais, competindo a ela organizar o planejamento, a coordenação e a realização das atividades de repressão ao contrabando, ao descaminho, à contrafação, à pirataria, entre outros. A Receita Federal promove o controle dos fluxos internacionais de bens e de mercadorias nos pontos de fronteira, por meio da aplicação das regras aduaneiras (IPEA, 2018).

O controle aduaneiro, realizado em 42 pontos alfandegados localizados na faixa de fronteira, abrange inspeção de veículos, de mercadorias ou de viajantes.

A Receita Federal realiza operações, normalmente, em parceria com as polícias Federal e estadual, além das Forças Armadas e de outras agências do poder público.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) tem a responsabilidade de regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e os serviços que envolvam risco à saúde pública.

O Ministério da Agricultura adota medidas sanitárias e fitossanitárias que visam proteger a saúde humana, animal e vegetal. Essa instituição estabelece normas e procedimentos de controle, aplicáveis ao comércio internacional e aos produtos agrícolas (IPEA, 2018). Ambos, ANVISA e Ministério da Agricultura, atuam na faixa de fronteira em atendimento às suas responsabilidades.

A simples presença na faixa de fronteira de todas as polícias, das agências federais e diversas outras, dos níveis estadual e municipal, de associações e organizações da sociedade civil, além de organizações não governamentais (nacionais e estrangeiras) demonstra toda a importância e o esforço de coordenação que o Estado vem realizando para combater os crimes transfronteiriços.

Trata-se de esforço conjunto e de absoluta necessidade de aplicação de estratégias sistêmicas, abrangentes, integradas e interdisciplinares com o objetivo de combater esses tipos de delitos.

Em contrapartida, a problemática fronteiriça não pode ser analisada somente a partir do que ocorre no País. A situação existente nos países vizinhos é parte muito relevante do problema e deve, necessariamente, ser considerada para a busca de soluções.

A ROTA DO TRÁFICO

O Brasil possui uma vasta fronteira terrestre com outros países sulamericanos, em alguns dos quais são produzidas grandes quantidades de drogas ilícitas. A extensão de nossas fronteiras equivale a proximadamente três vezes à da fronteira entre o México e os Estados Unidos.

No subcontinente é produzida a maior quantidade de cocaína no mundo. A ONU estimou que, em 2016, existia uma área de plantio de cerca de 150 mil hectares, resultando em uma produção de 866 toneladas da droga, com altíssimo grau de pureza (UNODC, 2016).

Estimativas do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, na sigla em inglês) apontaram a existência de uma área de 44 mil hectares de plantação de folhas de coca, em um único país, com produção anual superior a 260 toneladas da droga.

Dados do UNODC indicam que atualmente vem ocorrendo um aumento significativo na produção de drogas na região, após um período de queda verificado na década passada. Isso ocorre basicamente pelo aumento das áreas de plantio e das exportações.

Essa superprodução ocorrida nos países vizinhos é a principal responsável pelo abastecimento do mercado brasileiro de drogas. Estima-se que entre 60% e 80% do total de toda a droga comercializada internamente vêm dessa região e entram no País por meio da fronteira terrestre.

Outro problema existente na América do Sul é a produção de maconha. Grande parte dessa droga é originária da fronteira próxima às cidades brasileiras de Ponta Porã, Bela Vista e Coronel Sapucaia, todas no Mato-Grosso do Sul. Esse produto tem como principal destino o Brasil.

A simples presença na faixa de fronteira de todas as polícias, das agências federais e de diversas outras, dos níveis estadual e municipal, de associações e organizações da sociedade civil, além de organizações não governamentais (ONG), nacionais e estrangeiras demonstra toda a importância e o esforço de coordenação que o Estado vem realizando para combater os crimes transfronteiriços.



Posto de Bloqueio e Controle de Estrada

O tráfico de armas de fogo é outro problema de segurança que envolve, direta ou indiretamente, as fronteiras terrestres do País. Segundo o relatório do UNODC de 2016, 87,7% das armas ilegais apreendidas no Brasil, entre os anos de 2010 e 2012, foram originárias do próprio país e traficadas, principalmente, pelos portos. No entanto, as fronteiras terrestres também são focos de entrada, no País, de armas ilegais (IPEA, 2018).

Assim, é evidente que o enfrentamento ao narcotráfico e ao tráfico de armas não poderá ser feito com êxito sem a participação coordenada, ativa e decisiva dos países vizinhos.

AS FORÇAS ARMADAS NO COMBATE AOS ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS

No contexto do combate aos ilícitos transfronteiriços, a atuação das Forças Armadas se dá enquadrada, em especial, na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que foi alterada pelas Leis 117, de 2004 e 136, de 2010.

O art. 16-A desse diploma legal estabelece que cabe às Forças Armadas, como atribuições subsidiárias, além de outras ações pertinentes, atuar contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo.

Essa atuação ocorre por meio de ações preventivas e repressivas realizadas na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia. Em sua atuação, as Forças Armadas executam patrulhamentos; revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; prisões em flagrante delito, dentre outras atividades.

Cabe, ainda, às Forças Armadas, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar contra delitos na faixa de fronteira terrestre, no espaço aéreo, no mar e nas águas interiores, em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, conforme as atribuições específicas da Marinha, do Exército e da Força Aérea.



Revista de bagagens na fronteira

A Estratégia Nacional de Segurança Pública para Fronteiras (ENAFRON) foi um programa criado pelo governo federal com o objetivo de melhorar a prevenção e o combate aos delitos transfronteiriços praticados na faixa de fronteira.

Seu principal produto foi o Plano Estratégico de Fronteiras [2], aprovado pelo Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011, tendo como ações a operação Sentinel [3], coordenada pelo Ministério da Justiça, e a operação Ágata [4], a cargo do Ministério da Defesa (DANTAS, 2014). É importante destacar que tanto a ENAFRON quanto o Decreto nº 7.496 foram revogados, sendo substituídos pelo PPIF.

Desde 2011, portanto, as Forças Armadas vêm realizando periodicamente a operação Ágata. Essa operação possui natureza conjunta e interagências, uma vez que as três forças singulares atuam de forma integrada e com a participação de diversos órgãos federais, estaduais e municipais. Durante a operação Ágata, ocorre a intensificação das ações de patrulhamento, de revistas de pessoas, de veículos, de embarcações e de aeronaves, além da realização de prisões em flagrante delito.

O Exército Brasileiro esteve presente na faixa de fronteira desde o período colonial até hoje. Essa Força singular mantém 87 organizações militares distribuídas pelos arcos norte, central e sul, além de outras situadas em locais de difícil acesso, como os pelotões especiais de fronteira (PEF). No arco norte são 28 PEF. O arco central possui dez pelotões. Já no arco sul não existem PEF, pois em razão da grande vivificação da faixa de fronteira, tal presença não é necessária.

O SISFRON (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras) é outro programa digno de destaque quando se fala na presença do Exército na faixa de fronteira. Trata-se de um sistema de sensoriamento, de apoio à decisão e de apoio ao emprego operacional cujo propósito é fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira (LBDN, 2019).

Esse sistema compreende, dentre outros meios, sensores ópticos e optrônicos, radares, sistemas de veículos aéreos remotamente pilotados, aerostatos, infovias, comunicações por satélite, instalações de comando, softwares de apoio à decisão e meios operacionais do Exército. Tais ferramentas podem ser empregadas tanto na defesa externa, em conjunto com as demais forças singulares, como no apoio aos demais órgãos da segurança pública, atuando contra delitos transfronteiriços, nas operações interagências (LBDN, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O combate aos ilícitos transfronteiriços envolve aspectos políticos, econômicos, psicossociais e militares, portanto, deve ser tratado de forma integrada, abrangente e com ênfase em todas as suas peculiaridades.

As agências encarregadas de atuar nas fronteiras e as forças de segurança pública, em especial a Polícia Federal, precisam ser contempladas com os meios materiais adequados e com os recursos humanos e financeiros necessários para o desempenho de suas funções. Para tanto, as autoridades nos níveis federal, estadual e municipal deverão estar engajadas e comprometidas na solução dos problemas de segurança existentes na faixa de fronteira.

Mas atuar somente na vertente da segurança não é suficiente. Há que haver um esforço integrado também na área psicossocial. Políticas públicas voltadas para o enfrentamento e superação das carências econômicas e sociais, retirando as populações fronteiriças da situação de vulnerabilidade em que se encontram, certamente colaborariam de forma acentuada para a redução dos ilícitos.

É imprescindível, também, a participação dos países vizinhos na construção de políticas,

estratégias e procedimentos comuns para o enfrentamento do crime transfronteiriço. Sem isso as soluções serão parciais e insuficientes.

Em síntese, o combate aos ilícitos transfronteiriços só será eficiente e eficaz se for realizado de forma abrangente, holística e integrada, tanto entre os órgãos de segurança pública e as agências de todas as esferas governamentais e de todos os poderes da República brasileira, bem como com a participação de todos os países envolvidos na questão.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Senado Federal. 1988.
- _____. Decreto nº 8903, de 16 de novembro de 2016. Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução. Brasília, DF. 2016.
- _____. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF. 1999.
- _____. Ministério da Defesa. Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). Versão sob apreciação do Congresso Nacional. Disponível em <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/livro-branco-de-defesa-nacional-consulta-publica-12122017.pdf>>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.
- _____. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. MD33-M-12; Operações Interagências. 1ª Ed. Brasília, DF. 2012.
- _____. Ministério da Integração Nacional. Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira (PDIFF). Grupo de trabalho interfederativo de integração fronteiriça. Ministério da Integração Nacional. Brasília, DF. 2010.
- BRANDÃO, André e outros. O Exército Brasileiro em operações na faixa de fronteira no contexto de segurança integrada. *Revista PADECEME*, v.12, nº 21. Rio de Janeiro, RJ, 2018.
- COSTA, Maurício. Políticas de Segurança e Defesa da Fronteira Brasileira no Contexto da Integração Regional: os casos das fronteiras Brasil-Paraguai e Brasil-Uruguai. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Instituto de Relações Internacionais. Brasília, DF. 2017.
- DANTAS, Leonardo Arêas. O agravamento da problemática da segurança pública brasileira na faixa de fronteira e os seus reflexos para o preparo e emprego da Força Terrestre. 2014. 87 f. TCCP (especialização em Ciências Militares) - ECEME, Rio de Janeiro, 2014.
- ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. Decreto N° 12.752, de 12 de maio de 2009, publicado no DOE nº 7.457, de 13/05/2009 - Cria, na estrutura da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, o Departamento de Operações de Fronteira (DOF). Disponível em <<http://www.dof.ms.gov.br/institucional/decreto/>>. Acesso em 22 de janeiro de 2019.
- _____. Decreto N° 12.218, de 28 de dezembro de 2006. Aprova a estrutura básica e dispõe sobre competência e composição dos cargos da Diretoria-Geral da Polícia Civil e dá outras providências. Disponível em <http://www.sad.ms.gov.br/legislacao/indice/legis_pcms/> Acesso em 22 de janeiro de 2019.
- GARCIA, Amanda. Evolução histórica da faixa de fronteira no ordenamento jurídico brasileiro. Desdobramentos históricos do conceito e sua evolução nas diferentes Constituições. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 20, n. 4462, 19 set. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/42661>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública. Organizador: Bolívar Pêgo. Brasília, DF. 2018.
- United Nations Office on Drugs and Crimes (UNODC). World Drug Report. Sales E.16 XI.7, 2016.
- SAPORI, Luis Flávio. Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas. Ed FGV. Rio de Janeiro, RJ. 2007.

NOTAS

- [1] linhas secas são linhas imaginárias estabelecidas com base em referências cartográficas ou de relevo. As linhas secas definem divisas entre territórios que não possuem acidentes geográficos naturais.
- [2] O Plano Estratégico de Fronteiras foi um decreto do governo instituído pela Presidência da República em junho de 2011. Esse plano teve por finalidade intensificar o combate ao crime organizado nas regiões de fronteira. Tal projeto vem apresentando resultados significativos desde a sua implementação ocorrida em 2011. Segundo informação do Ministério da Justiça, só a apreensão de drogas aumentou 14 vezes em comparação com os primeiros cinco meses de 2011.
- [3] A operação Sentinela é uma ação integrada que reúne órgãos de segurança pública, como: Polícia Federal, PRF e Secretaria Nacional de Segurança Pública. Tal operação é coordenada pelo Ministério da Justiça e destina-se a enfrentar os crimes de fronteira, entre eles o tráfico de drogas. A operação Sentinela é uma das ações componentes do Plano Estratégico de Fronteiras do governo federal.
- [4] A operação Ágata é uma ação de grande escala que integra o Plano Estratégico de Fronteiras do governo federal que é coordenada pelo Ministério da Defesa com o objetivo de fortalecer a segurança nas fronteiras terrestres do Brasil. Nessa operação, militares da Marinha, do Exército e da Força Aérea realizam missões táticas destinadas a coibir delitos como narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, imigrações e garimpos ilegais.

O CENTRO DE LIDERANÇA DO EXÉRCITO DO CHILE

Tenente-Coronel Luiz Antonio Freire de Paiva Junior

O Tenente-Coronel de Infantaria Paiva foi instrutor da Academia de Guerra do Exército do Chile (ACAGUE). Foi declarado aspirante a oficial em 1998 pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Foi Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto à Divisão de Doutrina do Exército do Chile. Realizou os cursos de Operações na Selva, no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), o de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e o de Comando e Estado-Maior na Escola de Comando e Estado-Maior, do Exército Brasileiro (ECEME), estabelecimento de ensino no qual é atualmente instrutor. Possui o curso de Estado-Maior realizado na ACAGUE (paiva@gmail.com).



O *Centro de Liderazgo del Ejército de Chile* (CLE - na sigla em espanhol) é o organismo institucional que regula, dirige e coordena os temas relacionados com liderança no âmbito do Exército Chileno, sendo uma referência para as Forças Armadas chilenas, bem como em nível regional. Não obstante, representa um convite de permanente reflexão para seus membros se tornarem militares e pessoas melhores, a partir de uma visão integral e sistêmica.

O Exército do Chile é uma instituição permanente que cumpre propósitos transcedentes para a República, pois colabora ativamente para o bem comum de seu povo, preservando a paz, o bem-estar e a integridade territorial. Dessa forma, o militar do Exército é um servidor público que, por autêntica vocação e patriotismo, consagra sua vida para servir ao país.

Entendendo esse princípio básico, é possível vislumbrar a importância que a liderança representa para a profissão militar, pois liderar significa motivar e impulsionar vontades coletivas para o sacrifício diário e para o cumprimento do dever (ALVARÉZ, 2016).

A LIDERANÇA NA PROFISSÃO MILITAR

A liderança é um tema que vem sendo bastante estudado nos dias atuais, tanto no meio civil como no meio militar. É um campo vasto de informações, conceitos e princípios que muitas

vezes se confundem. Extensa literatura sobre o assunto pode ser encontrada em livros, revistas e artigos na internet, permitindo a extração de informação científica relevante para sua melhor compreensão.

A liderança militar é uma disciplina presente em todas as escolas militares do Exército do Chile. No âmbito do Exército Brasileiro (EB), essa disciplina é praticada desde a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), passando pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) até a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Tais escolas referem-se à formação e à especialização dos oficiais do EB, os futuros líderes da instituição. Diante disso, o desenvolvimento da liderança deve ser um aperfeiçoamento contínuo e permanente ao longo da carreira militar.

Liderança é, antes de tudo, uma reflexão profissional permanente e uma interpretação pessoal de um conjunto de valores e deveres assumidos individualmente. Segundo Hunter, liderança é a habilidade de influenciar pessoas para trabalharem entusiasticamente visando atingir os objetivos identificados como sendo para o bem comum (HUNTER, 2004).

Os grandes líderes militares da história e sua influência direta no desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre moderna refletem a relevância atual e permanente do tema no desenvolvimento das capacidades das tropas.

Nesse contexto, a criação de um centro de liderança militar no âmbito do Exército Brasileiro, replicando a experiência desenvolvida pela nação amiga com o seu *Centro de Liderazgo del Ejército*, sua visão sistêmica (*Sistema de Liderazgo del Ejército - SILE*) e o seu *Modelo Integral de Liderazgo (MILE)*, irá contribuir para o progresso da Força Terrestre brasileira.

É importante destacar que algumas variáveis, como: as características geoestratégicas do território nacional; a natureza das potenciais ameaças identificadas

no processo de apreciação político-estratégica; as conclusões obtidas no estudo do campo de batalha; as particularidades que compõem a dimensão humana do pessoal que integra a Força Terrestre; e as capacidades disponíveis também devem ser analisadas. Essas características conectam a doutrina ao fator humano, ou seja, são determinantes no estudo de viabilidade mencionado.

A criação de um centro de liderança no Exército Brasileiro similar ao existente no Exército do Chile é imprescindível, tendo em vista a importância que o tema liderança exerce na formação ética e moral dos homens e mulheres que integram as Forças Armadas de um país, em particular as Forças Armadas brasileiras.

A CRIAÇÃO DO CENTRO DE LIDERANÇA DO EXÉRCITO DO CHILE

O Centro de Liderança do Exército do Chile (CLE) foi criado em 1º de janeiro de 2016, por ordem do Comando do Exército do Chile - O/CDO CJE EMGE DOE II a (R) N° 6030/11819 del 30 Nov 2015, e está localizado no Campo Militar de *La Reina*, Santiago.

A inauguração do *CLE* permitiu concretizar um objetivo estratégico do Exército Chileno, considerado no planejamento denominado Exército do Futuro 2026, qual seja – desenhar e desenvolver um centro de liderança para a aplicação do *SILE*.

Nesse contexto, o *CLE* é relativamente novo, possuindo aproximadamente três anos de história, e encontra-se em fase de consolidação. Seu projeto embrionário surgiu com o desenvolvimento do *Modelo Integral de Liderazgo del Ejército* (*MILE* - na sigla em espanhol) e atualmente culminou na implementação do *SILE*.

No ano de 2013, o Comandante do Exército em exercício determinou que a Divisão de Doutrina (Div Doc) do Exército Chileno desenvolvesse o projeto *MILE*, considerado a base da criação do *CLE*. Em 2014, o Primeiro Conselho aprovou a criação do projeto *MILE*. No dia 22 de dezembro de 2015, foi inaugurado o Centro de Liderança do Exército do Chile.

Nessa oportunidade, o comandante do Exército desse país destacou que esse centro deveria se constituir numa referência em nível nacional e regional, para a divulgação dos valores mais intrínsecos da profissão militar. Determinou, ainda, que a partir daquela data “toda iniciativa, atividades, pesquisas e tarefas relacionadas à área de liderança deveriam ser de conhecimento e coordenadas pelo *CLE*, com o intuito de manter o alinhamento do *MILE* e do *SILE*”;

No ano de 2016, o *SILE* foi desenvolvido e implementado como um projeto-piloto, em cinco unidades militares, sendo instituído no âmbito de todo o Exército Chileno, no período de 2017 a 2018.

UN POCO DE HISTORIA...

<p>2013</p> <p>El actual Comandante en Jefe del Ejército dispuso a la División Doctrina (DIVDOC) desarrollar el proyecto "Modelo Integral de Liderazgo del Ejército"</p> 	<p>2014</p> <p>Primer Consejo aprueba el Modelo Integral de Liderazgo del Ejército</p> 	<p>2015</p> <p>El 22 de diciembre el CJE, en el Campo Militar La Reina, inaugura el centro</p> 
<p>2016</p> <p>PILOTAJE DEL SILE</p> <p>El Centro de Liderazgo del Ejército (CLE) realiza el pilotaje del sistema en 5 unidades del Ejército:</p> <p>DIVMAN - BRIMOT N° 4 "RANCAGUA" - 2^{da} BRIACO "CAZADORES" RI N° 1 "BUIN" - DESMÑA N° 8 "TUCAPEL"</p>		
<p>2017 - 2018</p> <p>Implementación del SILE en el Ejército</p> 		

Linha do tempo – histórico do *CLE*

MISSÃO E VISÃO DE FUTURO

A missão do *CLE* foi definida como administrar e/ou gerenciar o processo de desenvolvimento de liderança em nível institucional, tendo como principais tarefas:

- planejar e realizar a melhora contínua dos processos desenvolvidos;
- assessorar no âmbito institucional para o levantamento das políticas de liderança;
- realizar a medição, a análise e o acompanhamento dos níveis de atributos e competências de liderança de todos os integrantes da Instituição (Exército do Chile);
- desenvolver e apoiar o crescimento progressivo dos atributos e das competências de liderança nos integrantes do Exército, no âmbito do Sistema Educativo Institucional (SEI) e no desempenho individual; e
- centralizar e coordenar os esforços de pesquisas, investigação, extensão e difusão do conhecimento na área de liderança, dentro do Exército.

A visão de futuro definida para o *CLE* dispõe que esse centro “deverá se posicionar como uma referência de prestígio internacional em matéria de liderança sendo, ainda, o responsável pelo produto de uma sólida e permanente gestão na formação de líderes integrais para o Exército do Chile, contribuindo ativamente para o desenvolvimento do país e da sociedade em seu conjunto” (*CLE*, 2017).

Essa visão corrobora o fato de que não existe outro centro de liderança, nas outras instituições das Forças Armadas, nem nos principais institutos de educação superior do Chile. Somente exércitos de países como os Estados Unidos, a Inglaterra e a Alemanha contam com um organismo similar, o que

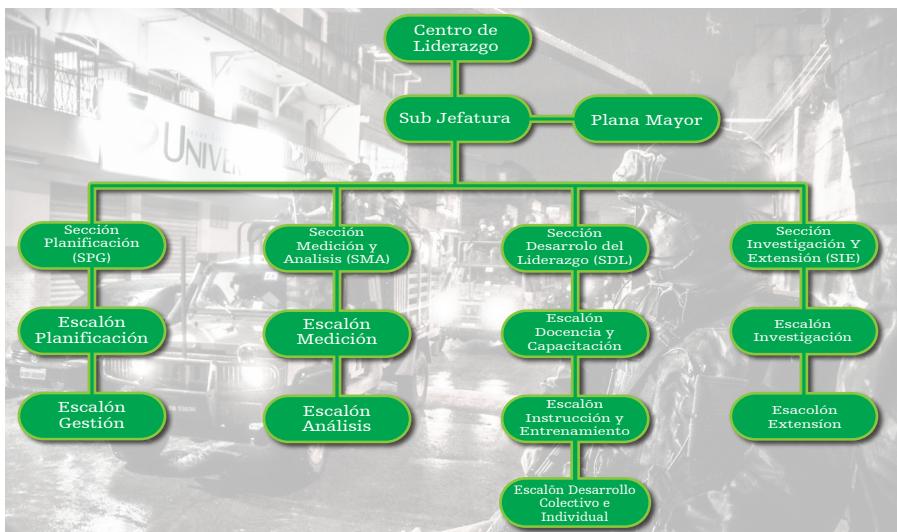
constitui um desafio e uma grande oportunidade para alcançar a visão supramencionada.

É importante destacar que, atualmente, as Forças Armadas brasileiras, em particular o Exército, considerando todas as suas capacidades e a dimensão humana, não possui um centro de liderança com características similares às do Exército Chileno, destinado a gerenciar o tema em nível institucional.

Segundo a Doutrina Militar Terrestre brasileira – DMT (BRASIL, 2014), a liderança é um dos elementos essenciais do poder de combate, juntamente com as informações e as funções de combate (Comando e Controle, Movimento e Manobra, Inteligência, Fogos, Proteção e Logística). O manual de DMT (BRASIL, 2014) define liderança “como uma competência individual que confere ao indivíduo a capacidade de dirigir e influenciar outros militares, por meio de motivação, objetividade e exemplo.”



Elementos do Poder de Combate



Organograma do *CLE*

O MODELO INTEGRAL DE LIDERANÇA DO EXÉCITO DO CHILE

A profissão militar exige de seus integrantes a adesão aos valores que transcendem os interesses pessoais e a presença de uma sólida competência profissional refletida em uma série de condutas e habilidades que permitem aos militares demonstrar determinação para fazer o que é correto, no momento oportuno e por razão própria. Entretanto, para que uma pessoa dentro dessa instituição possa motivar e inspirar outras a aderir a esses valores transcendentais, ela deve ser capaz de se autopreparar e conhecer seus pontos fortes e suas limitações.

A essência da liderança militar é a capacidade de autoliderança, que se baseia no autoconhecimento e no compromisso com o desenvolvimento pessoal. Isso se constitui em um novo paradigma, um novo enfoque, um novo referencial, uma nova forma de se ver e de se entender a liderança militar.

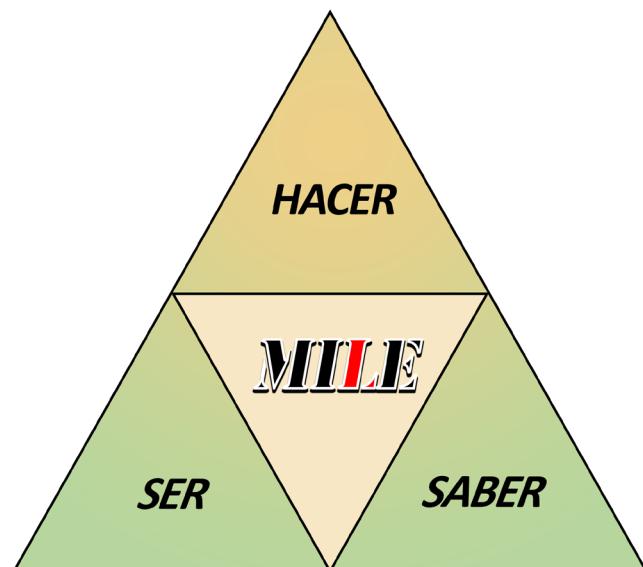
A liderança militar se adquire mediante o desenvolvimento de um conjunto de atitudes, conhecimentos e habilidades que podem ser sintetizadas em três áreas: ser, saber e fazer. Esses conceitos estão estabelecidos tanto na *Ordenanza General del Ejército (OGE)* como no Sistema Educativo Institucional (SEI). Eles são baseados em competências, o que fundamenta a concepção de que a liderança, seus atributos e competências associadas podem e devem se desenvolver com o passar do tempo.

Nesse contexto, foi instituído o *Modelo Integral de Liderazgo del Ejército (MILE)*, na sigla em espanhol, que é considerado o referencial na definição e na regulamentação da liderança institucional, no âmbito do Exército Chileno. O projeto MILE surgiu no ano de 2013, sendo o embrião do CLE.

A importância desse modelo de liderança tem relação com a necessidade de que todos os membros do Exército, militares e civis, sejam conscientes do que se espera deles como integrantes de uma instituição que existe para servir e para proteger os interesses duradouros de seu país.

O MILE pretende estabelecer o que se espera de um líder no âmbito do Exército e

pode ser representado graficamente por meio de uma pirâmide, na qual as extremidades simbolizam as dimensões do ser, saber e fazer, entendendo que estas são indissolúveis e inseparáveis.



Dimensões da Liderança - Projeto MILE

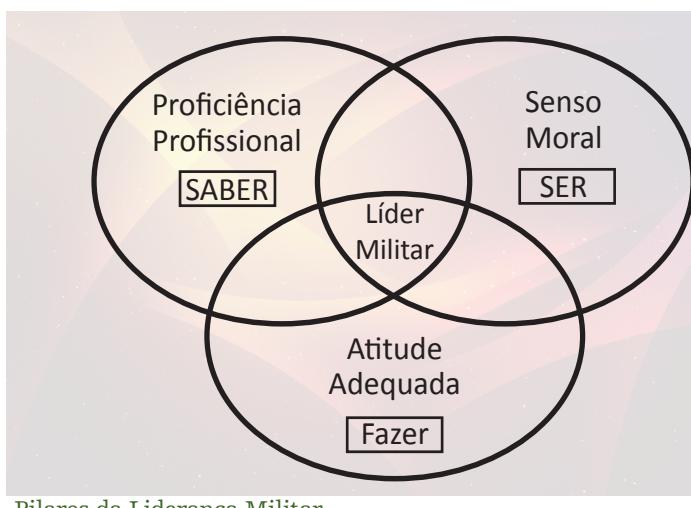
Na base da pirâmide, estão os atributos do líder, representados nas dimensões do ser e do saber, que são a base da profissão militar. Esses atributos distinguem os militares dos demais integrantes de outras organizações, uma vez que compartilham uma cultura de identidade repleta de virtudes e de valores comuns. No topo, encontram-se as competências comportamentais, associadas à dimensão do fazer, o que permite observar e distinguir nitidamente um líder militar.

Os atributos são as aptidões exclusivas que uma pessoa possui e correspondem às características distintivas dos seres humanos. Já as competências constituem o saber atuar do líder. Essa atuação se dá em contexto específico de trabalho, combinando recursos pessoais (conhecimentos e habilidades) e externos (valores, recursos do entorno) para alcançar um resultado esperado.

A ATIVIDADE DE LIDERANÇA NOS EXÉRCITOS BRASILEIRO E CHILENO

O Manual de Campanha Liderança Militar (C 20-10), do Exército Brasileiro, estabelece que a liderança militar encontra-se apoiada em

três pilares básicos: na proficiência profissional, no senso moral e traços de personalidade característicos de um líder e nas atitudes adequadas. Aponta, ainda, que o líder deve saber, ser e fazer, além de interagir com o seu grupo e com as situações. Esses fatores criam e sustentam a credibilidade do líder militar.



Pilares da Liderança Militar

"A proficiência profissional indica a capacidade, conhecimento, cultura. É condição *sine qua non* para o exercício da liderança, pois é a primeira qualidade que se observa e se exige de alguém que exerce uma função de comando.

O senso moral implica na incorporação de importantes valores morais (caráter e temperamento) na personalidade do líder. O indivíduo deve possuir determinados traços de personalidade.

A capacidade de liderança ocorre na junção harmoniosa de valores e características de personalidade desejáveis (o ser), com os diversos conhecimentos que um líder deve possuir (o saber). A atitude adequada, fator preponderante para capacitá-lo ao exercício da liderança (o fazer), deve ser evidenciada na forma como o homem emprega os valores e as competências de sua personalidade com as ferramentas que seus conhecimentos lhe oferecem" (BRASIL, 2011).

Nesse contexto, é possível observar a existência de algumas semelhanças do *MILE*, do Exército do Chile, com a base teórica definida no Manual de Liderança Militar do Exército Brasileiro. Independentemente da

representação gráfica adotada por cada país, seja a pirâmide no Chile ou os círculos interpostos no Brasil, observa-se que as três dimensões do ser, saber e fazer são interdependentes entre si.

O *MILE* se apoia nos sistemas institucionais de instrução e adestramento, de docência e de capacitação vigentes, possibilitando o

aproveitamento das boas práticas em benefício do fortalecimento das condutas de liderança de seus integrantes. Nesse sentido, o Sistema Educativo Institucional (SEI) é uma valiosa contribuição, uma vez que congrega a estrutura do *MILE*, por um lado com os sistemas de docência e capacitação e, por outro, com o sistema de instrução e adestramento.

O desenvolvimento pessoal constitui a terceira face do modelo, talvez a mais importante, razão pela qual se localiza na base da pirâmide. Integra, de forma permanente, as ferramentas de desenvolvimento e de fortalecimento das competências comportamentais de liderança, e utiliza as experiências que a pessoa viveu ao longo de sua carreira.

Da integração de todos esses elementos nasceu o *MILE*. Essa ferramenta possibilitou ao Exército do Chile desenhar um sistema que desenvolvesse e fortalecesse a liderança em todos os seus integrantes. Trata-se do *SILE* (*Sistema de Liderazgo del Ejército*, em espanhol).



Modelo integral de liderança

UM SISTEMA DE LIDERANÇA PARA O EXÉRCITO CHILENO

Por que um modelo de liderança para o Exército do Chile?

Trata-se da necessidade de se possuir um parâmetro definido que permita alinhar a formação e o desenvolvimento progressivo da liderança durante toda a carreira do militar. Deve ser um sistema integrado que possibilite a interação de todo o pessoal do Exército (civis e militares), que incorpore outros modelos e estilos de liderança e que englobe as três dimensões de desenvolvimento do ser humano (ser, saber e fazer).

No processo de desenvolvimento da liderança, todos os esforços devem ser centrados em fortalecer os atributos e as competências pessoais e profissionais de modo a influenciar positivamente o meio, ou seja, toda a energia deve ser utilizada na propagação da liderança.

Nesse contexto, o modelo proposto desenvolve e fortalece os atributos e as competências do pessoal para atuar assertivamente nas três áreas estratégicas: defesa, exército e sociedade; segurança e cooperação internacional.

O *MILE* está sustentado nos seguintes atributos e competências:

ATRIBUTOS

EJEMPLO PERSONAL	CARÁCTER	PERSONALES
<ul style="list-style-type: none">• Porte militar• Seguridad en sí mismo• Coherencia personal y profesional	<ul style="list-style-type: none">• Virtudes cardinales• Virtudes militares	<ul style="list-style-type: none">• Agilidade mental• Pericia <p>Tacto, tino y criterio</p>

INSTITUCIONALES	INTERPERSONALES	PERSONALES
<ul style="list-style-type: none">• Compromiso• Visión de Conjunto	<ul style="list-style-type: none">• Desarrollo de otros• Trabajo en equipo• Comunicación	<ul style="list-style-type: none">• Tolerancia a la presión• Iniciativa• Autoprepación• Análisis y solución de problemas

Atributos e competências do *MILE*

O SISTEMA DE LIDERANÇA DO EXÉRCITO DO CHILE

O desenvolvimento e o fortalecimento da liderança devem ser um processo deliberativo, contínuo, sequencial e progressivo, baseado sempre em valores e na ética profetizados pela instituição. Dessa forma, obtêm-se pessoas competentes e seguras, capazes de tomar, a qualquer momento, as decisões próprias de um líder.

A respeito do *SILE*, o documento DD-10001 - *Doctrina, el ejército* - menciona, em seu artigo 232, "entender-se-á o *SILE* como o conjunto de ações, de meios e de processos que interagem entre si, de forma coordenada e progressiva, para apoiar os esforços institucionais de preparação de líderes integrais para o Exército".

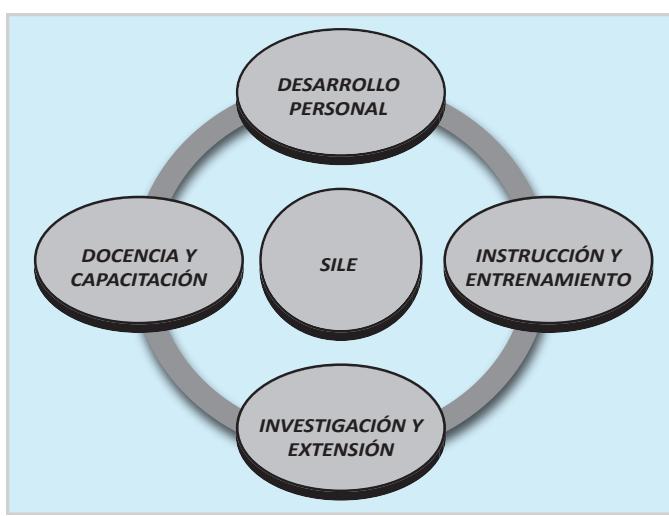
O *SILE* representa o método que permitirá o fortalecimento e o desenvolvimento dos atributos e das competências, além de promover a integração contínua, autossustentável e mensurável da força. Esse sistema ajusta-se à realidade institucional, proporcionando informação valiosa para cada indivíduo e para a instituição, e proporciona a formação de líderes capazes de influenciar os integrantes das unidades, nos diversos níveis de comando.

O *SILE* aplica, ainda, no marco da filosofia da Guerra de Manobra, o "mando tipo missão" [2] que contribui para a satisfação pessoal e colabora para o aumento dos níveis de confiança entre os comandantes e os subordinados.

A estrutura básica do *SILE* está afiançada no sistema educativo institucional. Tem por objetivo gerar impac-

tos, de modo progressivo, em todas as fases da carreira do militar, iniciando na etapa de formação, passando pelos diversos níveis de comando e cursos curriculares e, por fim, convergindo em todos os esforços despendidos pela Força Terrestre. Isso proporcionará pessoal instruído e adestrado para cumprir seu dever.

O *SILE* orienta suas ações e atua por meio de três subsistemas principais (Subsistema de Docência e Capacitação; Subsistema de Instrução e Adestramento; e Subsistema de Desenvolvimento Pessoal) e um complementar (Subsistema de Pesquisa e Extensão).



O *SILE* é a aplicação coerente de um modelo conceitual (*MILE*) que promove a liderança de modo transversal em todo o pessoal do Exército, posto que considera a liderança como uma aspiração legítima para todo militar, independentemente de seu grau hierárquico.

O processo começa mediante a aplicação da medição multidirecional de liderança (MML), também chamada de avaliação 360°, cujo reporte entrega ao usuário do *SILE* uma retroalimentação de suas fortalezas e das oportunidades de melhoria, obtidas a partir da opinião sincera de pares, subalternos e superiores.

Tal opinião diz respeito aos atributos e às competências declaradas no *MILE*, incluindo a autoavaliação realizada pelo

usuário. Com isso, pretende-se obter uma consciência inicial que permita orientar e reconhecer a necessidade de um processo de desenvolvimento pessoal.

Após a realização da MML, o usuário conta com o material pedagógico produzido pelo *CLE*, que vai desde a entrega de conhecimentos básicos sobre atributos e competências, até curtos exercícios que permitem reforçar habilidades específicas e acrescentar o discernimento em situações complexas, permitindo o autoconhecimento.

A partir da autoconsciência se busca mudança de postura, instauração de hábitos positivos e boas práticas de liderança, com material didático baseado em metodologias atualizadas de aprendizagem para adultos.

Quanto à docência e à capacitação, o *SILE*, baseando-se no *MILE*, fundamenta o próprio funcionamento, outorgando uma coerência progressiva aos conteúdos de liderança, ministrados nas distintas escolas e academias.

No Exército Brasileiro (EB), a disciplina “liderança” é ministrada de forma progressiva de acordo com os níveis de atuação (tático, operacional e estratégico). Isso ocorre durante as diversas fases da formação e da especialização do militar.

Embora exista, dentro do EB, um órgão de direção setorial (ODS) voltado especificamente para o vetor educacional, não existe um departamento específico, vinculado ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEEx), que dirija e coordene, especificamente, a disciplina liderança no âmbito das diversas escolas militares.

O subsistema de instrução e adestramento do EB permite o desenvolvimento e o fortalecimento dos atributos e das competências comportamentais da liderança na instrução e no treinamento. Essas atividades são realizadas nas unidades que

integram a Força Terrestre, por intermédio do Comando de Operações Terrestres (COTER).

Para isso, foi criado o Guia de Fortalecimento de Liderança para o Ano Militar (GFLAM). Esse documento comporta uma metodologia que permite vincular os atributos e as competências aos processos e às atividades que se desenvolvem durante o ano de instrução militar.

AS CAPACIDADES DO SILE

O SILE tem por finalidade gerar conhecimento. Isso ocorre por meio da proposição de temas e de linhas de pesquisa, que serão desenvolvidos pelos institutos dependentes da Divisão de Educação (DIVEDUC). O CLE é o responsável por incrementar o conhecimento necessário para desenvolver a doutrina de liderança institucional.

Para sintetizar, as capacidades do SILE são as seguintes:

➤ gerar e aplicar ferramentas de medição individual, com o propósito de que cada integrante do Exército receba uma retroalimentação de suas condutas de liderança como insumo para o desenvolvimento pessoal;

➤ medir, analisar e realizar seguimento dos níveis de desenvolvimento dos atributos e competências, com o propósito de que cada integrante da instituição conheça suas áreas de melhoria relacionadas com a liderança;

➤ desenhar e difundir ferramentas de uso individual e coletivo para o fortalecimento da liderança;

➤ pesquisar, gerar doutrina e difundir conhecimentos no âmbito da liderança militar;

➤ desenvolver e apoiar o crescimento sistemático e progressivo dos atributos e competências de liderança por meio dos processos de instrução, adestramento, capacitação e docência, assim como de desempenho;

➤ gerar retroalimentação dos componentes e dos processos do sistema para a melhoria contínua.

AS FERRAMENTAS DO SILE

Para atingir seus objetivos, o SILE utiliza algumas ferramentas, entre as quais se destacam:

➤ Medição Multidirecional de Liderança (MML):

- instrumento de avaliação do tipo 360°, com o objetivo de gerar um processo de autodesenvolvimento baseado na retroalimentação da opinião de pares, superiores e subordinados. Tal ferramenta quando somada à autoavaliação, identifica as fortalezas e as oportunidades de melhoria;

- foi desenvolvida em conjunto com o Centro de Medição da Pontificia Universidad Católica de Chile (MIDE UC), sendo considerada a principal ferramenta do SILE;

- permite medir os atributos e as competências declarados no MILE; e

- os resultados apresentados pela ferramenta são de caráter confidencial e não afetam nem influenciam o processo de movimentações e/ou nomeações para o comando, nem incidem nas alterações

do militar ou nas avaliações anuais.

➤ Guia de Fortalecimento da Liderança para o Ano Militar (GFLAM):

- permite vincular a doutrina de instrução com o MILE;

- está subdividida em quatro capítulos: instrução com liderança, adestramento com liderança, elementos audiovisuais e liderança no dia a dia.

- em seu capítulo IV, considera a experiência diária, a qual tem relação com as atividades de regime interno, que se realizam nas unidades que contam com contingente operativo ou alunos de escolas matrizes; e

- o ideal é que cada unidade de combate tenha um exemplar impresso.

➤ Guia de consulta de atributos e competências:

- manual explicativo dos conceitos e habilidades, dos atributos e competências que conformam o *MILE*;

- material de consulta permanente; e

- dirigida ao pessoal militar e ao civil que busca conhecer, compreender e aprofundar o marco conceitual proposto pelos atributos e competências.

➤ Doutrina de Liderança:

- o regulamento *Ethos del Ejército de Chile*, ou seja, de ética militar foi publicado no ano de 2018;

- o manual *Tradiciones y Costumbres Militares* está em fase final de correção pelo CLE; e

- o regulamento *Liderazgo* está em processo de elaboração.

Por fim, o *SILE* constitui-se em uma ferramenta fundamental para apoiar o labor formativo dos comandantes, instaurando hábitos positivos e boas práticas orientadas a conduta honrável, a probidade e a integridade moral de todo o pessoal.

Esse sistema promove a realização de uma liderança ética, baseada fortemente em valores, no exemplo pessoal e no atributo fundamental do caráter. Ao mesmo tempo, seu enfoque sistêmico permite fazer um seguimento individual do desenvolvimento de habilidades no exercício das funções profissionais, podendo melhorar os índices institucionais de liderança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro de Liderazgo del Ejército de Chile (*CLE*) representa uma referência regional, no contexto sul-americano, servindo de modelo para o Exército Brasileiro, que ainda não possui um centro similar. É importante destacar que a condução de nossas Forças Armadas é realizada por homens formados com base em atributos e valores, que os podem caracterizar como líderes.

Assim, mandar, com liderança, é a forma ideal de exercer a autoridade do comandante,

inspirando confiança, compromisso e coesão nos seus subordinados. Aos futuros comandantes, aspirar à liderança constitui um dever e um desafio diário.

Dessa forma, é imprescindível a sistematização do ensino da disciplina Liderança ao longo da carreira militar. As ferramentas disponíveis para o fortalecimento de atributos e competências expressos no *MILE*, assim como a própria estrutura do *CLE*, que o responsável pela centralização de doutrina de liderança em nível Exército, são facilitadores da formação e do desenvolvimento de futuros líderes, pois mitigam os óbices inerentes ao grande desafio de formar líderes.

A doutrina de Liderança no Exército Brasileiro já está consolidada no Manual de Campanha Liderança Militar. Nesse manual, até se observam semelhanças no tocante aos pilares e/ou dimensões do líder militar: ser, saber e fazer. Entretanto, não se observa o enfoque sistêmico tratado no âmbito do Exército Chileno, por intermédio do *CLE*.

Assim, a experiência chilena constitui-se em uma oportunidade de melhoria do ensino da disciplina liderança ao militar brasileiro, pois padroniza o processo de aprendizagem, além de desenvolver e de fortalecer as dimensões atitudinal, moral e comportamental de seus integrantes, sejam homens ou mulheres.

Logo, considerando a importância da liderança nas diversas fases da carreira militar e sua sistematização em nível institucional, sugere-se analisar a viabilidade da criação de um órgão, departamento ou, até mesmo, um centro de liderança com estrutura e missões similares ao existente no Exército do Chile.

Esse centro teria as incumbências de gerenciar, direcionar e coordenar assuntos relacionados à liderança, vinculados com instrução, adestramento, capacitação, docência, experiência diária, incluindo a atualização da Doutrina de Liderança Militar no âmbito do Exército Brasileiro.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Manual de Campanha C 20-10. LIDERANÇA MILITAR. 2. ed. 2011.
- BRASIL. Manual de Fundamentos EB 20-MF-10.102 – Doutrina Militar Terrestre. 1. ed. 2014.
- CHILE. Projeto Modelo Integral de Liderazgo del Ejército (MILE). Centro de Liderazgo del Ejército, 2014.
- CHILE. Artículo Liderazgo: un modelo y un Sistema. Centro de Liderazgo del Ejército, 2017.
- CHILE. Centro de Liderazgo del Ejército - Revista de Liderazgo "Fortaleciendo Líderes". 1. ed. 2016.
- CHILE. Centro de Liderazgo del Ejército - Revista de Liderazgo "Fortaleciendo Líderes". 1. ed. 2016.
- CHILE. La Ordenanza General del Ejército de Chile. 1. ed. 2006.
- CHILE. RDE-11. Modelo Integral de Liderazgo del Ejército de Chile. 1. ed. 2014.
- CHILE. DD-10001, Doctrina, "EL EJÉRCITO Y LA FUERZA TERRESTRE", 1. ed, 2010.
- CHILE. Revista de Liderazgo Fortaleciendo Líderes. Centro de Liderazgo del Ejército. 1. ed, 2016.
- HUNTER, James C. O Monge e o Executivo. (Tradução Maria Conceição Fornos de Magalhães). 15^a edição. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- Site oficial do Centro de Liderazgo del Ejército (CLE). Disponível em <https://cle.ejercito.cl/web/or-ganica.aspx> > Acesso em 3 dez 2018, às 20h44.

NOTAS

[1] Este artigo teve como base teórica, em grande parte, a tradução do artigo em espanhol, confeccionado pelo *Centro de Liderazgo del Ejército* (CLE) - "*Liderazgo: un modelo y un sistema*", 2017. A essência deste trabalho tem um caráter informativo, apresentando o Centro de Liderança do Exército do Chile que, por ser único no entorno regional, poderá servir de referência ao Exército Brasileiro.

[2] Mando tipo missão: a filosofia do mando tipo missão (*Mission Command*, termo em inglês) é o exercício da autoridade e direção implementado pelo comandante que usa ordens "tipo missão" para permitir a iniciativa disciplinada, coerente com a intenção do comandante a fim de possibilitar aos líderes decisões rápidas e adaptadas na execução das operações terrestres. Termo empregado no Exército Brasileiro como a missão pela finalidade.



O TRANSPORTE LOGÍSTICO NA FORÇA INTERINA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO LÍBANO

Capitão João Paulo Gurgel Bezerra

O Capitão de Intendência Gurgel é Chefe da Seção de Logística de Transportes do Setor Leste da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL, na sigla em inglês). Foi declarado aspirante a oficial em 2005 pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). É especialista em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Possui os cursos Básico Pára-quedista, de Mestre de Salto e de Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimento pelo Ar (DOMPSA). Realizou os estágios de Salto Livre, de Transporte Aéreo, de Apoio Logístico às Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas e de Tópicos Avançados na Logística das Nações Unidas. Comandou o Pelotão de Transporte do 20º B Log Pqdt, a Companhia de Suprimento e Manutenção do B DOMPSA e a 3ª Companhia de Suprimento do 3º Batalhão de Suprimento (jpgurgell@yahoo.com.br).



De acordo com o Instituto Colombiano de Automação e Codificação Comercial, a logística é o processo de planejamento, controle e administração da cadeia de suprimentos e distribuição, do fornecedor ao cliente, com foco na rede de valores e na colaboração entre os atores da rede de logística interna e externa (GARCIA, 2008).

Para Ballou (1993), a missão da logística é disponibilizar o produto ou serviço certo, no lugar e instante corretos, na condição desejada ao menor custo possível. Outra definição do mesmo autor é que a logística é o ramo da ciência militar relacionada com obter, manter e transportar material, pessoal e instalações (BALLOU, 2004).

O Comando de Operações Terrestres (COTER) define a logística militar terrestre como um conjunto de atividades relativas à previsão e à provisão de recursos e de serviços necessários à execução das missões das Forças Armadas. Essa atividade tem se mostrado um componente importante nas missões das Forças Armadas e tem crescido bastante nos últimos anos. O emprego correto dessa atividade e as estratégias utilizadas

para a sua operação constituem-se fatores decisivos para a obtenção de vantagens estratégicas e de poder de combate (BRASIL, 2016).

Em se tratando de transportes, Mumford (1998) afirma que, usualmente, se utiliza o termo transporte para designar o deslocamento para o trabalho, a escola, as atividades de lazer, as compras; o deslocamento de encomendas e cargas diversas; e outra gama de fenômenos semelhantes e de evidente importância na vida cotidiana. A preocupação em desenvolver meios para possibilitar esses deslocamentos existe desde a Antiguidade, quando os homens já tinham preocupação com as rotas comerciais, com a marcha dos exércitos e com o provimento de água e outros recursos naturais.

Tais questões suscitam o seguinte questionamento: como é realizada a logística de transporte militar no setor Leste da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL, na sigla em inglês)? Portanto, esse estudo tem o intuito de analisar quantitativamente os transportes logísticos de uma brigada multinacional desdobrada no setor Leste do Líbano, sobretudo no que concerne ao seu aprendizado e ao desenvolvimento da atividade logística de transporte militar. Acredita-se que tal análise tem relevância para a doutrina militar terrestre.

Na exploração desta pesquisa, acrescenta-se considerável importância à logística de transporte militar. O oficial de transporte terá um melhor aproveitamento dos recursos humanos já existentes na entidade, o que possibilitará uma melhoria na qualidade do serviço de transportes e no controle dos movimentos de sua unidade militar.

A FUNÇÃO LOGÍSTICA TRANSPORTE NAS OPERAÇÕES

A função logística transporte refere-se ao conjunto de atividades que são executadas, visando ao deslocamento de recursos humanos, materiais e animais por diversos meios, no momento oportuno e para locais predeterminados, a fim de atender às necessidades da Força Terrestre. Portanto, é responsável por toda a movimentação de material e pessoal na área da missão (BRASIL, 2016).

De acordo com Caruzzo (2016), a fim de determinar a localização de uma base militar, a decisão não deve levar em consideração apenas os aspectos estratégicos e táticos do sistema de transporte militar. A decisão deve também apresentar uma justificação social, técnica e política bem estruturada, a fim de considerar os seus impactos locais e globais na sociedade.

O mesmo autor acrescenta que o processo de tomada de decisão em sistemas logísticos é importante para as organizações. Nesses casos, a análise pode ser um procedimento complexo que envolve muitos vieses e interpretações. Aplicada ao setor de transporte ou de defesa militar, a escolha em aspectos logísticos tem impacto e, em muitas situações, pode comprometer a estratégia de defesa de um país, como a seleção de um local para uma nova base militar.

Um estudo de Ramos (2015) afirma que os pré-requisitos para o desdobramento de uma tropa em uma área de operações geralmente incluem a disponibilidade imediata de pessoal altamente capacitado, bem equipado e transporte confiável com cadeias de suprimento seguras. O equipamento tem que ser encontrado, alugado ou comprado. De posse do equipamento, este deve ser

inspecionado para, então, ser carregado e transportado às áreas da missão.

Outro estudo realizado por Ukpo (1980) afirma que, com o aumento da participação das nações em desenvolvimento nas operações de manutenção da paz das Nações Unidas, a opção de ter nações contribuintes de tropas que forneçam seu próprio transporte representa um problema sério. Isso porque a maioria das nações em desenvolvimento não têm os meios para movimento de grande escala das tropas em distâncias longas, além de não terem a experiência.

O mesmo autor pontua que há uma extensa literatura que aborda aspectos jurídicos, políticos e financeiros da manutenção da paz, mas pouco tem sido escrito sobre os aspectos logísticos da manutenção da paz com a análise específica do transporte. O problema da logística é bem conhecido e apreciado, mas não foram concluídos estudos que investiguem os vários aspectos do sistema logístico.

Em seu estudo, Ortega (2018) afirma que, do ponto de vista do transporte, a logística de transporte militar deve ter capacidades que permitam estabelecer um sistema completo de distribuição que garanta a implanta-

ção das unidades, a manutenção durante as operações e o subsequente retraimento, sem esquecer as estruturas de comando necessárias para a coordenação e controle de todos esses processos.

Já Leslie (2016) assinala que o transporte é parte integrante da implantação e reimplantação de tropas e policiais para as missões de paz. É também um fator crítico a ser considerado para o apoio prestado a contingentes ou unidades, a fim de garantir um fornecimento constante de recursos para manter a eficácia da missão.

A experiência obtida na UNIFIL pode ser direcionada, no Exército Brasileiro, para o ensino doutrinário do transporte logístico militar e para a preparação e o emprego de efetivos nas missões vindouras. Poderá, também, promover o melhoramento da disciplina "logística de transportes", no âmbito da Força, contribuindo com temas escolares e pesquisas científicas sobre o assunto.

O manual Operações de Paz, do Exército Brasileiro, afirma que é a função logística transporte que apoia o contingente no desembarço alfandegário, junto ao governo anfitrião; autoriza o recebimento de todos os tipos de cargas (ressuprimentos ou aquisições); e, ainda, realiza a mediação para o uso de aeroportos e portos do país anfitrião ou sob gerência da própria ONU (BRASIL, 2017).

Por fim, o mesmo manual relata que todo o transporte e emprego de transportes da ONU é coordenado pela Célula de Controle de Movimento (*Movement Control – MOVCON*, na sigla em inglês), que tem as seguintes missões: observação aérea, transporte administrativo, transporte tático, suprimento, ligação, apoio ao rodízio dos contingentes, salvamento, evacuação aeromédica e outras (BRASIL, 2017).

HISTÓRICO DA FORÇA INTERNA DAS NAÇÕES UNIDAS NO LÍBANO

Após uma invasão das forças israelenses ao Líbano, o Conselho de Segurança da ONU, em março de 1978, estabeleceu a Força Provisória das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), obrigando-a a confirmar a retirada das forças israelenses desse país, restaurar a paz internacional e segurança, ajudando o governo libanês a restaurar sua autoridade efetiva na área.

Em junho de 1982, Israel invadiu o Líbano pela segunda vez e, posteriormente, estabeleceu uma zona de segurança dentro do país, que permaneceu até a sua retirada em 2000. Em 1985, Israel retirou parcialmente suas forças do Líbano, mas manteve o controle de uma área no sul desse país controlada pelas Forças de Defesa de Israel (IDF) e das forças libanesas (LAF), o chamado Exército do Sul do Líbano (SLA).

Em 17 de abril de 2000, o governo de Israel notificou o Secretário-Geral das Nações Unidas de que retiraria suas forças de lá até julho de 2000. A partir de 16 de maio, muito mais cedo do que o previsto, as Forças de Defesa de Israel começaram a desocupar suas posições em meio a troca de fogo. Em 25 de maio, o governo de Israel notificou o Secretário-Geral de que Israel havia reimplantado suas forças.

Durante a preparação da retirada das Forças de Defesa de Israel (IDF) do Líbano, a

ONU identificou a "linha de retirada" ou *Blue Line*, em grande parte em conformidade com os limites reconhecidos internacionalmente do Líbano. A ONU estabeleceu essa linha em junho de 2000 com o único propósito de confirmar a retirada total da IDF do território libanês. A *Blue Line* não representa de forma alguma uma fronteira internacional e não prejudica o futuro regime fronteiriço entre o Líbano e Israel. Após a retirada das forças israelenses, o foco principal da UNIFIL era restaurar a paz e a segurança internacionais.

Em 16 de junho de 2000, o Secretário-Geral informou ao Conselho de Segurança da ONU que Israel tinha retirado suas forças do Líbano em conformidade com a linha identificada pelas Nações Unidas. Após a retirada de Israel (IDF), o Conselho de Segurança aprovou a resolução 1310 (27 de julho de 2000), a qual "aprovou o entendimento, mencionado no relatório do Secretário-Geral de 20 de julho de 2000, que a UNIFIL iria implantar e funcionar plenamente em toda a sua área de operações e que o governo do Líbano iria fortalecer a sua presença na referida área, por meio da implantação de tropas adicionais e forças de segurança interna".

Uma força de segurança libanesa de aproximadamente mil homens, composta por militares e pessoal de segurança interna, foi implantada na área de operações da UNIFIL (AOR); no entanto, não operou em áreas próximas à linha de retirada. Até julho de 2006, apesar das violações numerosas da linha de retirada, bem como das violações do mar e do ar, a situação na área permaneceu relativamente calma.

O foco das operações da UNIFIL permaneceu na *Blue Line* e nas áreas adjacentes, onde a UNIFIL procurou manter o cessar-fogo por meio de patrulhas, observação de posições fixas e contato com as partes. A missão continuou a prestar assistência humanitária à população local com seus meios disponíveis.

Em 12 de julho de 2006, a guerra eclodiu entre Israel e Líbano após o Hezbollah ter atacado uma patrulha de Israel, sequestrado dois soldados israelenses e matado outros três.

Em 11 de agosto de 2006, o Conselho de Segurança da ONU adotou a resolução 1701

(2006), na qual encerrou a guerra e decidiu ampliar o efetivo da *UNIFIL* (até um máximo de 15 mil soldados) e expandir seu mandato. O governo do Líbano, por sua vez, decidiu implantar 15 mil soldados no sul do Líbano, estendendo-se além da área de operação da *UNIFIL* (AOR).

A ÁREA DE OPERAÇÕES DA *UNIFIL*

A sede da UNIFIL está localizada em Naqoura. A área de operações se estende desde a *Blue Line* no sul até o Rio *Litani* no norte e é dividida em dois setores: leste e oeste. Cinco batalhões foram implantados no setor oeste, com um quartel-general do setor em *Shamaa*, enquanto quatro batalhões foram implantados no setor leste, com um quartel-general do setor em *Marjayoun*.

A Force Commander Reserve está centralmente localizada em *Burj Qallawayih* para apoiar ambos os setores, conforme for necessário. A UNIFIL também tem presença no aeroporto e Porto de Beirute, para facilitar rotações e embarques militares, além de administrar a *UNIFIL House* – Beirute, que apoia principalmente os requisitos administrativos e logísticos da missão.

O setor leste da *UNIFIL* é composto pelas seguintes unidades militares: Quartel-General (QG), Unidade do Quartel-General (UCG), Grupo Tático Ligeiro de Pessoal (GTLP), Esquadrão de Cavalaria (*TF-A*), Unidade de Apoio à Base (UABA), Unidade de Transmissões (UTRANS), Unidade de Guarda Civil (UGUCI), Unidade de Cooperação Cívico-Militar (*UCIMIC*) e Unidade Logística (ULOG). Essa composição de unidades é denominada *SPANBATT*. Conta, ainda, com o Batalhão Indonésio (*INDOBATT*; na sigla em inglês), o Batalhão Indiano

(*INDBATT*, na sigla em inglês), o Batalhão Nepalês (*NEPBATT*, na sigla em inglês), a Unidade de Polícia Militar do Setor Leste (*SEMPU*) e com a Companhia Indonésia de Força de Reação (*INDOCOY-B*, na sigla em inglês). O efetivo médio total é de aproximadamente 3,5 mil militares, distribuídos conforme a Figura 1:

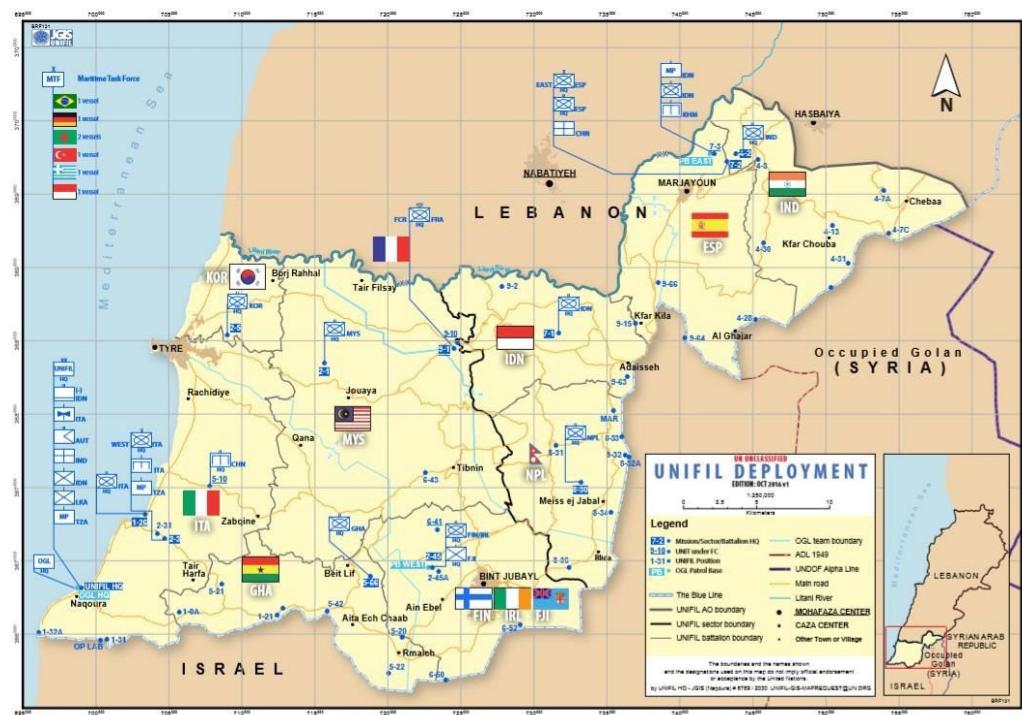
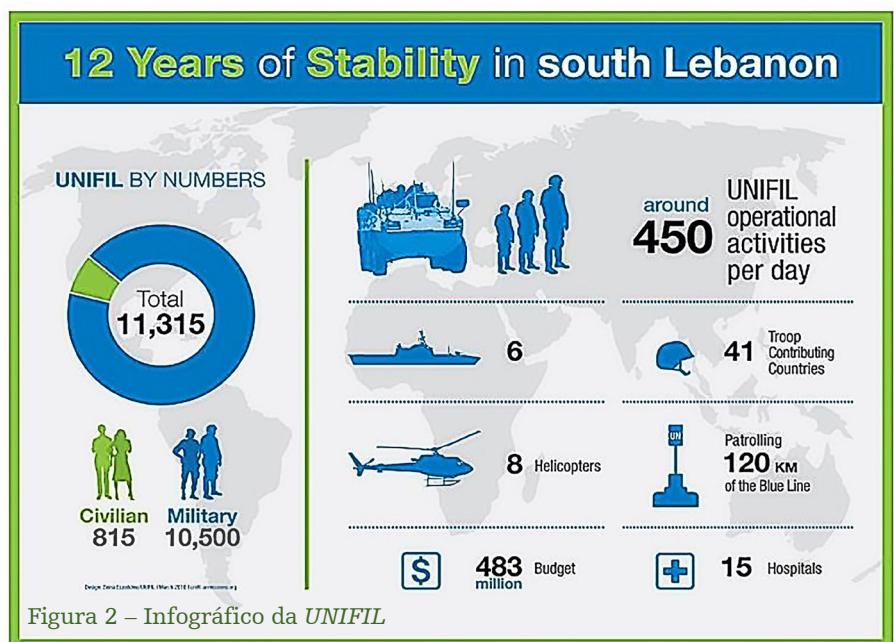


Figura 1 – Área de Operações da *UNIFIL*

Os últimos 12 anos de estabilidade no sul do Líbano são fruto do trabalho diuturno realizado pela *UNIFIL*. A Figura 2 resume, graficamente, as atividades realizadas pela *UNIFIL*, na região.



ESTRUTURA ORGÂNICA DA SEÇÃO DE LOGÍSTICA DO SETOR LESTE DA UNIFIL

A Seção de Logística (G-4) do setor leste da *UNIFIL* é composta por dez militares e está dividida em subseção de Logística Nacional, subseção de Logística das Nações Unidas e subseção de Movimentos e Transportes. O chefe da Seção G-4 é um oficial superior do Exército Espanhol, que supervisiona, coordena e controla todas as atividades logísticas. O chefe da subseção de Logística Nacional é um oficial intermediário do Exército Espanhol, que realiza a gestão logística do contingente espanhol. Por sua vez, o chefe da subseção de Logística das Nações Unidas é um oficial intermediário da Força Aérea Indonésia e é responsável pela gestão logística das Nações Unidas no setor leste. Por fim, o chefe da subseção de Movimentos e Transportes é um oficial intermediário do Exército Brasileiro, que é responsável pelo controle, coordenação e autorização dos movimentos e transportes aéreos e terrestres do setor leste.

A LOGÍSTICA DE TRANSPORTES NO SETOR LESTE

A norma internacional *Standard Operating Procedure – Land Movements – HOM POL 15-14* enseja que os movimentos sejam autorizados de acordo com a situação e o estado de alerta da missão ou por uma ordem de tarefa da *UNIFIL* ou pelo comandante do setor leste (*SECEAST COMMANDER*). As unidades consideram as informações sobre as restrições de movimentos que são informadas pela Seção de Inteligência (G2), Seção de Operações (G3) ou pelo Centro de Operações (TOC).

Todos os movimentos logísticos e de pessoal requerem a autorização do Chefe de Estado-Maior do Setor Leste (*SECEAST COS*), que a delega ao Chefe da Seção de Transporte Logístico do Setor Leste (G4-TPT/*SECEAST*). Os movimentos operacionais não serão abordados porque não são de responsabilidade da Seção de Logística. Esses movimentos são gerenciados pelo Centro de Operações (TOC) e autorizados pela Seção de Operações (G-3). Possuem uma ferramenta de tecnologia da informação de controle *on-line* próprio - *Patrol Mapping and Reporting Tool (PMRT)*.

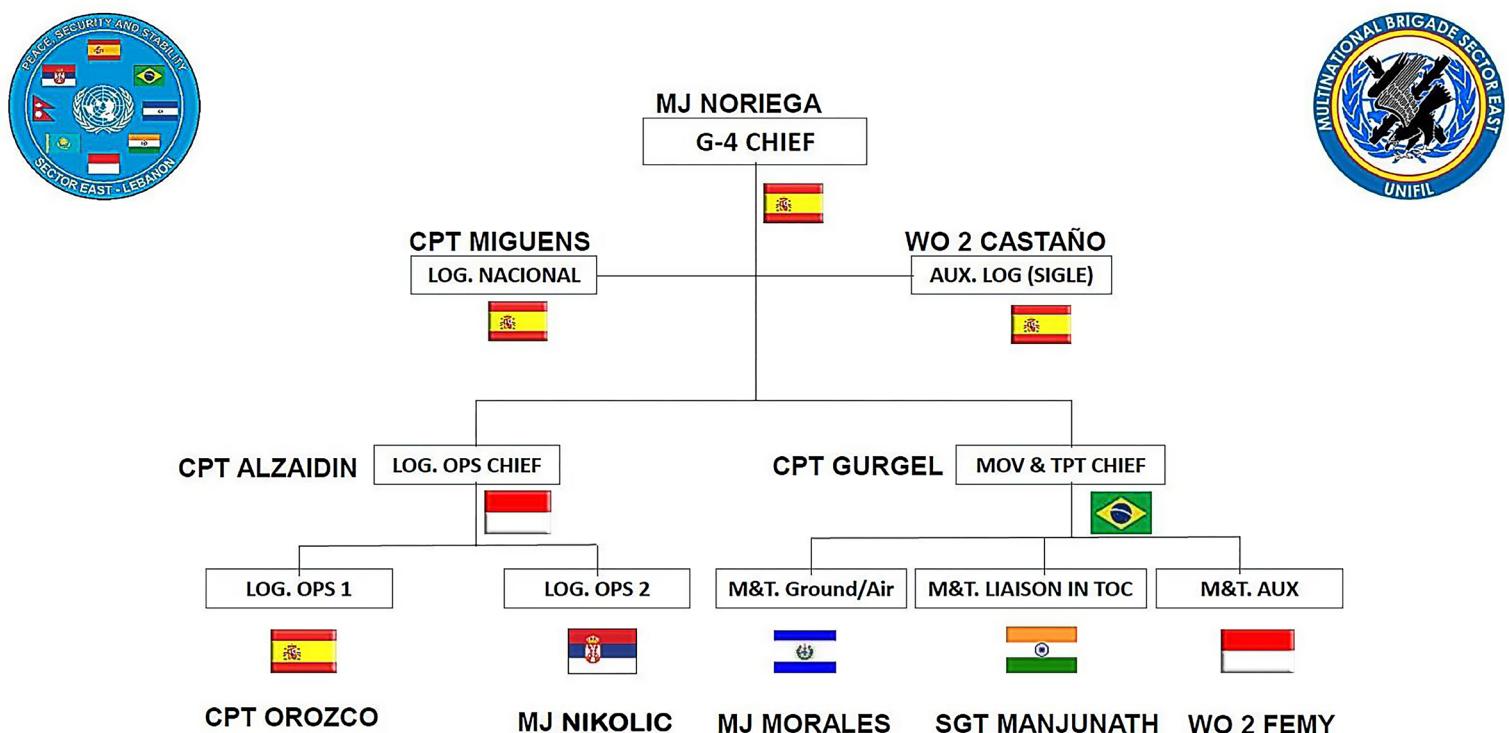


Figura 3 – Organograma da Seção de Logística (G-4)

Os movimentos são classificados em serviço e não serviço. Os movimentos de serviço são todos aqueles importantes para cumprir a resolução do Conselho de Segurança da ONU, direta ou indiretamente, e de interesse das Nações Unidas. Já o movimento não serviço é geralmente definido como o empreendido para o bem-estar ou de interesse nacional (contingente), incluindo um movimento à embaixada nacional, ao banco ou de ligação com oficiais de nações amigas.

Os movimentos que utilizam veículos não pertencentes às Nações Unidas (*no-UN*), como os veículos alugados, táxis e carros civis, também devem ser solicitados ao G4-TPT/SECEAST. Omitir ou ignorar o local do tráfego ou os documentos emitidos pela *UNIFIL*, assim como as condições do veículo e a forma de condução das pessoas, não é considerado uma circunstância extenuante na investigação de possíveis acidentes ou incidentes. Os movimentos devem evitar atravessar o centro das cidades, vilas e aldeias.

O pedido de movimentos deve ser realizado em formulário apropriado, de acordo com a norma *HOM POL 15-14*, indicando os dados corretos, especialmente o nome do líder do comboio, dois meios de comunicações (telefone celular, telefone satelital, tetrapol ou rádio veicular), datas, placas dos veículos, rotas e pontos intermediários. Deve também conter a lista de passageiros (*pax list*), discriminando em que veículo cada militar vai embarcar para o movimento. Para tal, o solicitante do movimento deve conhecer a distância e o tempo que irá realizar.

Com a finalidade de atender os requisitos de trafegabilidade e de segurança na área de responsabilidade (*AOR*, na sigla em inglês), as unidades devem seguir rigorosamente as rotas autorizadas e reconhecidas pela *UNIFIL*. As *main supply routes*, em inglês, estão localizadas dentro ou fora da *AOR*, conforme figuras 4 e 5:

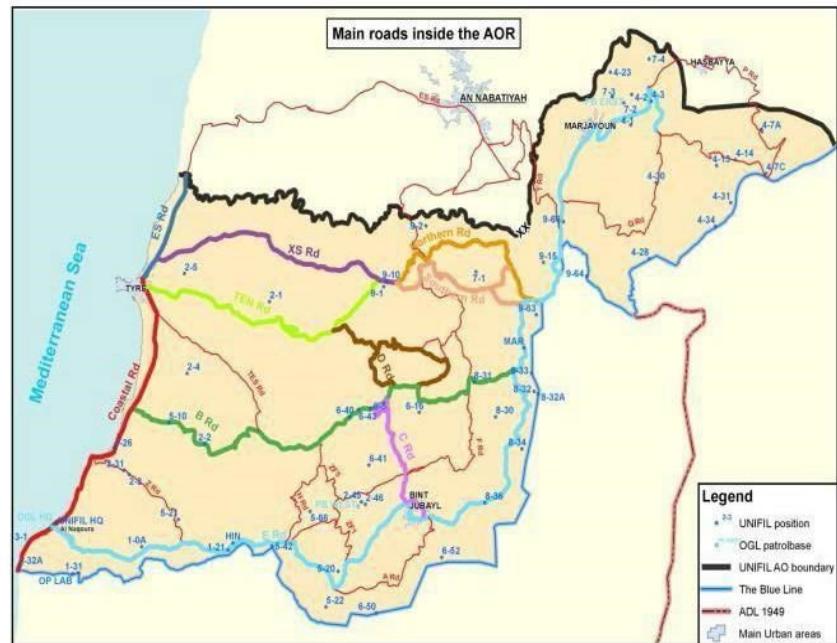


Figura 4 - Principais rotas logísticas dentro do Setor Leste da UNIFIL



Figura 5 - Principais rotas logísticas fora da área de responsabilidade da UNIFIL

Cada comandante de unidade é responsável pelo controle de todos os movimentos em sua área de responsabilidade, por meio de seu Centro de Operações (*TOC*). Deve realizar inspeções logísticas periodicamente, com a finalidade de verificar a situação dos meios logísticos disponíveis.

A seguir, a Figura 6 mostra uma inspeção logística realizada no Quartel-General da *UNIFIL* em Naqoura.



Figura 6 – Inspeção Logística no Quartel-General de Naqoura

OS TIPOS DE MOVIMENTOS TERRESTRES NA *UNIFIL*

Os movimentos têm diversas denominações em razão de suas especificidades. Em relação à quantidade de veículos que realizam o transporte logístico ou de pessoal, eles podem ser *convoy* ou *single*. O *convoy* é um movimento de mais de sete veículos, excluindo os veículos de escolta e segurança (*jammers* e *escort*). Já o *single* é um movimento igual ou inferior a sete veículos, excluindo os veículos de escolta e segurança.

Os movimentos (*single* e *convoy*) podem ser classificados em três tipos: fora da área de operações (*outside*), através dos setores leste e oeste da área de operações (*through*) e dentro do setor leste (*inside*).

Os movimentos externos (*outside*) são aqueles para qualquer destino fora da área de responsabilidade da *UNIFIL* para fins administrativos ou logísticos. O pedido de movimento externo deve ser submetido à seção de transportes pelo menos três dias antes do movimento até 13h00 (D-3), utilizando o *electronic Movement of Personnel (eMOP)* pela aplicação disponível *Field Support Suite (FSS)*, com os documentos comprobatórios

adequados (Anexo B, Ordem de tarefa – *task order*, lista de passageiros – *pax list*, entre outros).

Existem dois documentos necessários para autorizar movimentos para fora da área de responsabilidade da *UNIFIL* e para autorizar o transporte de pessoal não pertencente à *UNIFIL*: o *force commander approval* e o *waiver*.

O *force commander approval* é o documento que autoriza o pessoal da *UNIFIL* a realizar deslocamentos para fora da área de responsabilidade, exceto para o aeroporto de Beirute, o porto de Beirute e o hospital de saída. O assistente militar é responsável por fazer esse documento e solicitar a autorização ao *Force Commander* por e-mail. O *waiver* é o documento utilizado para autorizar o pessoal não *UNIFIL* (militar e civil) a transitar na área de operações da *UNIFIL*. A unidade do oficial de transporte militar solicita a autorização do diretor de transporte (*chief transport officer*) para transportar o pessoal não ONU/*UNIFIL* em veículo da *UNIFIL*.

O *convoy outside* deve ser realizado no tempo noturno, preferencialmente no período das 20h às 6h. Também precisa ser escoltada pela Unidade de Polícia Militar do Setor Leste (*SEMPU*) e pelas Forças Armadas Libanesas (*LAF*).

Os movimentos através dos setores leste e oeste da área de operações (*through*) são aqueles para qualquer destino dentro da área de responsabilidade da *UNIFIL* e que atravessam o setor leste (*SECEAST*) para o setor oeste (*SECWEST*) para fins administrativos ou logísticos. O pedido de movimento deve ser submetido a G4-TPT pelo menos um dia antes do movimento até 13h (D-1).

Os movimentos dentro do setor leste (*inside*) consistem em transportes para qualquer destino dentro desse setor, para fins administrativos ou logísticos. O pedido de movimento deve ser submetido ao G4-TPT pelo menos 01 (um) dia antes do movimento até 13h (D-1).

Quando as unidades precisam alterar algum movimento já enviado para o G4-TPT ou

incluir um movimento na lista de aprovação, elas devem fazer uma alteração (*AMD*) ou solicitar um movimento adicional (*ADD*).

Somente em casos excepcionais, esses procedimentos serão autorizados, exceto para o cancelamento. A falta de planejamento não justifica a utilização de aditamentos e alterações. Em um caso normal, a unidade deixará o movimento para outro dia.

A unidade do líder ou chefe do movimento é responsável por enviar o pedido e outros documentos de movimento consolidado, incluindo as informações sobre outras unidades (placas dos veículos, informações pessoais, etc.) quando o movimento envolve mais de uma unidade.

Cada movimento será controlado pelo respectivo centro de operações da unidade, por meio do documento denominado *WAYBILL*.

O líder do movimento é responsável por preparar o documento *WAYBILL* e levá-lo para assinatura do G4-TPT antes do início do movimento. Para tal, o G4-TPT faz a verificação do documento, especialmente unidade, hora de partida, tempo estimado para chegada, quantidade de passageiros, finalidade, líder do movimento, destino, lista de passageiros e placa de veículo. Deve haver 2 (duas) cópias, sendo uma cópia para o líder do movimento e outra cópia para o controle do G4-TPT. Após terminar o movimento, o líder do movimento retorna ao G4-TPT para finalizar o movimento.

OS DESLOCAMENTOS AÉREOS NA *UNIFIL*

O pedido do voo regular deve ser entregue ao G4-TPT dois dias antes do voo. A prioridade será para os militares em serviço, especialmente para reuniões em Naqoura. O não serviço pode ser autorizado em uma base disponível do espaço. Os horários e o manifesto de passageiros são de responsabilidade do Centro de Movimentos Aéreo do Quartel-General da *UNIFIL* em Naqoura.

O *check-in* será realizado para o G4-TPT e todos os procedimentos para o voo serão conduzidos pelo *helipad manager* - um militar subordinado à Seção de Operações Aéreas (G3-AirOps). O G4-TPT só opera o *check-in* para os voos regulares. Para os outros voos todos os procedimentos serão conduzidos pelo G3-AirOps. Caso o G3 precise de suporte para a realização de um voo específico, o G4-TPT poderá apoiar.



Figura 7 - Execução de voo regular na *UNIFIL*

OS MOVIMENTOS EXECUTADOS ENTRE OS ANOS DE 2017 E 2018

No ano de 2017, a Brigada do Setor Leste realizou um total de 22,5 mil movimentos, sendo 49% pelas Unidades do Contingente Espanhol (*SPANBATT*) e apenas 4% pela Unidade de Polícia Militar do Setor Leste (*SEMPU*). Foram realizados 19.467 movimentos internos (*inside*), 2.452 entre os setores leste e oeste (*through*) e 635 movimentos para fora da área de operações (*outside*), totalizando cerca de 1,4 milhão de quilômetros percorridos. Nessa ocasião, o setor leste estava agrupado em seis unidades militares (*INDOBATT*, *INDBATT*, *NEPBATT*, *INDOCOY-B*, *SEMPU* e *SPAIN/SP HQ*) as quais realizavam, rotineiramente, quatro tipos de movimentos (*convoy*, *single*, *through* e *inside*), conforme a Figura 8.

TOTAL DE MOVIMENTOS SECEAST 2017

■ CONVOY ■ SINGLE ■ THROUGH ■ INSIDE

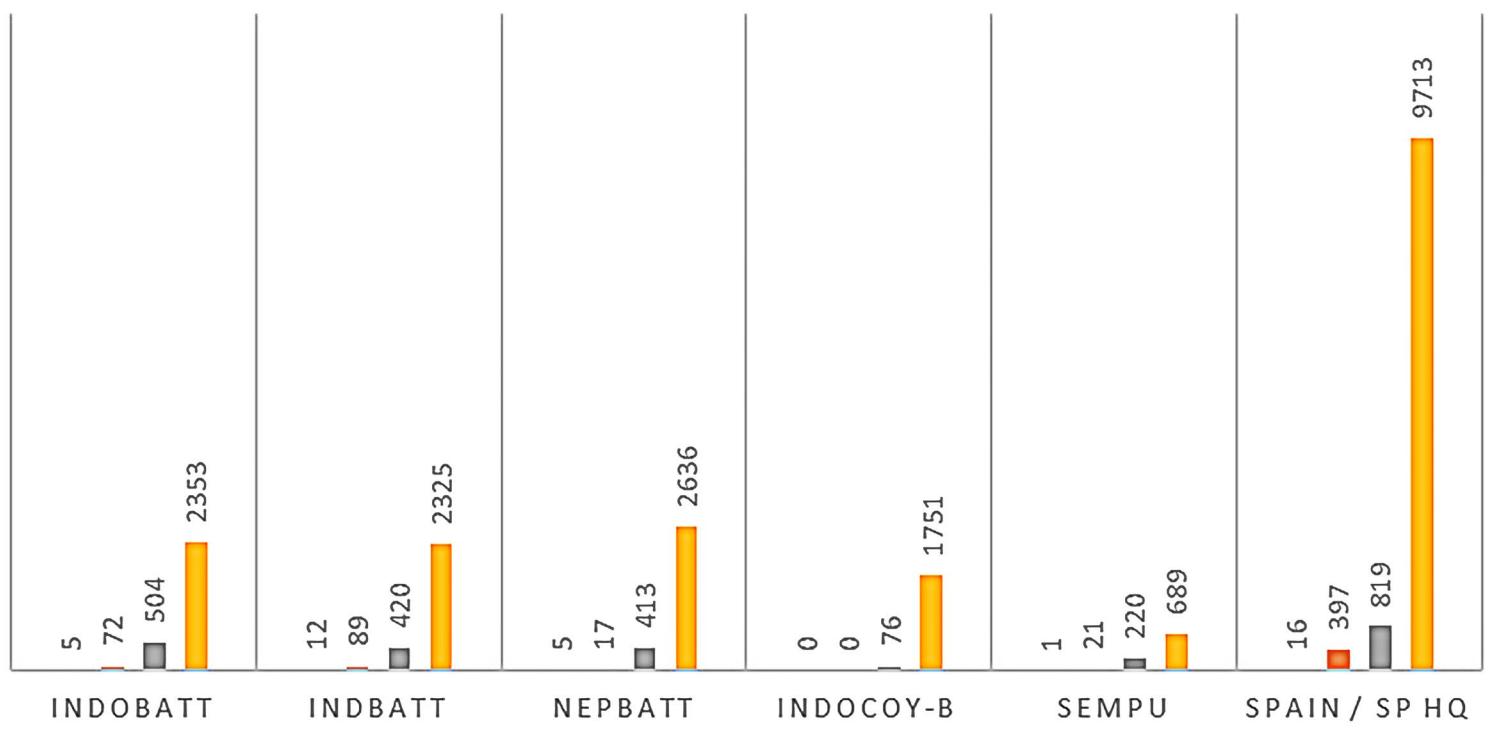


Figura 8 - Total de movimentos realizados no setor leste da *UNIFIL*, no ano de 2017

Em 2018, foi possível verificar uma diminuição de 0,53% na quantidade total dos movimentos realizados pela Brigada do Setor Leste. Essa redução foi caracterizada pela diminuição de deslocamentos internos (dentro do setor leste). Porém, houve um aumento de 3,26% no total da distância percorrida, caracterizado pelo aumento de 340 movimentos entre os setores leste e oeste e de 115 movimentos para fora da área de operações. A descoberta, por parte de Israel, de túneis libaneses na localidade de *Kafer Kela* e a construção do muro de proteção israelita (*T-Wall*) na região de *Mishgav Am* foram determinantes para o aumento das atividades militares na região. Tais eventos aumentaram a escalada de tensão no setor Leste e, por conseguinte, aumentaram as atividades como patrulhas, inspeções, visitas e outras tarefas que demandaram o apoio logístico de transportes.

A pesquisa concluiu que houve um aumento de 3,26% (48.700 km) na distância total percorrida e de 18% nos movimentos *single outside e through*, tendo em vista a escalada de tensão no setor leste da *UNIFIL*. Esse aumento ocasionou reflexos logísticos

nas atividades de manutenção dos veículos e no consumo de combustíveis pela Brigada do Setor Leste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência obtida poderá ser direcionada, no Exército Brasileiro, tanto para o ensino doutrinário do transporte logístico militar quanto para a preparação e o emprego de efetivos militares. Poderá, também, promover o melhoramento da disciplina Logística de transportes, no âmbito da Força, contribuindo para temas escolares e pesquisas científicas sobre o assunto.

Os sistemas utilizados no decorrer da missão tais como: o controle de pessoal em cada veículo (*waybill*), a adoção de dois meios de comunicação e a implantação de um sistema informatizado de controle *on-line* dos movimentos das viaturas podem ser utilizados pelas brigadas do Exército Brasileiro no emprego de efetivos militares.

Os sistemas apresentaram resultados positivos, porém, como oportunidade de melhoria, seria conveniente que todos os veículos da Brigada do Setor Leste possuissem rádios veiculares e telefones

satelitais próprios, atendendo à exigência de comunicação por dois meios. Outro fator importante seria a disponibilização a cada oficial de estado-maior, diuturnamente, de um veículo com condutor para atender às necessidades de movimentos logísticos.

Em se tratando da ferramenta de tecnologia da informação de controle *on-line* (*Patrol Mapping and Reporting Tool - PMRT*, na sigla em inglês), poderiam ser feitos os ajustes de programação necessários para a inclusão das informações específicas dos movimentos logísticos.

Pelo exposto, conclui-se que a atividade de logística de transportes no setor leste da *UNIFIL* possui grande relevância para o sucesso da missão, exigindo dos logísticos a competência profissional baseada no conhecimento da atividade, na habilidade de operar os meios logísticos e na atitude para solucionar os problemas. A missão se caracterizou pela flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade, sendo vital para a manutenção da paz no sul do Líbano.

REFERÊNCIAS

- BALLOU, Ronald H. **Logística. Administración de la cadena de suministro.** 5^a Ed. Pearson Educación. México: 2004.
- BALLOU, R. H. (1993) **Logística Empresarial. Transportes, administração de materiais e distribuição física.** Tradução de Hugo T. Y. Yoshizaki. São Paulo: Atlas.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **MD42-M-02. Doutrina de Logística Militar.** 3^a Edição. 2016.
- BRASIL. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC-10.219 – Operações de Paz,** 3^a Edição. Brasília: EGGCF, 2017.
- BRASIL. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC-10.238 – Logística Militar Terrestre,** 1^a Edição. Brasília: EGGCF, 2018.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Manual de Operações de Paz. **MD34-M-02.** 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2013.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Glossário das Forças Armadas. **MD35-G-01.** 5. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2015.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Manual de abreviaturas, siglas, símbolos e convenções cartográficas das Forças Armadas. **MD33-M-02.** 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2008.
- CARUZZO, Amaury et al. **Strategic decisions in transport: a case study for a naval base selection in Brazil.** Transportes, v. 24, n. 1, p. 5-18, 2016.
- DEPLOYMENT OF UNITED NATIONS PEACEKEEPING FORCES: THE NATURE OF TRANSPORTATION AND REVIEW OF CURRENT METHODOLOGIES,**
by Major Anthony S. I. Ukpo, Nigerian Army, 115 pages. A thesis presented to the Faculty of the U.S. Army Command and General Staff College in partial fulfillment of the requirements for the degree Master of Military Art and science. Kansas: 1980.
- GARCIA, L. A. Gestión logística integral. Bogotá: Ecoe Ediciones, 2008.
- LESLIE, Donald. **Advanced Topics in United Nations Logistic: The Provision of Troops and Contingent-Owned Equipment (COE) and the Method for Reimbursement.** 4th.
Ed. Williamsburg, VA: Peace Operations Training Institute, 2016.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodología da pesquisa científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MUMFORD, Lewis. (1998) **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas.** Tradução Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes.
- NACÕES UNIDAS. Department of Peacekeeping Operations. **Surface Transport Management in the Field.** 2014. Disponível em: <<http://dag.un.org/handle/11176/89555>>. Acesso em: 29 mar. 19.
- NACÕES UNIDAS. Department of Peacekeeping Operations. **United Nations Peacekeeping Missions Military Logistics Unit.** 2015. Disponível em: <<http://dag.un.org/handle/11176/90518>>. Acesso em: 29 mar. 19.
- NAÇÕES UNIDAS. Department of Peacekeeping Operations. **United Nations Interim Force in Lebanon.** Disponível em: <https://unifil.unmissions.org/>. Acessado em 27 de janeiro de 2019.
- NAÇÕES UNIDAS. Department of Peacekeeping Operations. United Nations Interim Force in Lebanon. **Standard Operating Procedure – Land Movements – HOM POL 15-14.** 2016.
- ORTEGA, José Luis Losilla. El transporte en la Brigada Logística. **Revista del Ejército de Tierra Español**, nº 927, año LXXIX, p. 104-110, jun. 2018. ISSN 1696-7178.
- RAMOS, Luis Antonio Ferreira Marques. United Nations Operations in the modern conflicts. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, [S.I.], v. 3, n. 8, p. 78-86, jul. 2015. ISSN 2317-6350. Disponível em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/DMT/article/view/717>>. Acesso em: 28 jan. 2019.



O NOVO TESTE DE APTIDÃO DE COMBATE DO EXÉRCITO DOS EUA

Tenente-Coronel Alexandre Cunha de Freitas

O Tenente-Coronel de Artilharia Alexandre é o Comandante do Corpo de Alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EspCEx). Foi declarado aspirante a oficial, em 1998, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Fez o Curso de Comando e Estado-Maior, na ECUME, e o de Instrutor de Educação Física, na EsEFEx, tendo sido instrutor em ambas as escolas. Foi Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao Centro de Excelência de Fogos do Exército dos Estados Unidos da América em *Fort Sill, Oklahoma*. Concluiu também o Curso de Organização, Preparo e Emprego do Sistema de Mísseis e Foguetes, no 6º GMF, e a Especialização em Treinamento Desportivo, na Universidade Gama Filho (alexart98@bol.com.br).



A pesquisa e o conhecimento sobre esportes e aptidão física evoluíram sobremaneira ao longo dos últimos 30 anos. Tal desenvolvimento possibilitou a obtenção de uma gama de conhecimentos e de informações que permitiram ao Exército dos Estados Unidos da América (EUA) rever e aperfeiçoar o teste de aptidão física aplicado aos seus militares, o *Army Physical Fitness Test (APFT)*, na sigla em inglês.

Segundo Mark Esper, secretário do Exército norte-americano, o atual *APFT*, utilizado há cerca de 40 anos, é falho, pois não apresenta bons indicadores de aptidão física de combate.

Estudos realizados recentemente pelo Comando de Treinamento e Doutrina (*TRADOC*, na sigla em inglês) mostraram que o *APFT* apresenta de 30% a 40% de correlação com a aptidão exigida em combate. Por outro lado, o novo Teste de Aptidão de Combate do Exército norte-americano (*Army Combat Fitness Test-ACFT*, em inglês) apresentou resultados superiores a 80%.

Nesse estudo, além da prontidão física, foram consideradas a revisão sistemática e as recomendações do Conselho de Supervisão de Segurança da Defesa dos EUA. O objetivo do Conselho é que o treinamento físico, assim como a execução do teste, contribua para reduzir as lesões dentro do Exército dos EUA.

Nesse contexto, o *ACFT* possuirá dois objetivos principais: habilitar soldados [1] para

o combate e identificar militares fisicamente aptos a realizarem as atividades diárias. Inicialmente, o teste garantirá que os soldados estejam prontos para realizar as tarefas pertinentes ao combate e, em um segundo momento, irá melhorar a aptidão física no que se refere à prevenção de lesões.

Para Esper, o Exército norte-americano perde muitos soldados em decorrência de lesões adquiridas durante o treinamento físico ou em exercícios de campanha. Essas baixas contribuem sobremaneira para diminuir a prontidão da força terrestre norte-americana. O novo *ACFT*, além de medir a aptidão física do combatente, fará parte dos esforços para a saúde e para a aptidão holística da tropa.

Com esse intuito, a fim de renovar os indicadores de aptidão física de todos os soldados, o Exército aumentará o número de técnicos e treinadores nos quartéis durante a fase de implementação do novo *ACFT*. A intenção é que os praticantes, por estarem melhor orientados e assistidos, não sofram lesões ou, se sofrerem, possam se curar mais rapidamente.

Dessa forma, foi desenvolvido e publicado um esboço do manual do *ACFT*. Esse teste, embora esteja apoiado em uma pesquisa científica completa e tenha sido submetido a diversas revisões, ainda possui detalhes que precisam ser finalizados.

TESTE DE COMBATE NEUTRO EM GÊNERO

O novo teste de aptidão para o combate utilizado pelo Exército dos EUA destaca-se pela neutralidade de gênero. A decisão foi tomada com base na filosofia de que militares de ambos os gêneros terão que realizar as mesmas tarefas durante os combates, devendo apresentar os mesmos padrões de aptidão física.

A maior autoridade da Força Terrestre americana, o secretário de exército Mark Esper, afirmou que o *ACFT* deve ser neutro em termos de gênero. Segundo ele, "o inimigo não decide em quem vai atirar baseado no sexo do combatente."

Para desenvolver a pesquisa, Michael McGurk, diretor de pesquisa e análise do Centro de Treinamento Militar Inicial do Exército dos

EUA (*USACIMT*, na sigla em inglês), afirmou que em vez de avaliar o que os militares conseguem fazer, o *ACFT* se concentra no que o Exército precisa que os militares façam.

Quando o Exército precisa que algo seja feito, não importa o gênero, a missão deve ser cumprida. "Se eu precisar de um militar para colocar uma caixa de 23 kg na parte de trás de um caminhão, não faz diferença se você é alto ou baixo, jovem ou velho, homem ou mulher. Eu preciso de um soldado que seja capaz de fazer seus deveres e trabalhos regulamentares" (McGURK, 2018).

Para McGurk, embora a biologia, a cinesiologia [2] e outras ciências tenham demonstrado que existem diferenças fisiológicas entre homens e mulheres, o combate, em si, é neutro em termos de gênero. Dessa forma, o *ACFT* pretende ser um instrumento de medida mais fidedigno e refletir, de maneira mais autêntica, o quanto os militares estão preparados para a guerra.

AS FASES DA PESQUISA

Entre os anos de 2012 e 2015, o *TRADOC* realizou um estudo dos requisitos básicos de prontidão física dos soldados (*baseline soldier physical readiness requirements study - BS-PRRS*, na sigla em inglês). O objetivo do estudo foi identificar as tarefas que os militares precisam desempenhar em dois momentos distintos: durante a fase de treinamento e ao longo de um combate.

O resultado desse estudo deu origem ao *ACFT* que, em seu estágio conceitual, foi dividido em cinco fases específicas:

As duas primeiras (fases I e II) foram conduzidas no período de 2012 a 2013. Nessas etapas, a finalidade foi determinar a demanda física exigida para duas situações: as tarefas críticas executadas pelos combatentes e os treinamentos para o combate (*warrior tasks and battle drills - WTBD*, em inglês). As tarefas comuns realizadas diariamente pelos soldados (*common soldier tasks - CST*, em inglês) também foram objeto de estudo.

Nas *WTBD* a pesquisa se concentrou no treinamento de prontidão física (TPF) e utilizou uma amostra de 28 mil participantes. Nessa etapa, procurou levantar a demanda física e os desafios que se apresentam em cada *WTBD*, a importância de todos os soldados serem proficientes em cada *WTBD* e a frequência com que os militares realizam cada *WTBD* em um ambiente de combate.

Já na pesquisa sobre as *CST* foi utilizada uma amostra de 100 participantes dos fortões Jackson, Leonard Wood e Benning, e da Base Conjunta Lewis-McChord. Nessa etapa, o estudo procurou levantar até que ponto as *WTBD* e as *CST* são executadas em combate.

Após o término das pesquisas, em 2013, foram levantadas 11 demandas ou exigências físicas que contemplavam as tarefas comuns e as tarefas críticas executadas pelos combatentes, além dos treinamentos necessários à preparação do militar para o combate, descritas a seguir:

- reagir ao contato corpo a corpo (071-COM-0006, alterado para 071-COM-0512 - Execução do Combate Mão a Mão 2014-2015);
- mover-se como membro de uma equipe (071-COM-0501);
- mover-se sob fogo direto (071-COM-0502);
- mover-se sob e sobre obstáculos, ao redor e através destes, exceto campos minados (071-COM-0503);
- reagir ao fogo indireto desembarcado (071-COM-0510);
- realizar técnicas de movimentação externa durante uma operação urbana (071-COM-0541);
- navegar de um ponto para outro, estando desembarcado (071-COM-1006);
- transportar um ferido (071-COM-1046);
- conduzir marcha tática a pé;
- preparar uma posição de combate (encher e colocar sacos de areia); e
- arrastar uma vítima para a área de segurança imediata (embarcado).

O novo teste de aptidão para o combate utilizado pelo Exército dos EUA destaca-se por ser neutro em gênero. A decisão foi tomada com base na filosofia de que militares de ambos os gêneros terão que realizar as mesmas tarefas em combate. Portanto, devem apresentar os mesmos padrões de aptidão física.

Na terceira fase (III), conduzida de 2013 a 2104, foram estudados os requisitos básicos de prontidão física dos soldados (*BSPRRS*, em inglês). Seu objetivo foi identificar as características físicas associadas a cada demanda levantada nas fases anteriores, assim como identificar as tarefas necessárias para desenvolver um teste de simulação.

Após a análise do estudo, foram definidas cinco tarefas compostas pelas exigências físicas comumente desempenhadas pelos soldados. Tais tarefas serviram de base para a criação do teste de simulação (*Warrior Task Battle Drill-Proxy Simulation Test - WTBD-PST*, em inglês), como segue:

- a condução de um movimento a pé sob carga (mover ponto a ponto);
- a preparação de uma posição de combate (encher, carregar e empilhar sacos de areia);
- a movimentação por cima, por baixo, ao redor e através de obstáculos (O / U / A / T);
- a reação ao contato corpo a corpo (lutas); e
- a extração de ferido por arrasto (evacuação de vítimas).



Exercícios que compõem o *Army Combat Fitness Test*

A quarta fase (IV) foi desenvolvida no período de 2014 a 2015 e teve por objetivo determinar quais eventos de testes, já validados por experimentos de campo e reconhecidos pela comunidade científica, seriam os melhores preditores de desempenho das *WTBD/CST*.

Para atingir essa finalidade, o teste de simulação, *WTBD-PST*, foi estatisticamente comparado a 23 eventos de testes de campo já validados pelo setor acadêmico. O único requisito exigido foi que os eventos tivessem correlação com os 11 componentes relacionados à performance de aptidão física levantados na fase II.

Dos 23 eventos de testes validados, foram selecionados oito contendo 73% (moderado/alto) dos preditivos de desempenho das *WTBD/CST*, descritos a seguir:

- arrasto de força de 50 m (*power drag*);
- apoio de frente (*Push-Ups*);
- empurrão com força de 50 m (*power push*);
- arremesso de 9,1 kg (20 libras - *power throw*);
- levantamento-terra (*deadlift*);
- corrida de 274,32 metros (300 jardas - *Shuttle Run*);
- flexão de pernas (*leg tuck*); e
- corrida de 3.200 metros.

Foram selecionados também seis componentes principais e quatro componentes secundários de aptidão de combate, conforme quadro abaixo.

Elementos Principais de aptidão de combate	Elementos Secundários de aptidão de combate
Força muscular	Flexibilidade
Resistência muscular	Coordenação
Velocidade	Tempo de reação
Potência	Equilíbrio
Resistência cardiovascular	-
Agilidade	-

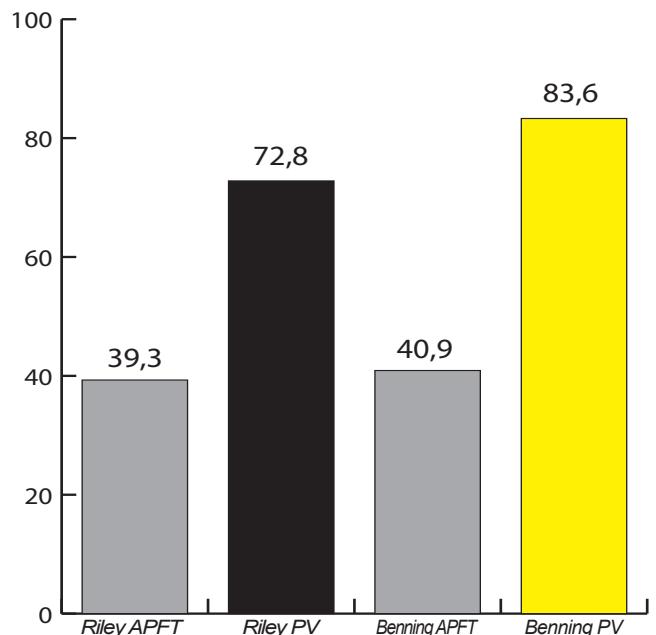
Componentes de aptidão de combate

A quinta fase (V) foi desenvolvida no período de 2014 a 2015. Seu objetivo principal foi validar os eventos comuns do teste de aptidão física para prever com precisão se as capacidades de executar tarefas (*WTBD/CSTs*) eram seguras, legalmente defensáveis e aceitáveis.

Para a realização desse estudo, foram aplicados oito eventos de testes no mês de março de 2015. Os testes foram realizados com 250 militares dos fortões Riley e Benning, sendo compostos por tarefas realizadas de forma sequencial e sem descanso programado, a saber:

- arrasto de 50 m (*power drag*);
- apoio de frente (*push-ups*);
- empurrão com força por 50 m (*power push*);
- arremesso de potência (20 lb/9,1 kg *power throw*);
- levantamento-terra (*deadlift*);
- corrida de 300 jardas/274,32 metros (*yard shuttle run*);
- flexão de pernas (*leg tuck*); e
- corrida de 3200 metros (*2 miles run*).

Após a análise dos resultados, verificou-se que a capacidade de prever o desempenho das *WTBD/CST*, no Forte Benning, foi de aproximadamente 84%, conforme apresentado no gráfico abaixo:



Capacidade de prever o desempenho dos militares nas atividades físicas

OS TESTES APLICADOS EM CADA FORTE

- *Riley APFT*: apoio de frente, sentar-e-levantar, corrida de 3.200 m.
- *Riley PV*: arrasto de 50 m, apoio de frente, empurrão com força, arremesso de potência, levantamento-terra, corrida de 300 jardas/274,32 metros, flexão de pernas, corrida de 3200m.
- *Benning APFT*: apoio de frente, sentar-e-levantar, corrida de 3.200 m.
- *Benning PV*: arrasto de 50m, apoio de frente, empurrão com força, arremesso de potência, levantamento-terra, corrida de 300 jardas/274,32 metros, flexão de pernas, corrida de 3.200 m.

OS EXERCÍCIOS DO NOVO ACFT

Após a quinta fase, foram selecionados seis eventos (exercícios) para compor o protótipo do novo teste de prontidão de combate. Cada exercício tem a finalidade de avaliar:

- flexão de pernas (*leg tuck*) - força muscular e flexibilidade;
- levantamento-terra (*strength deadlift*) - força muscular;
- apoio de frente em "T" (*T push-up*) - resistência muscular;
- potência de arremesso em pé (*standing power throw*) - potência, flexibilidade, equilíbrio, tempo de reação, coordenação;
- arranque, arrasto, carregamento (*sprint, drag, carry*) - velocidade, agilidade, coordenação, tempo de reação; e
- corrida de 3.200 m (*2 mile run-2MR*, em inglês) - *cardio endurance*.

A PESQUISA DE CAMPO DE VALIDAÇÃO (2017)

Durante a fase de validação de campo, foram testados mais de 500 militares, dos quais 387 homens e 131 mulheres. O tempo de execução do teste foi inferior a 75 minutos para cada grupo de 40 a 45 soldados. Importante ressaltar que não foi reportada qualquer lesão durante o teste-piloto.

A aplicação do teste-piloto foi realizada com base nos padrões definidos no esboço do manual do *ACFT*, sendo utilizada, como referência para a medição do padrão esperado, a tabela a seguir:

	3 Repetições Levantamento-Terra (kg)	Potência de Arremesso em Pé (m)	Apoio de Frente Modificado (repetições)	Arranque, Arrasto, Carregamento (seg)	Flexão de Pernas (reps)	Corrida de 3.200 m (minutos: seg)
4 Quartil	> 128	> 10.0	> 43	< 98.2	> 13	< 15:09
3 Quartil	105 - 128	8.4 - 10.0	36 - 43	116.2 - 98.2	9 - 13	16:38 - 15:09
2 Quartil	83 - 105	6.0 - 8.4	28 - 36	134.2 - 116.2	4 - 9	18:22 - 16:38
1 Quartil	< 83	< 6.0	< 28	> 134.2	< 4	< 18:22

Tabela de Avaliação

Após a validação de campo, foi publicado o manual de teste de campo, com a orientação administrativa para aplicação do ACFT.

O TESTE DE APTIDÃO DE COMBATE DO EXÉRCITO NORTE-AMERICANO

O ACFT é um teste de aptidão física composto por seis eventos específicos que são administrados na seguinte ordem:

- três repetições máximas de levantamento-terra (*deadlift* - 3MDL, em inglês);

- potência de arremesso em pé (*standing power throw* -SPT, em inglês);

- apoio de frente (*hand release push up*-HRP, em inglês);
- arranque, arrasto, carregamento (*sprint, drag, carry* - SDC, em inglês);
- flexão de pernas (*leg tuck* - LTK, em inglês); e
- corrida de 3.200 metros (*2 mile run* 2MR, em inglês).

Atualmente, não existem exceções para a sequência do ACFT, nem testes alternativos. Em instalações compostas por 16 pistas, esse teste deve ser aplicado e concluído em até 70 minutos para um efetivo de dois pelotões de militares.



A aplicação do *ACFT* é composta por diversos eventos, como segue:

Evento 1 - Repetições máximas de levantamento-terra (*Repetition maximum deadlift-MDL*): é um teste de força muscular que representa os movimentos necessários para levantar, de forma segura e efetiva, cargas pesadas que estejam no solo, ou para pular, amarrar e suportar a descida (pouso) de aeronaves. O *MDL* é um forte indicador da capacidade que um militar possui de levantar e transportar uma vítima em uma maca ou de levantar e mover pessoal e equipamentos.

Esse evento requer músculos bem condicionados (costas e pernas) para auxiliar os militares no transporte de cargas e para evitar as lesões nas partes superior e inferior das costas que são causadas geralmente pelos deslocamentos de longas distâncias sob carga ou pelo levantamento de objetos pesados.



Repetição Máxima de Levantamento-Terra (*MDL*)

Evento 2 - Potência de arremesso em pé (*Standing power throw - SPT*): essa atividade mede a potência explosiva das partes superior e inferior, a flexibilidade e o equilíbrio dinâmico do corpo. O poder explosivo contribui para realização de tarefas que necessitem de movimentos rápidos, como as manobras de equipamentos e de pessoal.

Essas tarefas incluem a execução de um arrasto com a finalidade de puxar um ferido para local seguro, arremessar equipamento através de ou sobre obstáculos, lançar granadas de mão, ajudar um amigo a subir uma parede, levantar e carregar equipamentos ou empregar níveis progressivos de força no contato homem a homem.



Potência de Arremesso (*SPT*)



Potência de Arremesso (*SPT*)

Evento 3 - Apoio de frente (*Hand-release push-up - HRP*): trata-se de um evento cronometrado que possui duração de dois minutos. Tem por finalidade medir a resistência muscular da parte superior do corpo, simulando o empurrão repetitivo e sustentado, frequentemente usado nas tarefas de combate.

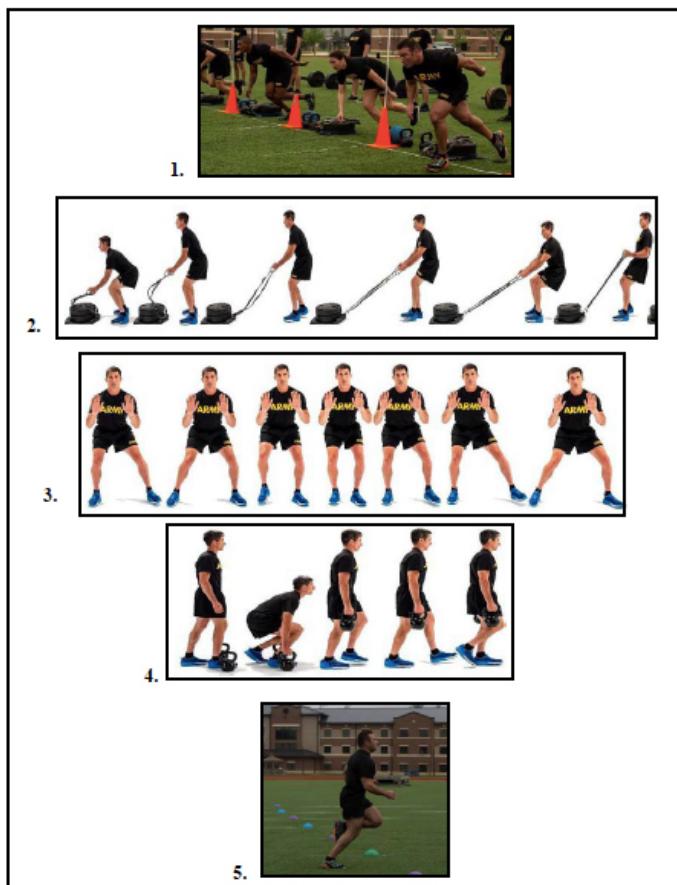
O *HRP* atesta a habilidade que um militar possui de impelir um oponente durante o combate corpo a corpo, empurrar um veículo desativado e impulsivar o corpo para cima, a partir do solo, durante as operações de evasão e manobra.



Apoio de Frente (*HRP*)

Evento 4 - Arranque, arrasto, carregamento (Sprint-drag-carry, SDC): esse evento é utilizado para medir potência muscular, resistência, força e capacidade anaeróbica, que são necessárias para realizar as tarefas de combate de alta intensidade, que duram de alguns segundos a vários minutos.

Essas capacidades contribuem para um militar reagir rapidamente ao fogo direto e indireto, construir uma posição de combate, assim como extrair uma vítima de um veículo e levá-la a um lugar seguro.



Arrancada-Arrasto-Carregamento (SDC) - 1) 50m de arrancada; 2) 50m de arrasto de trenó (Sled Drag); 3) 50m de deslocamento lateral; 4) 50m de carregamento de peso (Kettlebell Carry) e 5) 50m de arrancada

Evento 5 - Flexão de pernas (Leg tuck, LTK): esse evento tem grande relevância ocupacional e testa a força muscular e a resistência do combatente. O LTK avalia a força de preensão, a adução e a flexão do ombro, além da flexão do cotovelo, do tronco e do quadril.

Na execução do exercício, o militar deve manter uma postura vertical relativa, ao mesmo tempo em que move os quadris e os joelhos para cima e para baixo, sem balançar ou bater excessivamente. Tais movimentos auxiliam os militares em todas as tarefas de escalada e na superação de obstáculos, como uma parede vertical, uma subida em prateleira ou corda.

Para executar o evento, o militar necessita que os músculos flexores do abdômen, do quadril e do núcleo (CORE) estejam bem condicionados. Além disso, os músculos da parte superior do corpo, que auxiliarão no transporte de carga e evitarão lesões nas costas, devem estar bem preparados.



Flexão de Pernas (LTK).

Evento 6 - Corrida de 3.200 metros (2 mile run, 2MR): trata-se de um teste de resistência aeróbica que avalia a capacidade física dos militares de realizarem tarefas comuns como deslocamentos, marchas e infiltrações. Pode ser executada em pista interna, externa ou em superfícies melhoradas, como estradas ou calçadas, não podendo ser executada em terrenos acidentados. Há um descanso programado de 5 minutos entre o LTK e o 2MR.

A grande alteração em termos de pontuação é que no ACFT não existem distinções de parâmetros baseados em gêneros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após longo período de estudos e pesquisas, pode-se notar que o *APFT* passou por uma grande transformação até chegar no *ACFT* em uso no Exército norte-americano.

Podemos observar que os atuais seis eventos buscam uma aproximação com as tarefas executadas em combate e com os movimentos realizados durante os treinamentos para uma batalha. Tais eventos têm por finalidade desenvolver capacidades físicas e mentais específicas, necessárias para a realização das tarefas militares, isto é, o treinamento do militar passará a ser mais específico para suas necessidades.

Para melhor entendimento, da mesma maneira que atletas de modalidades esportivas como futebol e natação realizam treinamentos específicos e diferenciados de acordo com as necessidades de sua

modalidade, o militar, que é o atleta do combate, passará a ter um treinamento e uma avaliação mais voltada para sua profissão.

Outro aspecto de grande relevância e que busca quebrar paradigmas é a pontuação única, neutra em gênero, pois, conforme já citado, o combate em si é neutro em termos de gênero, isto é, o inimigo não restringe em quem ele vai atirar tendo em vista o gênero do combatente. Além disso, quando o Exército precisa que um militar execute uma tarefa, não importa a estatura, a força ou o gênero, a tarefa deverá ser executada com a mesma eficiência.

Por fim, o Exército norte-americano reconhece que não atingiu a perfeição e que o teste poderá sofrer ajustes no futuro. Porém, acredita-se que hoje esse Exército conta com um meio de avaliação muito mais fidedigno em comparação com o utilizado antes das pesquisas.

REFERÊNCIAS

JEFF Schogol. **Here's what the army's proposed gender-neutral combat test really looks like.** Task and Purpose. 22 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://taskandpurpose.com/army-gender-neutral-combat-test/> Acesso em 22 de outubro de 2018.

Centro de Treinamento Militar Inicial do Exército dos EUA - Palestra sobre a **Evolução da Saúde e Aptidão Holística do Exército**, agosto de 2017.

VERGUN David. **New Fitness Test Measures Combat Readiness.** Departamento de Defesa do Exército dos EUA, 29 de agosto de 2018. Disponível em: https://www.army.mil/article/210465/new_fitness_test_measures_combat_readiness_says_army_secretary / Acesso em 7 de setembro de 2018.

Exército dos EUA. **Army Combat Fitness Test Field Testing Manual.** Estados Unidos da América, 6 de setembro de 2018.

MYERS Meghann e PANZINO Charlsy. **Coming Soon New Combat Fitness Test.** Army Times, 27 de agosto de 2017.

NOTAS

[1] Utiliza-se “soldado”, neste artigo, em referência a militares de forma geral, independente de posto ou graduação.

[2] Cinesiologia é a ciência que tem como enfoque a análise dos movimentos do corpo humano. Essa terminologia criada em 1964 para ser usada por quiropatas, fisioterapeutas, médicos, dentistas e outros terapeutas que têm permissão para elaborar diagnósticos.



O EMPREGO DE VIATURAS DE TRANSPORTE DE PESSOAL NAS OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS

Capitão João Batista Woll Severo

O autor destaca a coautoria do Capitão Thiago Flor Fernandes

O Capitão de Infantaria João Batista é o Comandante da Companhia de Comando e Apoio do 13º Batalhão de Infantaria Blindado. Foi declarado aspirante a oficial, em 2007, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). É pós-graduado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Possui os Estágios de Escalador Militar e o de Combate em Ambiente Urbano. Realizou os cursos Básico Pára-quedista e o de Instrutor de Educação Física do Exército. Comandou a 2ª Companhia de Fuzileiros da Força-Tarefa do 29º BIB, durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, ocasião em que atuou na segurança de vias expressas do estado do Rio de Janeiro. Possui sete anos de experiência atuando em unidades de tropas blindadas (joaobws@hotmail.com).



O emprego constante do Exército Brasileiro (EB) nas Operações de Cooperação e Coordenação com Agências tem evidenciado a necessidade de utilização de viaturas blindadas, sejam elas sobre rodas ou sobre lagartas.

Tal necessidade visa a prover segurança e apoio ao militar, durante os deslocamentos a pé. Busca-se saber de que maneira se pode utilizar essas viaturas de modo a aumentar suas potencialidades e mitigar suas deficiências.

Nesse contexto, faz-se necessária a realização de pesquisas destinadas a comparar os diversos tipos de viaturas existentes no mercado e as utilizadas pelo EB, sejam elas sobre rodas ou sobre lagartas, com o intuito de atualizar a doutrina.

Atualmente, o Exército Brasileiro (EB) utiliza basicamente três tipos de viatura blindada de transporte de pessoal (VBTP): a VBTP M113, a VBTP EE-11 Urutu e a VBTP MR Guarani.

HISTÓRICO DA VBTP M113

A VBTP M113 começou a ser recebida pelo Exército Brasileiro no início dos anos 60, sendo adquirida até os anos 70, por meio de programas de ajuda militar do governo norte-americano. Trata-se de uma viatura ágil, rústica e de fácil manutenção, que possui capacidade de transporte para até 11 militares prontos para o combate.

Atualmente, a VBTP M113 mobilia os batalhões de infantaria blindados, os regimentos de cavalaria blindados, os grupos de artilharia autopropulsados, os batalhões de engenharia de combate e as companhias de comunicações blindadas.

A VBTP EE-11 URUTU

Segundo o blog Área Militar, a VBTP EE-11 URUTU começou a ser produzida pela ENGESEA em 1974 para ser empregada pelas Forças Armadas brasileiras. Trata-se de uma viatura de transporte rápida, com capacidade anfíbia e de leve proteção blindada, sendo capaz de receber uma grande variedade de equipamentos. O Urutu, na sua versão básica, tem capacidade para transportar até 12 militares, além do motorista e do atirador.

A VBTP MR GUARANI

A viatura Guarani foi desenvolvida com o intuito de proporcionar a mobilidade e a segurança aos soldados no campo de batalha moderno. Possui modularidade extra para adaptação de placas de blindagem, reforçando sua segurança, caso seja necessário. Ela surgiu como uma proposta inovadora e de modernização do já desgastado Urutu.

Em sua versão básica, tem capacidade de transportar até 11 militares em uma cabine espaçosa, dando melhor conforto aos militares durante as operações.

"O emprego da VBTP M113, da VBTP Urutu e das modernas VBTP MR Guarani, durante a Força de Pacificação do Complexo de Comunidades da Maré, representou uma grande evolução para a atuação da tropa, levando em consideração sua proteção blindada contra atiradores de tocaia, dada a existência de muitas lajes sobre as edificações (ESCOTO, 2015, p. 22)".

A UTILIZAÇÃO DE VIATURAS BLINDADAS NAS OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS

Dentro das formas de Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (garantia da lei e da ordem; garantia dos poderes constitucionais; ações sob a égide de organismos internacionais; emprego em apoio à política externa em tempo de paz ou crise; atribuições subsidiárias; e em outras formas de apoio designadas ou funções atribuídas por lei), as viaturas blindadas vêm sendo bastante utilizadas, porém pouco se sabe sobre qual a forma mais eficaz ou qual apresenta menores riscos de danos colaterais.

Em um futuro próximo, poderá ser possível utilizar a viatura mais adequada para um determinado tipo de operação ou tarefa, evitando gastos desnecessários e protegendo a tropa da melhor maneira possível, seja pelo poder de dissuasão que o carro de combate possui, seja pela proteção blindada propriamente dita. Isso possibilitará a definição da viatura mais apta a realizar as missões enfrentadas nesses tipos de operações.

Com a finalidade de utilizar a VBTP da maneira mais adequada, deve-se realizar pesquisas com o objetivo de analisar as

possíveis formas de emprego das VBTP nas operações, dando ênfase às suas possibilidades e às suas limitações. Para tanto, deve-se formular objetivos específicos com a finalidade de fornecer as características demandadas pelas operações, tais como:

- Descrever como vem ocorrendo o emprego das viaturas blindadas nas operações;
- Relatar as principais possibilidades das VBTP do Exército Brasileiro nas operações;
- Relatar as principais limitações das VBTP durante as operações; e
- Traçar comparativos entre as VBTP empregadas nas operações.

"Os conflitos contemporâneos têm demonstrado que o ambiente urbano tende a ser o cenário de confronto provável entre uma força reconhecidamente superior e um oponente fraco" (BRASIL, p.4-10, 2014).

Esses oponentes são denominados agentes perturbadores da ordem pública (APOP) e podem se valer das edificações para causar danos às nossas tropas. Por esse motivo a tropa empregada necessita de algum tipo de proteção, e cresce de importância o emprego da viatura blindada.

Logo, "julgou-se pertinente a disposição de viaturas blindadas no bloqueio de travessas e becos, realizando a segurança de flanco da tropa que se desloca em áreas irregulares das comunidades" (BRASIL, 2016, p.2-3).

Dessa maneira, as VBTP podem ser utilizadas como uma espécie de escudo para a tropa que avança em uma localidade, dando mais confiança aos militares.

Existem, ainda, vários aspectos a serem considerados para verificar as possibilidades e limitações dos carros, dentre eles podemos citar: o poder dissuasório, a trafegabilidade, a autonomia,

O emprego eficiente das VBTP nas operações de AOG possibilitará a exploração, ao máximo, das capacidades das viaturas do EB e, ainda, permitirá a mitigação das limitações e dos possíveis danos colaterais. Isso irá criar as condições ideais para a atuação da Força Terrestre, permitindo o cumprimento da missão, sem afetar a confiabilidade da população.

a capacidade de transporte, a facilidade de embarque e desembarque, a possibilidade de danos colaterais causados pelo emprego, dentre outros.

O emprego eficiente das VBTP nas Operações de Cooperação e Coordenação com Agências possibilitará a exploração, ao máximo, das capacidades das viaturas do EB e, ainda, permitirá a mitigação das limitações e dos possíveis danos colaterais. Isso proporcionará as condições ideais para a atuação da Força Terrestre, permitindo o cumprimento da missão, sem afetar a confiabilidade da população.

AS VANTAGENS DO EMPREGO DE VIATURAS BLINDADAS NAS OPERAÇÕES

A necessidade do conhecimento das reais possibilidades de emprego das viaturas blindadas nas Operações de Cooperação e Coordenação com Agências, tendo em vista que as VBTP foram utilizadas principalmente nesse tipo de operações, motivou a realização de uma pesquisa com a finalidade de definir termos e conceitos que facilitassem o aprendizado e a utilização desse material. Tal pesquisa foi baseada na revisão da literatura do período de jun/2004 a set/2016.

As análises sobre o emprego de tropas/viaturas na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (*MINUSTAH*, na sigla em inglês) também foram incluídas na pesquisa. Como resultado, foi observado constantemente o emprego combinado do fuzileiro e do carro, binômio que é utilizado até os dias atuais.

Foram utilizadas as palavras-chave Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal, Operações de Apoio a Órgãos Governamentais e Projeto Guarani, em sítios eletrônicos de busca na internet, biblioteca de monografias da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e revistas de circulação das Forças Armadas.

A pesquisa foi complementada pela coleta manual de dados constantes de relatórios de operações anteriores, bem como de manuais de campanha referentes ao tema. Utilizaram-

se publicações do EB e dos exércitos da América do Sul e do Norte, referentes a lapsos temporais distintos.

Para se obter o aprofundamento teórico necessário, o delineamento da pesquisa contemplou a coleta de dados por meio de entrevista exploratória e de questionário.

Com a finalidade de se conhecer mais sobre o assunto e agregar ao embasamento teórico experiências relevantes, foram realizadas entrevistas exploratórias com os seguintes especialistas, em ordem cronológica de execução:

Nome	Justificativa
Rodrigo Villela Gonçalves-Cap EB	Experiência como Cmt Pel na Operação <i>MINUSTAH</i>
Roberto Martins Fernandes-Cap EB	Experiência como Cmt SU na Operação São Francisco
Renato de Souza-Cap EB	Experiência como Cmt SU nos Jogos Olímpicos no Brasil

Quadro de especialistas entrevistados

O universo dos participantes do estudo foi estimado a partir do efetivo de oficiais que exerceram a função de comandante de pelotão na *MINUSTAH*, comandante de pelotão e comandante/subcomandante de subunidade na Operação São Francisco e nos Grandes Eventos realizados no Brasil.

O estudo foi limitado, particularmente, aos oficiais da Arma de Infantaria oriundos da Academia Militar das Agulhas Negras, devido à sua constância em Operações de Cooperação e Coordenação com Agências e à maior atenção dada aos adestramentos em operações dessa natureza.

A amostra selecionada para responder aos questionários também foi restrita ao universo de militares nas funções supracitadas, pois nessas funções conseguem verificar o emprego das VBTP *in loco*, sendo os mais indicados para levantar as possibilidades e as limitações das viaturas durante o emprego nas Operações de Cooperação e Coordenação com



Agências. Foi analisado, ainda, o relatório de desempenho de material de emprego militar da Operação São Francisco V, que contém uma comparação detalhada entre as VBTP utilizadas na operação.

A pesquisa evidenciou que o EB vem utilizando as diversas VBTP de maneira muito similar. Outra característica evidenciada foi a ocorrência de utilização das VBTP, nas Operações de Cooperação e Coordenação com Agências, por tropas não mecanizadas ou blindadas. O emprego, em sua maioria, deu-se por tropas de outra natureza (aeromóvel, paraquedista e motorizada), que utilizaram as viaturas apenas como apoio e, muitas vezes, sem o adestramento necessário para o correto emprego do carro.

No estudo, buscou-se investigar o nível de adestramento necessário para a tropa empregar, ao máximo, as potencialidades das VBTP. Levou-se em consideração que as tropas empregadas nas Operações de Cooperação e Coordenação com Agências, em sua grande maioria, são de infantaria e um dos carros amplamente utilizados é o Urutu, que é orgânico de tropas de cavalaria.

Ao final, foi verificado que a maior parte da tropa possuía o conhecimento necessário para utilizar as VBTP da melhor maneira possível. Porém, cerca de 30% dos entrevistados

concluíram que a tropa não estava devidamente adestrada, ocasionando o subemprego da viatura. O estudo apontou, ainda, que o fato de as VBTP não serem de dotação das tropas de infantaria dificultou o treinamento do pessoal. Por isso, cerca de 30% dos entrevistados apontaram uma preparação parcial da tropa empregada.

O emprego maciço de viaturas blindadas sobre rodas, principalmente o Urutu, produziu resultados significativos, o que foi evidenciado durante a pesquisa. Cerca de 60% dos militares responderam que utilizaram a viatura Urutu, contra 25% que empregaram a viatura Guarani e apenas 15% a viatura M113. Esses dados refletem a opinião de militares pertencentes às frações operacionais e que exerceram as funções de Cmt Pel, SCmt SU ou Cmt SU.

As limitações das VBTP, as possíveis diferenças de emprego e os danos colaterais causados nas operações, também foram exaustivamente analisados. Tais análises servem de subsídios para o aprimoramento e a melhoria da performance das viaturas e dos motoristas.

Durante a pesquisa, características como a proteção blindada e a dissuasão proporcionadas pelas VBTP foram evidenciadas. A mobilidade (velocidade), a facilidade para transpor obstáculos e as possibilidades de emprego

durante um resgate de tropa em perigo foram apontadas. Tais características foram determinantes para o sucesso das operações.

Segundo os entrevistados, a proteção blindada aumenta muito a confiança do militar, estando ele embarcado ou desembarcado, deslocando-se à retaguarda ou ao lado do carro.

Tal característica é imprescindível se levarmos em consideração que o militar fica muito exposto às ações hostis, quando se desloca embarcado em viaturas não blindadas como a Marruá, a Land Rover Defender ou em caminhões.

A VIATURA IDEAL PARA EMPREGO NAS OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS

Quanto à proteção blindada/segurança, segundo o relatório de desempenho de material de emprego militar, que comparou as VBTP do EB empregadas na Operação São Francisco V, a VBTP-MR Guarani foi a que mais se destacou. Isso se deu em decorrência da sua forte blindagem de aço balístico, com capacidade de suportar os calibres utilizados pelas organizações criminosas. As VBTP Urutu e M 113 também apresentaram resultados satisfatórios, quando empregadas nas mesmas condições.

A dissuasão é extremamente importante no contexto das Operações de Cooperação e Coordenação com Agências. Levando-se em consideração que, muitas vezes, as VBTP são posicionadas na entrada das comunidades, com a finalidade de causar impacto visual e desestimular os agentes perturbadores da ordem pública a atuar contra a tropa, foi nítido o poder de dissuasão apresentado pela VBTP Guarani.



Militares utilizando a VBTP EE-11 URUTU como meio de dissuasão na entrada de uma comunidade

Na opinião de especialistas que trabalharam na segurança das vias expressas, durante os Jogos Olímpicos 2016, a mudança da viatura Marruá (viatura sem blindagem e de pequeno porte) para a VBTP Guarani, que foi realizada em alguns postos estáticos, foi a principal responsável pelo ganho de poder de dissuasão.

Na mobilidade, a VBTP Guarani ganhou destaque em decorrência da proteção blindada fornecida, uma vez que essa proteção proporciona segurança para tropa poder se deslocar sem a necessidade de parar cada vez que a guarnição recebe disparos da força adversa, diferentemente do que ocorre nos deslocamentos realizados nas viaturas não blindadas. A viatura Guarani, por ser uma viatura sobre rodas com um motor mais moderno (o IVECO Cursor 9 de 383cv pode chegar a 110 km/h), obteve grande vantagem quando comparada às demais viaturas em uso no EB.



Militares utilizando a proteção blindada para progredir

A transposição de obstáculos, muitas vezes, torna-se necessária quando os agentes perturbadores da ordem pública deixam, no meio das vielas [1], obstáculos para o deslocamento da tropa. Escombros, carcaças de automóveis, muros levantados, entre outros são exemplos dos mais variados obstáculos encontrados.

Das viaturas analisadas, a que mais se destacou foi a VBTP M113. Por ser uma viatura sobre lagarta, sua esteira facilita a passagem pelos obstáculos. Nesse aspecto, as viaturas Urutu e Guarani ficaram em segundo plano, praticamente nas mesmas condições.

O resgate de militares em perigo, um engajamento com disparos contra os agentes perturbadores da ordem pública são situações extremamente desvantajosas para tropa e exigem uma exfiltração rápida. Nesse quesito, a VBTP Urutu apresentou resultados mais eficientes, por possuir duas portas laterais e uma traseira contra uma porta traseira no Guarani e no M113. Nesse aspecto, a altura excessiva da viatura Guarani prejudicou o desempenho do blindado.

Acerca das limitações, o tamanho excessivo das VBTP foi aspecto negativo em decorrência da necessidade de grandes espaços para a realização de manobras.

O alto consumo de óleo diesel é um problema comum a todas as viaturas blindadas devido ao seu peso excessivo (todas as viaturas ultrapassam o peso de 10 toneladas). Nesse aspecto, a viatura Guarani foi a opção mais vantajosa. Ela apresentou desempenho superior com um consumo, aproximado, de 3 km/l, contra o consumo um pouco superior a 2 km/l da Urutu e o consumo um pouco inferior a 2 km/l

da M 113 em sua versão mais recente. Quanto ao tamanho e ao espaço para manobra, as viaturas blindadas apresentaram desvantagem quando comparadas às viaturas de 3/4 Ton, amplamente utilizadas em Operações de Cooperação e Coordenação com Agências. Isso ocorreu devido a seu tamanho excessivo que impõe a necessidade de espaços consideráveis para a realização de manobras, sendo que a VBTP Guarani necessita de mais espaço, seguida pela VBTP Urutu e pela VBTP M113.

Além do tamanho excessivo, há os danos colaterais. Ficou claro que boa parte

dos acidentes com VBTP ocorre devido aos motoristas estarem acostumados a conduzir viaturas em campos de instrução, em um contexto de adestramentos de operações ofensivas e defensivas. Nessas ocasiões, existem amplos espaços de manobra, muito diferente do encontrado na maioria das comunidades.

Dentre os danos colaterais mais comuns, podemos citar a danificação de asfalto, meio-fio, quebra-molas, veículos civis estacionados, muros e postes derrubados, vidraças de casas quebradas, entre outros. Nesse quesito, a VBTP M113 foi a que mais causou danos, seguida pelas VBTP Urutu e Guarani na mesma proporção.

Por fim, foi observado que as viaturas maiores, como a Guarani, são melhor empregadas para dissuasão em grandes eventos, enquanto que as viaturas menores, como a Urutu, produzem melhores resultados nos patrulhamentos nas comunidades.

As possibilidades e as limitações de uma VBTP, independente de qual tipo seja, devem ser exploradas, durante o ade-

tramento em todos os tipos de operações, principalmente nas operações em ambiente urbano, onde as possibilidades de danos colaterais são muito maiores. Nas Operações de Cooperação e Coordenação com Agências, devem ser utilizadas viaturas do porte das 3/4 Ton com blindagem compatível.

Atento às demandas atuais, o Exército Brasileiro já vem cogitando a obtenção de uma viatura blindada multitarefa, leve e sobre rodas (VBMT-LR). Isso faz parte do Projeto Estratégico do Exército denominado "Guarani" porém, segundo o sítio DefesaNet, devido às restrições orçamentárias

Na mobilidade, a VBTP Guarani ganhou destaque em decorrência da proteção blindada fornecida, uma vez que essa proteção, proporciona segurança para tropa poder se deslocar sem a necessidade de parar cada vez que a guarnição recebe disparos da força adversa, diferentemente do que ocorre nos deslocamentos realizados nas viaturas não blindadas.

na área da defesa, a chegada dessas viaturas nas unidades do Exército ficou comprometida, sendo impossível fazer uma previsão de aquisição.

O relatório de desempenho de material de emprego militar da Operação São Francisco V também analisou fatores como: flexibilidade, confiabilidade, facilidade de manutenção, segurança proporcionada, facilidade de acesso para embarque e desembarque, rusticidade, efeito dissuasório, ruído, consumo de óleo lubrificante, consumo de combustível, autonomia, capacidade de transporte, visão noturna, armamento de dotação, proteção do atirador, existências de seteira para realização do tiro embarcado, medidas de combate a incêndio, entre outros. Das análises, conclui-se que as viaturas Urutu e Guarani apresentaram os mesmos resultados, seguidas pela M 113.

Dessa forma, após análise da literatura disponível e do somatório dos parâmetros evidenciados, conclui-se que as VBTP Urutu e Guarani se sobressaíram à M113 em um combate em ambiente de comunidades, mesmo com ruas estreitas e pouquíssimos espaços para manobras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que as Operações de Cooperação e Coordenação com Agências não são realizadas somente em comunidades. Nos Jogos Olímpicos realizados no Rio de Janeiro, em 2016, as VBTP Guarani foram bastante utilizadas e apresentaram resultados positivos.

O emprego eficiente, tanto nas operações realizadas nas vias expressas, como nos postos de segurança montados na Linha Vermelha [2] e em inúmeras outras operações, evidenciou as capacidades dessas viaturas.

Naquela ocasião, pôde-se verificar a eficiência da M113 na transposição de obstáculos e na remoção de escombros.

Outro fator evidenciado foi a necessidade de desaumentar o adestramento dos motoristas, que são peritos em deslocamentos em áreas amplas, como os campos de instrução (vastas áreas, com poucos obstáculos). Porém, para emprego em áreas urbanas, faz-se necessária atenção redobrada para pilotar em ruas estreitas e, muitas vezes, com carros estacionados. Levando em consideração o crescente emprego do Exército Brasileiro em Operações de Cooperação e Coordenação com Agências, esse aspecto de adestramento dos motoristas não pode ser negligenciado, pois o número de colisões é considerável.

Dessa forma, sugere-se que o comandante da operação, baseando-se nos fatores da decisão, faça uma análise das características de cada viatura, com a finalidade de empregar a ideal para o tipo de operação que será desencadeada.

Caso se concretize a aquisição das modernas VBMT-LR, provavelmente a lacuna verificada no combate em vielas será preenchida, uma vez que essas viaturas possuem dimensões menores e boa blindagem, possibilitando segurança e mobilidade para a tropa embarcada.



VBMT-LR

Conclui-se, portanto, que todas as VBTP podem ser utilizadas em Operações de Cooperação e Coordenação com Agências, cada uma em um cenário específico. O Guarani, que se destacou por boa mobilidade, proteção blindada mais robusta e atual, e pouco consumo de combustível, pode ser empregado nas operações que necessitem de maiores deslocamentos. O Urutu, com seu emprego similar ao Guarani, porém com uma tecnologia mais ultrapassada, pode

ser usado nas operações de exfiltração de tropas em perigo. Já o M113, pelo poder de dissuasão e pelos resultados apresentados, pode ser utilizado nas operações de transposição de obstáculos ou de remoção de escombros.

Por outro lado, a Força espera ansiosa pela chegada da VBMT-LR, que aumentaria a mobilidade da tropa em áreas de difícil acesso, possibilitando maior segurança e velocidade nos deslocamentos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Comando de Operações Terrestres. **Lições Aprendidas 1/2016**. 1. ed. Brasília-DF, 2016.
- _____. Estado-Maior do Exército. **EB 20-MF-10.103: Operações**. 5. ed. Brasília-DF, 2017.
- EE-11 Urutu. Disponível em <<http://www.areamilitar.net>>. Acesso em 10 março 2017.
- ESCOTO, Roberto. Guerra Irregular: **A Brigada de Infantaria Paraquedista como Força de Pacificação no Complexo da Maré**. Doutrina Militar Terrestre em revista, Brasília, DF, n. 7, p. 6-25, jan-jun. 2015.
- M113BR. 2012. Disponível em <<http://www.brasilemdefesa.com>>. Acesso em 10 de março de 2017.
- NOGUEIRA, Ronaldo Baeta. **Relatório de desempenho de material de emprego militar: comparação entre as VBTP do EB empregadas na Operação São Francisco V**.
- O futuro da mobilidade do Exército Brasileiro. 2013. Disponível em <<http://www.brasilemdefesa.com>>. Acesso em 10 de março de 2017.
- PADILHA, Luiz. **A experimentação doutrinária da infantaria mecanizada**. 2015. Disponível em <<http://www.defesaaereanaval.com>>. Acesso em 22 de agosto de 2017.
- O Emprego da Tropa de Cavalaria no combate a gangues no Rio de Janeiro. 2013. Disponível em <<http://dialogo-americas.com>>. Acesso em 7 de agosto de 2017).
- VBMT-LR – Exército escolhe a LMV como viatura 4X4. Brasília, DF, 2016. Disponível em <<http://www.defesanet.com.br>>. Acesso em 15 de agosto de 2017.

NOTAS

[1] Vielas são becos, caminhos, estradas, vias, atalhos bastante comuns nas comunidades localizadas nos grandes centros urbanos.

[2] A Linha Vermelha, RJ-071, é uma via expressa do estado do Rio de Janeiro que liga os municípios do Rio de Janeiro e São João de Meriti, atravessando também o município de Duque de Caxias.



COTER EM DESTAQUE

Você sabia que estamos ...

- **participando do planejamento das operações conjuntas junto ao Ministério da Defesa?**
- **realizando estudos doutrinários sobre a atualização da frota de blindados do EB ?**
- **participando da Operação Acolhida em Roraima?**
- **coordenando a Operação Carro-Pipa?**
- **desenvolvendo o projeto COBRA (Combatente Brasileiro)?**
- **flexibilizando o ano de instrução?**
- **acompanhando a operação Ágata?**
- **apoiando as Polícias Militares?**
- **acompanhando as missões de paz em andamento?**
- **realizando intercâmbios doutrinários com as nações amigas?**
- **atualizando as bases doutrinárias das organizações militares operacionais?**



ACEITE O DESAFIO DE ESCREVER!

Ações subsidiárias e missões de paz.
Sistemas de armas e equipamentos.
Inteligência e comando e controle.
Forças militares estrangeiras.
Manobra, Fogos e Logística.
Administração e Liderança.
História militar e tática.
Organização e doutrina.
Política e estratégia.
Outros assuntos.

Use uma linguagem clara, precisa,
concisa, direta e na voz ativa.
Peça para outras pessoas lerem e
revisarem o seu trabalho.

Conteste e discorde!

**Colabore com o desenvolvimento doutrinário.
A Doutrina do Exército precisa da sua opinião!**

Para obter mais informações, entre em contato com a equipe editorial.

E-mail: dmtrevista@coter.eb.mil.br ou portal.cdoutex@gmail.com

Telefones: (61) 3415-5014 e (61) 3415-4849

RITEX: 860-5014 ou 860-4849

PRODUÇÃO DOUTRINÁRIA DO COTER

Manuais aprovados pelo COTER em 2018



Manuais já aprovados pelo COTER em 2019



www.coter.eb.mil.br